

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h do dia 09 de abril de 2026 na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://encurtador.com.br/roXw>. A assinatura da respectiva Ata se fará por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: • Abertura de nova filial da companhia no Aeroporto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia informa que os documentos elencados na Lei 6.404/76 estarão à disposição dos Senhores Acionistas para livre consulta. São Paulo, 30 de março de 2026. **Leonardo Rosendo Fiuzu** – Diretor. (01, 02 e 03/04/2026)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Ribeirão Pires, 31 de março de 2026. **A Diretoria.** (01, 02 e 03/04/2026)

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos onze dias do mês de março de 2026, às 10:00 horas, no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13602-002. **1. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **2. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **3. Ordem do Dia:** **4.1** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **4.3** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **4. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 508.166,24 (quinhentos e oito mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos) que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$ 25.408,31 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oito reais e trinta e um centavos), equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 120.689,48 (cento e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (iii) R\$ 362.068,45 (trezentos e sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), destinado à conta de reserva de lucros; **5.3** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 11:00 horas, no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13602-002; e **5.4** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Araras, 11 de março de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.951/26-6 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 | Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2026, às 16:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14.079-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da ViaPaulista S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1.** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **4.3.** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 162.550.901,22 (cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e um reais e vinte e dois centavos), que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$ 8.127.545,06 (oito milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 38.605.839,04 (trinta e oito milhões, seiscentos e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e nove centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 26 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (iii) R\$ 115.817.517,12 (cento e quinze milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e dezesseis reais e dez centavos) destinado à conta de reserva de lucros; **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 12:00 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14.079-000; **5.4.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.247/26-8 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos onze dias do mês de março de 2026 às 14:00 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **4.3** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 451.953,32 (quatrocentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos), que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; (i) R\$ 112.988,33 (cento e doze mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos) equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 19 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (ii) R\$ 338.964,99 (trezentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; **5.3** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 15:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795; e **5.4** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ribeirão Preto, 11 de março de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.884/26-5 em 20/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

CNPJ/ME nº 03.207.703/0001-83 – NIRE 35.300.171.870 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2026, às 15:30 horas, no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13.602-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **4.3** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 273.537.890,15 (duzentos e setenta e três milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e noventa reais e quinze centavos), que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; (i) R\$ 68.384.472,54 (sessenta e oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 26 do estatuto social da Companhia, dos quais R\$ 25.708.874,85 (vinte e cinco milhões, setecentos e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinco centavos) foram distribuídos sob a forma de juros sobre capital próprio conforme deliberações das Assembleias Gerais de acionistas da Companhia realizadas em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025; e R\$ 42.675.597,69 (quarenta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos) serão distribuídos a título de dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (ii) R\$ 205.153.417,61 (duzentos e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios que serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; **5.3** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 11:30 horas, no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13.602-040; e **5.4** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Araras, 27 de fevereiro de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.246/26-4 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PDC Participações S.A.

CNPJ/ME nº 15.569.107/0001-22 – NIRE 35.300.438.019

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos onze dias do mês de março de 2026, às 11:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-906. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **4.3** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.1** A empresa da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 17.081.684,61 (dezesete milhões, oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos), foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; **5.2** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 16:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, CEP 04543-906; e **5.3** Foi aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 11 de março de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.636/26-9 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 | Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2026, às 15:00 horas, no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau CEP 11.900-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1.** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **4.3.** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 165.135.242,95 (cento e sessenta e cinco milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 15:00 horas, no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau, CEP 11.900-000; e **5.4.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Registro, 27 de fevereiro de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteadó** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.248/26-1 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Vianorte S.A.

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos onze dias do mês de março de 2026, às 09:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP: 14079-000. **2. Presença:** Presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** **4.1.** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **4.3.** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei 6404/76 e, tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; e **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2026, às 17:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP: 14079-000.; e **5.4.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ribeirão Preto, 11 de março de 2026. *“Confere com a original lavrada em livro próprio”* Sabrina Indelicato Penteadó – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 97.070/26-9 em 20/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2026, às 16:00 horas, na sede da Arteris S.A. (“Companhia”), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando todos presentes, por intermédio de conferência telefônica, conforme autorizado nos termos do § 4º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda, para os fins do disposto na Lei nº 6.404/76, em seu artigo 163, § 3º, representando o Conselho Fiscal da Companhia o Sr. Renato Guias Pereira. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório da Administração, sobre as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referidas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e do pagamento dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; 4.3 Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Companhia; e 4.4 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 O Conselho Fiscal, devidamente representado, esteve presente à reunião, conforme previsto no § 3º do artigo 163 da Lei 6.404/76. 5.2 Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; 5.3 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 215.752.387,06 (duzentos e quinze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e seis centavos), para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; 5.4 Aprovar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no próximo dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar; e 5.5 Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes: **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Srs. Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascará, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera e representado o Conselho Fiscal da Companhia o Sr. Renato Guias Pereira. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. *“Confere com a original lavrada em livro próprio”* Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.075/26-3 em 24/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 26 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Arteris S.A. (“Companhia”) situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Convocada a presente Reunião do Conselho Fiscal, na forma do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Presentes os membros do Conselho Fiscal da Companhia: Sr. Renato Guias Pereira e Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Renato Guias Pereira Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** **4.1.** Exame do relatório anual da administração e das contas da Diretoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **4.2.** Exame das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5. Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: **5.1.** Após apresentação pela Diretoria do relatório anual da administração, das contas da Diretoria, das demonstrações financeiras e das informações sobre o desempenho da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, decidiram os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/76, opinar favoravelmente sobre (i) o relatório anual da administração; (ii) as contas da Diretoria e (iii) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, emitindo parecer favorável à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, constante do Anexo I desta Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião, que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Renato Guias Pereira e Secretária: Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Sr. Renato Guias Pereira e Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. *“Confere com a original lavrada em livro próprio”* Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.074/26-0 em 24/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

CNPJ/MF nº 09.719.882/0001-14 – NIRE 35.300.355.890

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos onze dias do mês de março de 2026, às 13:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-906. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2 Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 482.127,27 (quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e sete centavos), foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária da Companhia para o dia 30 de abril de 2025, às 16:30 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, CEP 04543-906; e 5.4 Foi aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 11 de março de 2026. *“Confere com a original lavrada em livro próprio”* Sabrina Indelicato Penteadó – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.214/26-0 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos dezesseis dias do mês de março de 2026, às 10:00 horas, na sede da Arteris S.A. (“Companhia”), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, CEP 04.543-906. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando todos presentes. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** **4.1** Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia; e **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Reeleger, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia, todos com mandato de 01 (um) ano, (i) para o cargo de Diretor Presidente, em caráter interino Sr. Martí Carbonell Mascará, espanhol, economista, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N, e do passaporte nº PAU334601, inscrito no CPF/MF sob o nº 712.856.461-69, com endereço comercial na Avenida de Pedralbes, 17, Barcelona, Espanha; (ii) para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 071.000.747-70; (iii) para o cargo de Diretor de Engenharia e Implantação, o Sr. Luiz Cesar Lindgren Costa, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 871.545.877-68; (iv) para o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade, a Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/MF sob o nº 000.925.867-16; (v) para o cargo de Diretor de Operações, o Sr. Alisson de Almeida Freire, brasileiro, casado, engenheiro industrial elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 108.774.142 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.134.447.93; (vi) para o cargo de Diretor de Organização e Pessoas, o Sr. Roberto Paolini, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.822.691-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 128.897.328-43; e (vii) para o cargo de Diretor Jurídico e de Compliance, a Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 252.120.228-27; todos residentes e domiciliados no município e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-906. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo próprio, que se encontram devidamente arquivados na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação lida estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. Os Diretores declaram também, em documento próprio, estarem integralmente cientes da Política de Divulgações e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. **5.2** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascará, Jorge Fernandez Montoli e Carlos Garcia Cabrera. São Paulo, 17 de março de 2026. *“Confere com a original lavrada em livro próprio”* Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.533/26-7 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ/MF nº 14.380.200/0001-21 – NIRE 35.300.413.016

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 28 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, na sede social da iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 14.380.200/0001-21, (“Companhia”), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.413.016, localizada no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, Bairro Vila Yara, CEP 06020-902. **2. Convocação e Presença:** presente a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme assinaturas no livro de registro de presença dos acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. Mesa:** Presidente – Diego Carneiro Barreto; Secretário – Lucas Marini Pittioni. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou o quanto segue: **4.1.1.** Consignar o recebimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. Gustavo Carvalho Mendes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 352143344, inscrito no CPF/ME sob o nº 334.057.808-70, com endereço comercial no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, Bairro Vila Yara, CEP 06020-902, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme cópia que segue como Anexo I à presente ata. **4.1.1.1.** O Sr. Gustavo Carvalho Mendes juntamente com a Companhia, outorgaram entre si a mais plena, rasa, geral, completa, irrevogável e irrevogável quitação em relação às atividades desenvolvidas pelo Sr. Gustavo Carvalho Mendes na qualidade de Diretor Financeiro da Companhia, para nada mais reclamarem a qualquer tempo e sob qualquer título. **4.1.2.** Tendo em vista a vacância do cargo de Diretor Financeiro, o Diretor Presidente o substituirá até a eleição de um membro efetivo para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da Companhia. **4.2.** Em razão da deliberação acima, aprovar a consolidação da atual composição da Diretoria da Companhia, a saber: (i) Diego Carneiro Barreto, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 56614758 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.140.166-02, no cargo de Diretor Presidente e, provisoriamente, no cargo de Diretor Financeiro; (ii) Flávio de Freitas Stecca, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 50.628.944-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 859.858.801-68, no cargo de Diretor de Tecnologia; (iii) Lucas Marini Pittioni, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 445032686 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 381.993.928-86, no cargo de Diretor sem designação específica, todos com endereço comercial na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, Vila Yara, CEP 06020-902. **4.3.** Aprovar a alteração do objeto social da Companhia para substituir a atividade de “desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares customizáveis” para “desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares não customizáveis”. **4.4.** Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a agência de restaurantes, bares, padarias e quaisquer outros estabelecimentos comerciais, por meio de plataformas digitais que poderão ser acessadas por meio de sites na internet ou aplicativos para celulares desenvolvidos pela Companhia (“Plataformas”); (ii) a veiculação e a divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade por meio das Plataformas; (iii) a locação de equipamentos, tais como o POS, e outros bens móveis que se destinam a integração de sistemas e transmissão de dados; (iv) o desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares não customizáveis; (v) a promoção de vendas e o planejamento de campanhas; (vi) o desenvolvimento e o gerenciamento de programas de fidelização de clientes dos serviços e dos produtos oferecidos pela Companhia e por seus parceiros; (vii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização desenvolvidos e geridos pela Companhia; (viii) a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de quotista, acionista ou outra qualidade legalmente admitida, bem como em empreendimentos organizados na forma de consórcio, condomínio ou qualquer outra forma legalmente admitida; e (ix) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.” **4.5.** Em razão das deliberações acima, aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante no Anexo II da presente ata. **5. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Osasco/SP, 28 de janeiro de 2026. Mesa: Diego Carneiro Barreto – Presidente; Lucas Marini Pittioni – Secretário. Acionista: iFood Holdings B.V. d.p. Diego Carneiro Barreto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 57.513/26-0 em 26/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 05 (cinco) de março de 2026, às 09:00 (nove horas), na modalidade presencial, realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS").

2. Convocação: Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração ("CA-GPS"), a saber, titulares: Sr. José Caetano Paula de Lacerda, Presidente do CA-GPS; Sr. Cláudio Petruz, Vice-Presidente do CA-GPS; Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Sra. Livia Xavier de Mello; Sr. Pedro Franco Sales; Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi e Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, e os convidados: Sr. Luis Carlos Martinez Romero, Diretor Presidente; Sr. Marcelo Niemeyer Hampshire, Diretor Corporativo TI e M&A; Sr. Gustavo Vianna Otto, Diretor de Operações; Sr. Anderson Nunes da Silva, Controller; Sr. Guilherme Nascimento Robortella, Diretor Financeiro; Sra. Karla Marinho, Diretora de M&A e Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores. Foi registrada também a presença, como coordenador, do coordenador do Comitê de Auditoria da GPS ("COAUD-GPS"), o Sr. Carlos Roberto Ascutti e da coordenadora do Conselho Fiscal da GPS ("CF-GPS"), Sra. Helena Turala de Araujo Penna, para apoio às discussões relativas à PD-CA-GPS-001-2026, nos termos do Item 1 da Ordem do Dia da presente reunião.

4. Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Rodrigo Marques França.

5. Ordem do Dia:

Item I – PD-CA-GPS-001-2026: Análise, discussão e deliberação sobre: (i) o encaminhamento para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia: (a) das Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("DFs 2025"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Relatório da Administração, das atas das reuniões do COAUD-GPS e do Conselho Fiscal da Companhia, e do parecer dos auditores independentes da Companhia e (b) da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31.12.2025; e (ii) aprovação da convocação da: (a) Assembleia Geral Ordinária ("AGO-GPS"), a realizar-se no dia 10 de abril de 2026 às 10:00h, para apreciação e deliberação sobre: (a.i) a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das DFs 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal; (a.ii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025 e (a.iii) a aprovação da remuneração dos administradores da GPS referente ao exercício social de 2026, e (b) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE-GPS"), que ocorrerá na sequência da AGO, para apreciação e deliberação sobre a Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia (em conjunto "AGE-GPS").

Item II – PD-CA-GPS-002-2026: Análise, deliberação e aprovação das propostas da Diretoria da Companhia analisadas pelo Comitê de Pessoas e Organização da GPS ("CP&O-GPS"), na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2026, quais sejam: (i) pagamento, no âmbito do Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia (respectivamente, "Programa" e "PLR"), da PLR relativa ao exercício social de 2025, observados: (a) o limite de provisão efetuada a este título, equivalente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício social; e (b) o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025 ("AGO-GPS 2025"); (ii) provisionamento do valor da PLR para o exercício social de 2026; e (iii) encaminhamento ao CA-GPS para aprovação, no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("POCA"), do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2026 ("PROCA 2026"), abrangendo todos os Parceiros elegíveis.

6. Discussões e Deliberações: Iniciada a reunião, foram analisados e discutidos os seguintes itens da Ordem do Dia: **Item I – PD-CA-GPS-001-2026:** os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) o encaminhamento: (a) das DFs 2025 para apreciação e deliberação pela AGO-GPS, conforme documentação de suporte disponibilizada ao CA-GPS, e (b) da Proposta da Administração, na forma do Anexo Único à presente Ata, bem como demais termos e condições da referida proposta a ser submetida à apreciação pela AGO-GPS; e (ii) aprovação da convocação da: (a) AGO-GPS, a realizar-se no dia 10 de abril de 2026 às 10:00h, para apreciação e deliberação sobre: (a.i) a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das DFs 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal; (a.ii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025 e (a.iii) a aprovação da remuneração dos administradores da GPS referente ao exercício social de 2026, no montante de até R\$ 96.608.499,00 (noventa e seis milhões, seiscentos e oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais) e (b) AGE-GPS, que ocorrerá na sequência da AGO, para apreciação e deliberação sobre a Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia (em conjunto "AGE-GPS").

Item II – PD-CA-GPS-002-2026: os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, com a abstenção do Sr. Cláudio Petruz, exclusivamente em relação ao item (iii) abaixo, em cumprimento ao inciso vii, art. 17, do POCA, as propostas da Diretoria analisadas e encaminhadas pelo CP&O-GPS, conforme a Ata de Reunião de 27 de fevereiro de 2026, arquivada na sede da Companhia, relativamente a: (i) distribuição de PLR com base nos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a serem pagos aos participantes do Programa em parcela única, até o dia 05 de março de 2026, respeitados o valor da provisão efetuada a este título, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício social e o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 10 de abril de 2025; (ii) provisionamento do valor a ser pago no âmbito do referido Programa relativamente ao exercício social de 2026, representando 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício; e (iii) aprovação, no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado no POCA, do PROCA 2026 e da indicação de 43 (quarenta e três) parceiros elegíveis a ingressarem no referido PROCA 2026, observadas as seguintes condições: (a) que o preço de emissão de Ações para referido PROCA 2026 será calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 12 de março de 2026 e 18 de março de 2026; (b) sobre o preço de emissão das Ações a serem subscritas pelos Parceiros incidirá um desconto de 10% (dez por cento) com previsão de pagamento em 05 de abril de 2026; (c) a quantidade final de ações a serem emitidas será calculada com base no item (a), mas, para estimar o preço de exercício e a quantidade total de ações, foi utilizada a média dos pregões entre 18 de fevereiro de 2026 e 24 de fevereiro de 2026, que resultou em um total de ações estimado de 2.090.217 (dois milhões, noventa mil e duzentos e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,28% (zero vírgula vinte e oito por cento) do capital social da Companhia anterior a tal emissão; (d) haverá aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor estimado de R\$ 40.487.563 (quarenta milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais); (e) as Ações serão gravadas com prazo de lock-up de 3 (três) anos contados da data de aquisição das mesmas pelos Parceiros, observadas demais condições do PROCA 2026; e (f) o preço de emissão e o número de Ações emitidas no âmbito do PROCA 2026, bem como o decorrente aumento do capital social da Companhia pelo CA-GPS dentro do limite do capital autorizado deverão ser ratificados pelo CA-GPS, em seus exatos valores, de forma a garantir a observância das condições estabelecidas no POCA, em reunião extraordinária prevista para o dia 23 de março de 2026.

7. Lavratura: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros presentes. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital.

8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do CA-GPS, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura dos Conselheiros presentes. São Paulo, 05 de março de 2026.

9. Assinaturas: Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Rodrigo Marques França. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Cláudio Petruz; Fernanda Didier Nascimento Pedreira, Livia Xavier de Mello, Pedro Franco Sales, Piero Paolo Picchioni Minardi e Roberto Lopes Pontes Simões. (conferir com o original lavrado em livro próprio) José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Rodrigo Marques França – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certífico o registro sob o nº 92.498/26-7 em 13/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: No dia 24 de março de 2026, às 09:00 horas, na modalidade de distância e digital, e assim sendo considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS").

2. Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação pela presença da totalidade dos membros do CA-GPS, nos termos do parágrafo 2º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 11 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

3. Presenças: Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, titulares: Sr. José Caetano Paula de Lacerda, Presidente do CA-GPS; Sr. Cláudio Petruz, Vice-Presidente do CA-GPS; Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Sra. Livia Xavier de Mello; Sr. Pedro Franco Sales; Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi e Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

4. Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Rodrigo Marques França.

5. Ordem do Dia: PD-CA-GPS-004-2026: análise, deliberação e aprovação (i) da proposta da ratificação e complementação das condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2026 ("PROCA 2026" ou "Programa"), conforme deliberado pelo CA-GPS em Reunião Ordinária de 05 de março de 2026; e (ii) emissão de ações e correspondente aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para ulterior ratificação em Assembleia Geral da Companhia.

6. Discussões e Deliberações: Iniciada a Reunião, os Conselheiros presentes decidiram por unanimidade e sem ressalvas, com a abstenção do Sr. Cláudio Petruz, em cumprimento ao inciso vii, art. 17, do POCA, pela aprovação do **Item I – PD-CA-GPS-004-2026:** (i) ratificando e complementando, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2022, e do PROCA 2026, que será devidamente rubricado pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário, e arquivado em livro próprio na sede da Companhia; e (ii) aprovação da emissão de ações e correspondente aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no âmbito do referido PROCA 2026 e com base no inciso (viii) do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, sendo: (a) a emissão de **2.340.508 (dois milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentas e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento) da totalidade de ações representativas do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 12 de março de 2026 e 18 de março de 2026, de R\$ 16,83 (dezesseis reais e oitenta e três centavos) por opção, e um desconto de 10% (dez por cento) a ser pago em 02 de abril de 2026;** (b) o consequente aumento de capital social da Companhia, pelo CA-GPS, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de **R\$ 39.390.749,64 (trinta e nove milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos);** (c) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, ad referendum da assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu Estatuto Social, para refletir o aumento do capital social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.430.648.782,36 (três bilhões, quatrocentos e trinta milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos), dividido em 752.350.487 (setecentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e cinquenta mil e quatrocentos e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal"; (d) a inaplicabilidade do direito de preferência aos demais acionistas da Companhia nos termos do parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e do § 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976; (e) nos termos do artigo 106 da Lei das Sociedades Anônimas, e do PROCA 2026 a subscrição das ações pelos Parceiros, mediante a assinatura dos subscritores nos respectivos boletins de subscrição, cabendo ressaltar que as ações emitidas participarão em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia, relativamente a todos os benefícios e vantagens que vierem a ser declarados a partir da presente data.

7. Lavratura: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital.

8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 24 de março de 2026.

9. Assinaturas: Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Rodrigo Marques França. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Cláudio Petruz; Fernanda Didier Nascimento Pedreira, Livia Xavier de Mello, Pedro Franco Sales, Piero Paolo Picchioni Minardi e Roberto Lopes Pontes Simões. (conferir com o original lavrado em livro próprio) José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Rodrigo Marques França – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.623/26-4 em 30/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

ERRATA - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 19/03/2026

Comunicamos que a publicação do **Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 19/03/2026** no jornal Data Mercantil no dia (20/03/2026 (somente na versão do caderno digital) e nos dias (21, 24 e 25/03/2026, nas versões dos cadernos impresso e digital)), teve o seguinte conteúdo retificado na menção data da Reunião AGE: • **Onde se lê:** "a ser realizada no dia 30 de abril de 2026"; • **Leia-se:** "a ser realizada no dia 30 de março de 2026".

Onix Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº 31.993.808/0001-40 - NIRE 3530054860-4

Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Onix Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), e em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os senhores acionistas regularmente convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 06 de maio de 2026 às 10h em primeira convocação, e às 10h30 em segunda convocação, a ser conduzida de forma virtual por meio da plataforma Google Meet, a fim de deliberar pela seguinte Ordem do Dia: i. Aprovação das demonstrações financeiras e contas da administração relativas ao exercício social do ano de 2025; ii. Compra do veículo Kia Sportage 2026 ou similar, no limite de valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) para uso do Vice-Presidente da Companhia; iii. Quaisquer outros assuntos de interesse social correlatos ao tema objeto da reunião e que possam ser apresentados oportunamente. Fica consignado que documentos pertinentes à tomada de decisão dos acionistas encontram-se à disposição na sede da Sociedade, serão disponibilizados via e-mail e foram devidamente publicados na Central de Balancos do SPED em 11 de Março de 2026. São Paulo, 03 de abril de 2026. **(03, 07 e 08/04/2026)**

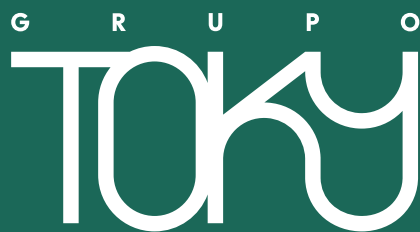
Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

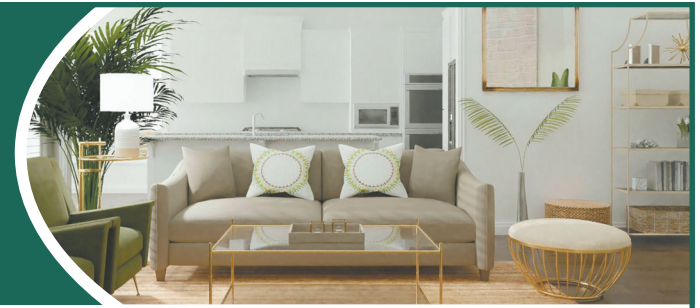
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Grupo Toky S.A.

(anteriormente denominada Moby S.A.)
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01
NIRE 35.300.561.201



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2025

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036	Fornecedores	14	15.022	23.665	184.995	234.195
Contas a receber	6	–	–	106.886	138.957	Risco sacado	14.1	–	–	39.895	6.640
Estoque	7	–	–	239.384	272.030	Salários e encargos sociais	15	3.544	1.561	50.829	65.135
Créditos diversos	8	131.728	160.267	22.365	33.454	Impostos a recolher	22	45	874	174.106	114.980
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	392	431	Empréstimos e financiamentos	16	–	–	25.840	–
Impostos a recuperar	9	5.833	6.422	185.696	229.809	Adiantamentos de clientes	17	–	–	23.398	42.062
Total do ativo circulante		137.673	166.755	585.442	697.717	Passivo de arrendamento	21	–	–	94.152	105.600
Ativo não circulante						Provisão para contingências a pagar	19	–	–	383	–
Investimentos	11	323.715	300.591	–	–	Outras contas a pagar	20	42	–	70.091	34.029
Outros Ativos Financeiros a valor justo		–	–	104.371	–	Total do passivo circulante		18.653	26.100	662.133	602.641
Impostos a recuperar	9	–	–	140.075	159.234	Passivo não circulante					
Depósitos e bloqueios judiciais	18	–	–	85.764	87.494	Empréstimos e financiamentos	16	944	–	481.518	357.833
Créditos diversos	8	–	13	3.036	4.941	Provisão para perdas em investimentos	11	156.036	81.245	–	–
Outras Contas a Receber		–	–	4.734	4.738	Provisão para contingências	19	–	–	47.477	77.678
Partes Relacionadas	10	157.480	–	–	–	Impostos a recolher	22	150	–	31.771	12.838
Total do realizável a longo prazo		481.195	300.604	337.980	256.407	Dívidas com acionistas não controladores	23	–	–	78.041	256.825
Imobilizado	12	–	–	180.654	196.350	Passivo de arrendamento	21	–	–	212.568	354.319
Direito de uso	21	–	–	249.427	374.452	Outras contas a pagar	20	–	–	9.616	75.543
Intangível	13	–	–	480.789	506.098	Tributos Diferidos	2.4.2	–	–	89.017	99.677
Total		–	–	910.870	1.076.900	Total do passivo não circulante		157.130	81.245	950.008	1.234.713
Total do ativo não circulante		481.195	300.604	1.248.850	1.333.307	Patrimônio líquido					
						Capital social	24	1.239.302	1.085.945	1.239.302	1.085.945
						Reserva de capital		59.786	48.938	59.786	48.938
						Reserva de plano de opções de compra de ações		12.894	–	12.894	–
						Prejuízos acumulados		(868.897)	(774.872)	(868.897)	(774.872)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		443.085	360.011	443.085	360.011
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		–	(220.934)	–	(166.342)
						Total do patrimônio líquido		443.085	360.011	222.151	193.669
						Total do passivo e patrimônio líquido		618.868	467.356	1.834.292	2.031.024

Total do ativo **618.868** **467.356** **1.834.292** **2.031.024**
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício		(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes do exercício		(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores		(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores		–	–	(52.797)	(14.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(94.089)	(149.181)	(146.886)	(164.081)
Ajustes para					
Depreciação	12	–	–	46.148	31.583
Amortização	13	–	–	42.139	18.990
Depreciação – direito de uso	21	–	–	112.015	39.519
Amortização de mais Valia	–	13.317	14.049	–	14.049
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	–	22.036	–	101.414	6.624
Juros passivos de arrendamento	21	–	–	41.211	11.922
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	–	–	48.378	15.076
Atualização monetária sobre contingências	–	–	–	–	5.728
Atualização monetária sobre empréstimos	–	–	–	–	1.214
Outras (receitas)/despesas financeiras	27	(21.837)	(677)	(31.488)	–
Provisões para contingências	19	–	–	(29.818)	13.327
Provisões	20	–	–	10.378	(1.848)
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	67.204	101.105	–	–
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	27.b	–	–	6.594	(4.857)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	–	–	–	(328)
Provisão para realização dos estoques	–	–	–	–	6.909
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	10.1	1.499	3.546	(1.528)	3.546
Impostos Diferidos		(6.513)	–	(10.660)	–
Baixa Líquida de arrendamento		–	–	(20.566)	–
Outros		63	–	(3.260)	–
Variação nos ativos operacionais					
Contas a receber	–	–	–	32.073	(25.388)
Estoque	–	–	–	32.646	(2.318)
Créditos diversos e impostos a recuperar	18	–	–	1.769	(588)
Partes relacionadas	–	29.141	(2.867)	(73.574)	21.272
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores e outras contas a pagar	–	(8.601)	12.378	10.359	3.036
Salários e encargos sociais e impostos a recolher	–	1.304	(161)	63.753	(20.716)
Adiantamentos de clientes	–	–	–	(10.114)	(787)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		46	(21.808)	220.983	(28.116)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	(2.533)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21	–	–	(52.665)	(11.874)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	28	–	–	(48.378)	(8.482)
Outros juros pagos	28	–	(44)	–	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		46	(21.852)	119.940	(51.005)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Juros de aplicações financeiras	28	–	715	–	–
Efeito do caixa na aquisição de controlada	–	–	–	–	20.754
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	27	–	–	–	–
Investimento FIDC	–	–	–	34.000	–
Aquisição do ativo imobilizado	12	–	–	(48.629)	(12.255)
Aquisição do ativo intangível	13	–	–	(19.390)	(15.234)
Aquisição do direito de uso	–	–	–	(2.509)	–
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		–	715	(36.528)	(6.735)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Antecipação de recebíveis	–	–	–	25.840	–
Captação de empréstimos	16	–	–	–	26.843
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	(60.295)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	–	–	(101.570)	(38.404)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		–	–	(75.730)	(71.856)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		46	(21.137)	7.682	(129.596)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	63	21.200	23.036	152.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	109	63	30.718	23.036
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		46	(21.137)	7.682	(129.596)
Transações que não afetaram caixa					
Baixa plano de recuperação extrajudicial	–	–	–	(357.833)	–
Baixa dívida com acionistas não controladores	–	–	–	(186.868)	–
Baixa outras dívidas/outras contas a pagar	–	–	–	(65.032)	–
Permuta de ações na aquisição da Tokstok	–	–	(34.617)	–	–
Emissão de debêntures públicas	–	–	–	477.567	–
Emissão de debêntures privadas	–	–	–	132.165	–
Transferência de adiantamentos para patrimônio líquido (custos com emissões de novas ações)	–	–	100	–	–
Creditos Diversos (subarrendamentos)	21	–	–	–	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	25.a	–	–	1.445.029	811.197
Custo dos produtos vendidos	25.b	–	–	(686.323)	(436.712)
Lucro bruto				758.706	374.485
Despesas comerciais	26.a	(35)	–	(600.974)	(326.749)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(25.388)	(10.505)	(164.773)	(114.632)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.204)	(101.105)	–	–
Perda de crédito esperada	–	–	–	(1.583)	(1.420)
Outras receitas operacionais	27.a	–	–	33.010	13.240
Outras despesas operacionais	27.b	(8.618)	(38.242)	(18.228)	(62.875)
(Despesas) receitas operacionais		(101.245)	(149.852)	(752.548)	(492.436)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(101.245)	(149.852)	6.158	(117.951)
Despesas financeiras	28	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.194)
Receitas financeiras	28	22.792	717	78.345	29.064
Resultado financeiro, líquido		643	673	(163.700)	(46.130)
Prejuízo antes dos impostos		(100.602)	(149.179)	(157.542)	(164.081)
IR/CS Diferidos	–	6.513	–	10.656	–
Prejuízo do período		(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Prejuízo atribuível a sócios controladores	–	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores	–	–	–	(52.797)	(14.902)
Prejuízo por ação – em R\$	24	–	–	–	–
Básico	–	(0,7119)	(1,3924)	(0,7119)	(1,5314)
Diluído	–	(0,4906)	(1,3924)	(0,4906)	(1,5314)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.085.845	–	10.875	(625.693)	471.027	–	471.027
Transações de pagamento baseado em ações	10.1							

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

atua com 64 lojas próprias e 5 centros de distribuição, 67 lojas próprias e 6 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) dos quais 4 que estão localizadas na região sudeste e 1 na região sul. O Grupo vende principalmente através de suas lojas físicas, de seus websites www.mobly.com.br, www.tokystok.com.br e www.guldi.com.br, de websites de terceiros (marketplaces) e faz parte de suas atividades operacionais a intermediação de serviços, como a Assistência Técnica, Montagem, Garantia Estendida e Mobly Decora (detalhado na Nota Explicativa nº 13) por meio de parcerias.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2026. Em reunião realizada em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas demonstrações contábeis. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 o Grupo reconheceu prejuízo líquido de R\$ 146.866 (consolidado) (prejuízo de R\$ 164.081 em 2024), fortemente influenciado pelo custo da dívida do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, e apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 76.691 (consolidado) (positivo em R\$ 106.659 em 31 de dezembro de 2024). No mesmo período houve geração de caixa líquida em atividades operacionais de R\$ 119.940 em 2025 (R\$ 51.005 de consumo de caixa líquida nas atividades operacionais em 2024), refletindo os impactos das iniciativas de redução de custos e sinergias da combinação de negócios, detalhadas adiante. Além disso, o Grupo avançou na redução da alavancagem consolidada e melhoria da sua estrutura de capital através da recompra das debêntures Toky e parte das debêntures Tok&Stok, que reduzirá o endividamento bruto do grupo em cerca de 32%, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3. A administração entende que foram implementadas ações concretas e estruturadas que contribuíram para o equilíbrio da estrutura de capital e do fluxo de caixa da Companhia, permitindo a manutenção de recursos adequados para a continuidade de suas operações no curto prazo. Sem prejuízo do reconhecimento da existência de incertezas relacionadas à implementação integral de seu plano de negócios e a fatores macroeconômicos e setoriais fora de seu controle, entende que, com base nas medidas já implementadas e em andamento, bem como no desempenho recente observado, existem fundamentos suficientes para a adoção do pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a premissa de continuidade operacional foi considerada apropriada para a preparação das demonstrações contábeis. Dentre essas ações, destacam-se:

- A combinação de negócios com a Tok&Stok, com o objetivo de ganho de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional;
- A reestruturação do endividamento financeiro da Tok&Stok, que resultou em alongamento de prazos e carência no serviço da dívida;
- A implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez. A administração entende que as incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios vêm sendo reduzidas ao longo do tempo, à medida que as sinergias operacionais relevantes venham a ser capturadas, as quais em combinação com as iniciativas a seguir, suportam a continuidade das operações do Grupo no horizonte avaliado pela administração. Sinergia operacional: A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes. As principais melhorias esperadas envolvem:
 - Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos;
 - Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta;
 - Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas;
 - Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace);
 - Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional. Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração.

Preservação da liquidez e do caixa da Companhia: A Companhia tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo:

- Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento;
- Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros;
- Revisão de investimentos e despesas operacionais;
- Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo. O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base. Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, já haviam sido capturadas sinergias relevantes. **Revisão do sortimento de estoques:** Durante o exercício de 2024 foi iniciada uma revisão estratégica do sortimento de produtos e estoques, que se estendeu para 2025 após a fusão das marcas, com o objetivo de:
 - Descontinuação de itens com baixa rotatividade ou margem reduzida;
 - Ações promocionais focadas na liquidez de estoque e ocupação inteligente de espaços;
 - Redefinição do cronograma de compras e reposições, com foco em eficiência logística e capital de giro;
 - Reorganização das lojas para reforçar a presença da marca e aprimorar a experiência do consumidor.

Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok: No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano. A emissão de debêntures não conversíveis, como parte do PRE da Tok&Stok, está detalhada na Nota Explicativa nº 15. As premissas utilizadas estão ancoradas em:
 - Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
 - Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
 - Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
 - Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional com base nas medidas acima mencionadas. A administração compreende que o plano de continuidade está sujeito a incertezas e fatores fora do controle da administração, mas que, com base na implementação das medidas acima mencionadas, nos resultados apresentados e nas sinergias capturadas, a administração entende que a adoção do pressuposto de continuidade operacional é adequada para a preparação das demonstrações contábeis.

2.3. Relação de entidades controladas: Segue abaixo lista das controladas do grupo:

	Participação acionária – %	
	31/12/2025	31/12/2024
Mobly Comércio Varejista Ltda.	100%	100%
Mobly Hub Transportadora Ltda.	100%	100%
Mobly Tech Ltda.	100%	100%
Mobly Atacadista Ltda.	100%	100%
Estok Comércio e Representações S.A.	61,1%	61,1%
Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta	61,1%	61,1%
Estok Comercio Atacadista	61,1%	61,1%

Os percentuais acima consideram o total detido pelo grupo. Por questões societárias é necessário que uma controlada tenha uma participação minoritária de outra controlada para compor Sociedade, entretanto a totalidade das participações pertence ao grupo. **Mobly Comércio Varejista Ltda. ("Varejista"):** A controlada Mobly Comércio Varejista Ltda., que iniciou suas operações em novembro de 2011, está envolvida principalmente no setor varejista de móveis, artigos de decoração e utilidades domésticas, voltada para transações de venda via Internet diretamente com o consumidor (B2C) e indiretamente com o intermediário de empresas parceiras (B2B). **Mobly Hub Transportadora Ltda. ("Hub"):** A Mobly Hub Transportadora Ltda. ("Transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à logística de móveis para terceiros. **Mobly Tech Ltda. ("Tech"):** A Mobly Tech tem como objeto social o desenvolvimento de software e prestação de serviços de tecnologia da informação para terceiros. **Mobly Atacadista Ltda. ("Atacadista"):** A Mobly Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados. **Estok Comércio e Representações S.A. ("Tok&Stok"):** A controlada Estok Comércio e Representações S.A. tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração, voltada principalmente para transações de venda em lojas físicas diretamente com o consumidor (B2C). **Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta ("Tok&Stok"):** A controlada Estok Distribuidora e Serviço S.A. atua preponderantemente como comércio e varejo de móveis, utensílios e decoração. Esta empresa é a utilizada para vendas de produtos através das lojas e site da marca Tok&Stok. **Estok Comercio Atacadista. ("Tok&Stok"):** A Estok Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados.

2.4. Aquisição de Controladas: **2.4.1. Aquisição Tok&Stok:** Em 11 de novembro de 2024, o Grupo obteve o controle da Estok Comércio e Representações, marca consolidada com tradição e forte reconhecimento no setor de móveis, com ampla rede de lojas físicas e presença no comércio eletrônico. A participação correspondeu à aquisição de 61,1% da Tok&Stok por meio da incorporação das ações no seu patrimônio, utilizando uma relação de troca preestabelecida, como segue:

- As ações da Tok&Stok são incorporadas ao patrimônio líquido da Mobly conforme Contribution Agreement, estabelecendo uma relação de troca (0,098789 ação da Mobly para cada ação da Tok&Stok) acrescida de bônus de subscrição.
- Aumento de Capital: Emissão de novas ações – com prazos distintos de lock-up (24 meses para as ações da troca e 6 meses para as originadas de bônus) – a fim de garantir o direito de preferência dos acionistas e a correta absorção da operação.
- Debêntures Conversíveis: Parte da contraprestação é realizada via emissão de debêntures conversíveis, que poderão ser convertidas em ações da Mobly conforme condições contratuais. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Tok&Stok estão incluídos como principais inputs (marca, softwares e ativo imobilizado onde destacam-se as benfeitorias, instalações, estoques e relacionamentos com clientes), processos de lojas e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuíram significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição de controle da Tok&Stok permitirá ao

Grupo o acesso a uma marca reconhecida e consolidada no setor de móveis, a possibilidade de gerar sinergias operacionais significativas – desde a otimização da logística até a integração dos canais de venda e a modernização dos processos internos. A estrutura da operação, que envolve a emissão de novas ações, debêntures conversíveis e mecanismos de lock-up, foi cuidadosamente elaborada para alinhar os interesses dos acionistas e garantir a estabilidade do mercado no pós-closing. Nos dois últimos meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Estok Comercio e Representações contribuiu com uma receita de R\$210.954 e prejuízo de R\$55.164 às demonstrações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$1.634.418 e o prejuízo líquido combinado seria de R\$353.570. **2.4.2. Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida foi calculada utilizando o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da transação. A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Descrição	Referência	Data Transação	Metodologia de avaliação	Valor Justo
Relação de Troca de ações Tok&Stok e Mobly	Relação de troca	Closing	Valor justo (PL contábil do aumento de capital)	31.733
Bônus de subscrição de 0,555556 ações Mobly por ações Mobly recebida na relação de troca a um preço de exercício de R\$9,00	Ações Mobly – Bônus de subscrição	Exercível entre 2 e 5 anos após a data do closing	Árvore Binomial	2.884
Debêntures conversíveis em ações Mobly a qualquer momento, com o intuito de contribuir com o saldo de mútuo que a SPX concedeu a Tok&Stok.	Debênture Conversível	No vencimento em 2035 ou a qualquer momento pela Mobly a depender de condições	Relação fixa de conversão de saldo de debêntures em ações Mobly	-
Total				34.617

2.4.3. Custos de aquisição: O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$31.500, sendo R\$24.327 na controladora, referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Além disso, há os honorários advocatícios, custos de sinergia iniciais e os custos de due diligence foram registrados como "Gastos extraordinários" na nota explicativa nº 27 na demonstração de resultado. **2.4.4. Ativos identificáveis e avaliados a valor justo:** A tabela abaixo resume os valores dos ativos identificáveis e avaliados a valor justo:

Ativo	Valor contábil	Valor Justo	Mais-valia [100%]	Mais-valia [61,11%]	Vida útil remanescente	Metodologia de avaliação
Imobilizado e intangível	174.611	207.692	33.081	20.216	-	Abordagem de custo
Estoque	189.121	218.619	29.498	18.026	N/A	Abordagem de custo
Marca	0,2	121.692	121.692	74.366	21,2	Royalty Relief
Total	363.732	548.003	184.271	112.608		

*Excluídos intangíveis em andamento no montante de R\$18.238

	Tok&Stok		Metodologia de avaliação
	Em 31/10/2024	valor justo Em 31/10/2024	
Caixa e equivalentes de Caixa	20.754	20.754	
Contas a receber	30.514	30.514	
Estoques	189.123	218.621	
Créditos Diversos	12.653	12.653	
Depósitos e bloqueios judiciais	12.669	12.669	
Impostos a recuperar	262.423	262.423	
Imobilizado	123.760	33.081	
Intangível	69.088	121.692	
Direito de uso	284.714	284.714	
Total ativos adquiridos	1.005.697	184.271	1.189.968
Fornecedores	165.743	165.743	
Salários e encargos sociais	52.998	52.998	
Impostos a recolher	143.196	143.196	
Empréstimos e financiamentos	349.937	349.937	
Adiantamentos de clientes	27.277	27.277	
Passivo de arrendamento	346.681	346.681	
Outras contas a pagar	99.231	99.231	
Provisão para contingências	45.685	45.685	
Tributos diferidos	55.821	43.856	
Dívidas com acionistas não controladores	248.946	248.946	
Total dos Passivos Assumidos	1.535.517	43.856	1.579.373
Total dos ativos identificáveis, líquido	(529.820)	140.415	(389.405)
Atribuído a controladores	(323.773)	85.807	(237.966)
Atribuído a não controladores	(206.047)	54.607	(151.440)

j) Mensuração de valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Estoques	A metodologia envolveu a aplicação de uma abordagem de custo histórico, complementada pela atualização do valor de aquisição com base em índices inflacionários.
Ativos fixos (Ex: imóveis, móveis e equipamentos)	Taxas de financiamento a ativos similares para participantes de mercado (ex. condições gerais de financiamento oferecidas pelo fornecedor) ou taxas implícitas por leasing operacional, leasing financeiro ou arrendamento normalmente segregada entre o return on (recaptação do investimento) e return of.
Outros Intangíveis incluindo tecnologia de base	Taxas adequadas ao risco do intangível a ser analisado. Quando as provas do mercado estiverem disponíveis, elas devem ser usadas. Em outros casos, as taxas devem ser consistentes com o risco relativo de outros ativos na análise, e devem ser maiores para ativos mais arriscados.

2.4.5. Ágio

Contraprestação transferida 34.617
 61,1% dos ativos líquidos da adquirida antes dos ajustes a valor justo (323.773)
Total 358.390
 61,1% da mais valia sobre ativo fixo (20.216)
 61,1% da mais valia sobre estoque (18.026)
 61,1% da mais valia sobre marca (74.366)
 61,1% do IR diferido sob mais valia, líquido (26.801)
Ágio por rentabilidade futura (goodwill) 272.583
 O ágio é atribuído principalmente às sinergias identificadas no estudo realizado por consultores externos, na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A realização e amortização das mais valias a valor justo no período:

	Estoque	Imobilizado	Marca	Total
Mais valias a valor justo	29.498	33.081	121.692	184.271
Realização mais valia no período (6.890)	(6.890)	-	(6.890)	(13.780)
Amortização (7.159)	(7.159)	-	(7.159)	(14.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.608	25.922	121.692	170.222

2.5. Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15. **2.6. Moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.7. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. **2.8. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto, a partir do lucro líquido do exercício. Os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento são classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros recebidos são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

2.9. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos relevantes realizados pela administração na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 2.2 – Continuidade operacional:** avaliação da capacidade do Grupo de manter suas operações em funcionamento no curso normal dos negócios;
- **Nota explicativa nos 12 e 13 – Testes de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros, incluindo identificação de unidades geradoras de caixa e definição de premissas;**
- **Nota explicativa nº 13 – Definição das taxas de amortização e vidas úteis dos ativos intangíveis;**
- **Nota explicativa nº 19 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;**
- **Nota explicativa nº 21 – Determinação do prazo dos contratos de arrendamento, incluindo a avaliação da razoável certeza de exercício de opções de renovação;**
- **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que apresentam um risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
 - **Nota explicativa nº 7 – Provisões de Estoque:** Determinação do valor líquido realizável de estoque e provisão para retorno de mercadorias;
 - **Nota explicativa nº 21 – Definição da taxa de desconto utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento, conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16;**
 - **2.10. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na

suas classificações como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
 - Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
 - Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
 - Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
 - A Companhia não tem direito incondicional de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária. **3.1. Base de consolidação: i) Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de aquisição e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido.

As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. **ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das entidades controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **iii) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia optou por mensurar, inicialmente, as participações de acionistas não controladores com base na sua fração proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data da combinação de negócios. Alterações posteriores na participação do Grupo em subsidiárias que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários na sua condição de tal, sendo, portanto, reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício.

iv) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial referem-se às participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Considera-se coligada a entidade na qual o Grupo, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, sem, contudo, deter controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Já os empreendimentos controlados em conjunto são caracterizados por um acordo contratual que confere às partes controle compartilhado e direito sobre os ativos líquidos da entidade, e não sobre ativos ou passivos específicos. Esses investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado para refletir a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos da investida, bem como nos outros resultados abrangentes, até a data em que cesse a influência significativa ou o controle conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos. A lista de controladas está incluída na Nota Explicativa nº 2.3. **v) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são rativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

nados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anuais, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins desta avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a JUR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são mensurados contabilmente pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado em que a diferença no momento da designação entre o valor contábil e o valor justo deve ser reconhecida no resultado, obedecendo o regime de competência e a norma internacional IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48). O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting), da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. Nesse caso, a empresa protege o passivo financeiro referente aos empréstimos por meio da adoção do Hedge Cambial com contratos de mercado futuro. Para gestão de risco de variação cambial e de taxas de juros, o Grupo contratou instrumentos derivativos NDF (“non deliverable forward”). A modalidade NDF compreende a proteção contra a variação cambial em que a empresa garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato. O grupo liquidou os seis empréstimos da operação 4131 no decorrer do ano de 2024, nesse modelo de hedge. A variação cambial considerada nessas operações é apurada a partir do dólar/euro spot da contratação no dia da efetivação do negócio e da PTAX venda (D-1), divulgada pelo BACEN no dia do vencimento. Nos swaps que envolvem o hedge da variação cambial, negocia-se o cupom. O cupom é negociado a uma taxa linear (juros simples) com base de 360 dias (ano corrido). Já a taxa pré é negociada de forma exponencial, também com base de 360 dias corridos. O CDI é negociado em % (percentual) e é correlacionado com a taxa pré, de acordo com a curva de juros para o período. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos em contas bancárias de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original do faturamento, deduzida a provisão para perdas de créditos esperadas. A Administração entende que o valor está apresentado ao valor de realização. A provisão de perdas de créditos esperada é estabelecida quando existe uma evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor estimado da perda de crédito esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração em relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. **f) Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela Administração, para maiores detalhes verificar Nota Explicativa nº 7. Verba de Propaganda Cooperada – refere-se a rebates (porcentagem do valor de compras realizadas junto a fornecedores que se comprometeram com descontos em função do volume comprado) contratuais recebidos de fornecedores de Mercadorias de Revenda incidentes sobre todas as compras realizadas no exercício. Cada fornecedor possui um contrato e para cada contrato é negociada uma taxa de rebate gerada sobre o montante de compras do mês. Os rebates são reconhecidos como reduções do custo a pagar e são reconhecidos como reduções de custo mensal. Conforme exposto na Nota Explicativa nº 2.4.4, os estoques da controlada Tok&Stok foram avaliados a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 29.498 (R\$ 18,20% ponderada pela participação societária atribuído aos controladores). **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e Mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Conforme exposto na Nota Explicativa nº 2.4.4, o ativo fixo da controlada Tok&Stok foi avaliado a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 33.081 (R\$ 20,216 ponderada pela participação societária atribuído a controladores). **ii) Custos Subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Ter-

renos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do Grupo são as seguintes:
Móveis e utensílios 10 anos
Benefetórias 5 a 10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas 10 anos
Estruturas 5 anos
Veículos 5 anos
Equipamentos de informática e comunicação 5 anos
Equipamentos de telefonia 5 anos
Pallets 3 anos
Um item imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **h) Provisão para Redução do Valor Recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, caso aplicável. **Ativos financeiros:** O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível. Ao reavaliar um ativo, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço adicional. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo e na avaliação de crédito informada. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **i) Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. **ii) Tributos: i) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **ii) Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto: • Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **iii) Tributos sobre vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído em um componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **k) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia mantém saldos e desembolsos “confirming” (operações de risco-sacado), decorrente de transações da Companhia e seus fornecedores de produtos para revenda, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e gestão de capital. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Essa transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. **l) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos; • Despesa de juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ajuste a valor presente (calculado pelas receitas de revenda e correspondentes custos das mercadorias vendidas, utilizando a taxa SELIC); A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetiva. O Grupo classifica os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **m) Ativos Intangíveis e ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São gastos de desenvolvimento de plataforma e-Commerce (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os custos com marcas e patentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível do Grupo são as seguintes:
Softwares – Gerados internamente 3 a 7 anos
Decorado 3 anos
Softwares- adquiridos de terceiros 5 anos
n) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar o final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **i) Provisão de estoque:** • Baixo giro – a provisão abrange todo o estoque do Grupo, e aplica um percentual de perda de acordo com a sua última movimentação. • Obsolescência – é aplicado um range de provisão a todos os itens de estoque com avarias, estas avarias são classificadas de acordo com o grau de recuperabilidade na venda do bem. • Perda de inventário – para formular esta provisão é utilizada a base histórica de acordo com o volume transitado nos inventários do Grupo. • Provisão de estoque em retorno – quando há uma devolução de mercadoria, durante o transporte do item do cliente até o centro de distribuição há um risco de avaria, com base em dados históricos é constituída uma provisão para todos os itens nessa condição. • Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques – custo por redução ao valor recuperável. Avaliação de margem negativa de realizações dos estoques sendo líquida de impostos, custos e despesas comerciais, na data base de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Para todos os itens que tiverem margem negativa foi constituída provisão. **o) Acordo de Risco Sacado:** Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo estabeleceu contratos de risco sacado com diferentes instituições financeiras, por iniciativa exclusiva de determinados fornecedores, mantendo inalteradas as condições comerciais originalmente definidas (prazos de pagamento e preços negociados). Nesse contexto, a operação de risco sacado refere-se à negociação do grupo Toky com fornecedores para aquisição de bens ou serviços, com prazos de pagamento previamente acordados (90 ou 120 dias). Os valores são registrados no financeiro como títulos a pagar, conforme os vencimentos contratuais. A solicitação de antecipação pelo fornecedor se dá por necessidade de capital de giro na qual solicita ao grupo Toky a antecipação do pagamento de uma ou mais faturas. Com isso, a Toky consulta os bancos parceiros para obter a melhor taxa de antecipação para o fornecedor, após fechar a negociação com o banco, a antecipação é autorizada. O pagamento antecipado é efetuado pelo banco para o fornecedor já deduzindo a taxa de antecipação acordada. A manutenção do prazo e pagamento final é mantida, sem alavancagem, então no vencimento do título a Toky pagará ao banco o valor integral da nota fiscal sem alterações no custo original da mercadoria comprada. O pagamento ao banco ocorre exatamente como se estivesse pagando ao fornecedor. No momento do pagamento ao banco a conta contábil do título é reclassificada saindo do grupo de “fornecedores” para a conta específica de “risco sacado”, permitindo um melhor controle financeiro e visibilidade nas demonstrações contábeis. Em resumo, o vencimento original do título é preservado, sem reconhecimento de novas dívidas, sendo os custos financeiros da antecipação (juros e encargos) arcados pelo fornecedor, então para a Toky não há alteração no fluxo operacional. **p) Receitas:** As receitas são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfetas, operacionalizado por um modelo de cinco passos: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. **i) Principais fontes de Receitas: Receita de Revenda de Mercadoria Webshop (Venda no site):** A receita de vendas de produtos Webshop surge da venda online por meio dos sites Mobly.com.br e Tokstok.com.br, e apresenta o maior volume da receita do Grupo. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue ao cliente. Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na medida em que é altamente provável que não ocorra uma reversão material no valor da receita acumulada reconhecida. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. O Grupo reconhece a receita de vendas de produtos em uma base bruta, uma vez que atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir os pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços dos seus produtos. **Receita de Revenda Mercadoria (Loja Física):** A receita de vendas de produtos off-line surge de compras efetuadas diretamente nas lojas físicas do Grupo com a modalidade de vendas diretas com retirada mediada ou com entrega posterior. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue e/ou aceita pelos clientes. Assim como nas categorias acima o Grupo atua como principal e tem a responsabilidade pela entrega dos seus produtos. **Receita de Revenda Marketplace:** O Grupo realiza vendas de seus produtos em sites de terceiros, (Magazine Luiza, B2w, Via Varejo, Mercado Livre, Amazon, Carrefour, Leroy Merlin, Casa & Cia). Assim como a receita de venda de produtos webshop, o Grupo reconhece a receita de venda de produtos por meio de marketplace quando a propriedade do produto é transferida para o cliente. O Grupo atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir a entrega dos pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços. **Receita de Serviços:** O Grupo gera receita a partir de site próprio por meio de comissão quando terceiros vendem seus produtos na plataforma. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida, porque atua como agente e não tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, não assume o risco de estoque ou tem discricão em estabelecimento de preços. O Grupo também gera receita com prestação indireta de serviços de transportes por meio de contratação e subcontratação. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida porque atua como agente e contrata outros transportadores para execução do serviço, e eles são responsáveis pela entrega das cargas ou ressarcimento em casos de extravios, avarias total e parcial. **q) Imposto de renda e contribuição social correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação. O Grupo não constitui ativos fiscais diferidos, pois não é provável a existência de lucros tributáveis no curto prazo para que o Grupo possa utilizar seus benefícios. **r) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pelo Grupo decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **s) Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho, é a diretoria do Grupo. Com base na estrutura de gestão e no processo de tomada de decisão, a Administração concluiu que o Grupo como um único segmento operacional e reportável. O desempenho do Grupo é avaliado de forma consolidada, sendo que a informação desagregada é monitorada internamente apenas ao nível de receita, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30. Não há análise interna recorrente de margens ou resultados por segmento. As informações relativas à receita, aos resultados e aos ativos do segmento reportável podem ser verificadas diretamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas neste conjunto de demonstrações contábeis. **Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a sua contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

contrato. No caso de subarrendamentos, em que o Grupo subarrenda ativos tomados em arrendamento, o Grupo atua como arrendador intermediário. A classificação do subarrendamento como financeiro ou operacional é realizada com base no ativo de direito de uso associado ao arrendamento principal, conforme o CPC 06 (R2). Os subarrendamentos classificados como operacionais resultam no reconhecimento linear das receitas ao longo do prazo contratual, mantendo-se o reconhecimento e a depreciação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento do contrato principal.

4 Novas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2025: A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2025, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se: **Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3):** Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – introduzindo requisitos adicionais de divulgação quando uma moeda não é cambialmente conversível. Essas alterações não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo; **Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes:** Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e à divulgação das informações financeiras quando de sua adoção. **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação, incluindo aqueles associados a características ESG. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.; **Implementação da IFRS 18:** Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtópicos padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos dessa norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação. **Reforma tributária no Brasil:** Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2024, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês. O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a aplicação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	105	62	5.586	4.978
Aplicações financeiras	4	1	25.132	18.058
Total	109	63	30.718	23.036

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, a taxa média ponderada equivalente a 95,32% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") (93,7% em 31 de dezembro de 2024), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada. A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 31.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber – marketplace	67.020	41.336
Títulos a receber – adquirentes (i)	28.337	74.540
Títulos a receber – boletos	1.245	7.761
Títulos a receber – PIX	287	674
Títulos a receber – outros	7.211	8.539
Títulos a receber – Cartão Mobly	3.802	9.416
Total contas a receber	107.902	142.266
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
Total	106.886	138.957

(i) O Grupo antecipa os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Aiden, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados de adquirentes em uma média mensal de R\$ 83.500 em 2025 (média mensal de R\$ 34.202 em 2024), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo. A taxa média ponderada de antecipação foi de 116,15% do CDI em 2025 (117% do CDI em 2024), e o impacto no resultado no exercício de 2025 foi de R\$ 48.378, (R\$ 4.930 em 2024), e está explicitado na linha "juros sobre antecipação de recebíveis" na Nota Explicativa no 27. Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas por meio de parceiros (marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões. A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a vencer	106.088	135.555
Vencidos		
até 30 dias	1.280	1.039
acima de 30 e menor que 60 dias	496	765
acima de 60 dias	38	4.907
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
Total	106.087	138.957

A administração julga suficiente a provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

Provisões para perda de crédito esperada

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(3.309)	(1.154)
Combinação de negócios	–	(2.483)
Adições, líquida de reversões	(53)	328
Baixas (i)	2.347	–
Total	(1.015)	(3.309)

(i) As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	182.952	187.106
Matérias-primas	19.329	19.151
Estoques faturados e não entregues	11.960	7.195
Mais valia de estoques (i)	–	22.608
Estoques em trânsito	15.384	15.242
Mercadorias em poder de terceiros	6.186	12.833
Material de uso e consumo	2.478	3.549
Outros	1.095	4.346
Total	239.384	272.030

(i) O saldo de mais-valia de estoques reconhecido na data da aquisição foi integralmente apropriado ao resultado ao longo do exercício de 2025, em decorrência da realização das vendas dos respectivos itens. Dessa forma, todos os produtos objeto de reavaliação na aquisição da Tok&Stok pela Mobly já foram comercializados até a data-base. Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R\$ 20.411 em 31 de dezembro de 2025 (R\$42.462 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos. As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(42.462)	(5.221)
Combinação de negócios	–	(30.332)
Adições	(4.745)	(10.350)
Baixas (i)	28.234	3.441
Total	(18.973)	(42.462)

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do

estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante como redução da provisão anteriormente constituída.

8 Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	130.190	158.110	–	–
Adiantamentos a fornecedores	1.421	–	5.576	3.636
Adiantamentos de importação	–	–	1.624	2.362
Depósito caução	–	–	1.077	1.519
Ressarcimento transportes	–	–	4.331	7.699
Adiantamentos para aquisição de imobilizados	–	–	–	174
Bens recebidos de terceiros em comodato	–	–	3.702	1.501
Outros créditos	–	2.030	1.804	7.695
Adiantamentos folha e benefícios	117	140	2.479	4.353
Seguros pagos antecipadamente	–	–	4.807	4.141
Subarrendamentos (i)	–	–	–	4.751
Aluguel antecipado	–	–	–	565
Total	131.728	160.280	25.401	38.396
Circulante	131.728	160.267	22.365	33.454
Não circulante	–	–	3.036	4.941

(i) Saldo refere-se aos subarrendamentos de parte da Loja VilaLobos localizada em São Paulo-SP (arrendado até maio de 2031) (Nota Explicativa nº 21).

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (iii)	–	965	144.200	101.265
PIS a recuperar (i)	–	–	25.926	46.608
Cofins a recuperar (i)	–	–	104.715	192.459
IPI a recuperar	–	–	1.401	1.482
IRRF sobre aplicações	4.768	5.457	8.576	7.865
Outros créditos	1.065	–	3.793	4.634
INSS a Recuperar	–	–	37.160	34.729
Total	5.833	6.422	325.771	389.043
Circulante	5.833	6.422	185.696	229.809
Não circulante (ii)	–	–	140.075	159.234

(i) A Tok&Stok possui créditos de PIS e Cofins oriundos de ação judicial que transitou em julgado referente a "Tese do século" (Exclusão do ICMS da Base de cálculo de PIS e Cofins). Esse montante representa R\$ 170.001 do saldo destacado, onde R\$ 149.839 deste montante foi convertido em cotas subordinadas de FIDC e realocados para o grupo de investimentos, conforme Nota Explicativa nº 10.1. (ii) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R\$ 83.720 e INSS no valor de R\$ 37.160. (iii) O aumento do saldo de ICMS a recuperar decorre do êxito em processos judiciais nos quais a Companhia discutia a legalidade da cobrança do DIFAL nos períodos de 2016 a 2020. Com o trânsito em julgado de parte dessas ações ao longo de 2025, a Companhia reconheceu os respectivos créditos, os quais serão utilizados para compensação com débitos tributários futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins segue:

Ano	ICMS		PIS e COFINS	
	2026	2027	2028 em diante	Total
2026	59.533	–	116.020	–
2027	57.923	–	14.621	–
2028 em diante	–	–	26.744	–
Total	144.200	–	157.385	130.641

10 Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo (i)	102.697	130.619	26.117	26.115
Mobly Comércio Varejista Ltda.	102.697	130.619	–	–
Mobly Hub Transportadora Ltda.	–	–	26.117	26.115
Mobly Tech Ltda.	–	–	1.376	1.375
Total	102.697	130.619	27.493	27.490

(i) Os montantes em 31 de dezembro de 2025 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda., Mobly Tech Ltda. e Mobly Comércio Atacadista, por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (Nota Explicativa nº 8); (ii) Conforme Nota Explicativa no 16, na sessão de debêntures privadas. **10.1. Remuneração dos administradores:** Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
Remuneração	922	7.553	1.221	7.089
Encargos sociais	234	704	136	704
Total	1.155	8.257	1.357	7.793

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
Remuneração	922	16.465	1.221	15.765
Encargos sociais	234	1.055	136	817
Total	1.155	17.520	1.357	16.582

11 Investimentos e provisão para perdas em investimentos – controladora

Movimentação dos investimentos em controladas: A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Saldo inicial		Aquisição de investimento		Mais valia líquida de IR gerada na aquisição		Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes patrimoniais (i)		Amortização/ Realização das mais valias (Líquidas de IR/ CS Diferidos)		Saldo final	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação	300.617	94	94	25.369	–	–	14.031	–	–	–	–	337.111
Mobly Comércio Varejista Ltda.	300.617	94	94	25.369	–	–	14.031	–	–	–	–	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(65.394)	(290)	–	–	–	–	(8.658)	–	–	–	–	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	(15.851)	33	–	–	–	–	(4.206)	–	–	–	–	(20.242)
Mobly Atacadista	214	–	–	–	–	–	(3.250)	–	–	–	–	(3.036)
Estok Comercio e Representações S.A	(242)	25	–	–	–	–	(61.121)	–	(6.804)	(2.888)	(72.030)	–
Total	219.344	(138)	94	25.369	–	–	(67.204)	–	(6.804)	(2.888)	167.679	–

Em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial		Aquisição de investimento		Mais valia líquida de IR gerada na aquisição		Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes patrimoniais (i)		Amortização/ Realização das mais valias		Saldo final	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação	354.797	(120)	(120)	–	–	–	(54.060)	–	(18.283)	–	–	300.617
Mobly Comércio Varejista Ltda.	354.797	(120)	(120)	–	–	–	(54.060)	–	(18.283)	–	–	300.617
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(47.106)	(5)	–	–	–	–	(8.282)	–	–	–	–	(65.394)
Mobly Tech Ltda.	(10.594)	25	–	–	–	–	(5.282)	–	–	–	–	(15.851)
Mobly Atacadista	–	–	–	–	–	–	214	–	–	–	–	214
Estok Comercio e Representações S.A. (i)	–	–	–	272.583	88.691	–	(323.773)	(23.694)	(14.049)	–	(242)	–
Total	297.097	(100)	(100)	272.583	88.691	–	(323.773)	(101.105)	(14.049)	–	219.344	–

(i) Os valores são referentes a 2 meses de movimentação, ou seja, o período após a aquisição. **Informações de controladas:** Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos. O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros). A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis. A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base. A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R\$ 34.000, era de R\$ 114.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R\$ 103.371, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.469. A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48. A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: (i) risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; (ii) risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota senior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e (iii) risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R\$ 70 milhões), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais. Além disso, a estrutura prevê obrigação contratual da Companhia de realizar aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada nos termos do CPC 25, sendo reconhecida como provisão quando houver probabilidade de perda e mensuração confiável, ou divulgada como passivo contingente quando aplicável. A movimentação dos outros ativos financeiros a valor justo, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado
Investimento inicial em cotas subordinadas de FIDC	149.840
Resgate de cotas	(34.000)
Ajuste a valor justo (Nota Explicativa no 27)	(11.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.371

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R\$)	Ajuste frente ao valor contábil (R\$)
3 anos	101.891	(11.469)
4 anos	96.511	(18.328)
6 anos	83.786	(31.054)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento reflita adequadamente o valor justo, conforme CPC 46 e as exigências de divulgação previstas no CPC 48 e na regulamentação da CVM.

12 Imobilizado

Composição do imobilizado

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Benefitárias	213.882	(162.973)	50.909	70.237
Equipamentos de Informática	49.113	(44.467)	4.646	8.399
Estruturas/Instalações	114.846	(80.772)	34.074	42.605
Móveis e utensílios	51.855	(33.439)	18.416	22.608
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.121	(18.888)	12.233	14.386
Pallets	2.838	(2.821)	17	21
Veículos	1.181	(1.181)	-	688
Equipamentos de telefonia	5.265	(2.983)	2.282	1.333
Terenos	57.126	(415)	56.711	22.468
Imóveis	3.176	(1.810)	1.366	2.022
Total	530.403	(349.749)	180.654	184.767

A movimentação do custo ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Benefitárias	206.061	11.624	(3.803)	213.882
Equipamentos de informática	49.196	291	(374)	49.113
Estruturas/Instalações	114.416	1.241	(811)	114.846
Móveis e utensílios	51.529	401	(75)	51.855
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.040	584	(503)	31.121
Pallets	3.125	-	(287)	2.838
Veículos	1.922	-	(741)	1.181
Equipamentos de telefonia	5.180	85	-	5.265
Terenos (i)	22.723	34.403	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
Total	488.368	48.629	(6.594)	530.403

(i) O Grupo celebrou em 15 de agosto de 2025 Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária para aquisição de um imóvel comercial situado na cidade de São Paulo/SP, à Rua Henrique da Cunha, nº 68, esquina com a Avenida Rebouças e fundos para a Rua Pedro Leão. O imóvel possui área total de 2.587,17 m² e estava ocupado pela Companhia desde 1987 sob regime de locação. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Benefitárias	(135.824)	(30.952)	3.804	(162.973)
Equipamentos de informática	(40.797)	(4.035)	365	(44.467)
Estruturas	(71.811)	(9.768)	807	(80.772)
Móveis e utensílios	(28.921)	(4.523)	6	(33.439)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(16.654)	(2.576)	341	(18.889)
Pallets	(3.104)	(19)	302	(2.821)
Veículos (i)	(1.234)	(317)	370	(1.181)
Equipamentos de telefonia	(3.847)	(312)	1.175	(2.984)
Terenos (i)	(255)	(160)	-	(415)
Imóveis	(1.154)	(656)	-	(1.810)
Total	(303.601)	(53.318)	7.170	(349.749)

(i) O saldo na linha de terrenos corresponde à amortização da mais-valia registrada. A movimentação custo ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Benefitárias	69.040	24.770	(2.497)	114.748
Equipamentos de informática	16.555	352	(432)	32.721
Estruturas	20.041	775	(1.890)	95.490
Móveis e utensílios	8.812	(285)	(85)	43.087
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.599	2.893	(47)	23.595
Pallets	3.215	5	(95)	3.125
Veículos (i)	4.399	6	(3.041)	558
Equipamentos de telefonia	475	185	(32)	4.552
Terenos	-	-	-	22.723
Imóveis	-	246	-	2.930
Total	127.136	28.947	(8.119)	340.404

(i) Os veículos baixados até o período findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se à venda de caminhões para terceiros. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Benefitárias	(30.785)	(42.288)	3.863	(66.614)
Equipamentos de informática	(9.872)	(3.297)	418	(28.046)
Estruturas	(13.243)	(5.740)	2.475	(55.303)
Móveis e utensílios	(2.209)	(2.193)	644	(25.163)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.172)	(1.047)	223	(16.654)
Pallets	(2.716)	(483)	95	(3.104)
Veículos	(1.880)	(177)	1.378	(555)
Equipamentos de telefonia	(313)	(190)	63	(3.847)
Terenos	-	-	-	(255)
Edifícios	-	(19)	9	(1.154)
Total	(62.190)	(55.434)	9.168	(195.145)

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor residual contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil. A Companhia efetuou testes de impairment do ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 19,1% em 31 de dezembro de 2025 (17,4% em 31 de dezembro de 2024). O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

13 Intangível

Composição do intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Ágio (goodwill)	275.121	-	275.121	272.583
Softwares – gerados internamente	39.018	(13.183)	25.835	16.761
Softwares – gerados int. em desenv.	13.689	-	13.689	22.296
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	(13.680)	314	806
Marcas e patentes	121.752	(6.696)	115.055	121.752
Softwares – adquiridos de terceiros	150.467	(106.354)	44.113	51.233
Direito de Imagens	5.411	(5.401)	10	260
Ponto Comercial	1.264	-	1.264	245
Intangível em Andamento	5.386	-	5.386	20.079
Total	626.102	(145.314)	480.788	506.099

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Transf. rências	Baixas
Ágio (goodwill)	272.582	2.539	-	-
Softwares – gerados internamente	64.532	-	17.595	(43.109)
Softwares – gerados int. em desenv.	22.296	8.988	(17.595)	-
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	-	-	-
Marcas e patentes	121.752	-	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	132.366	1.875	20.682	(4.456)
Direito de Imagens	5.411	-	-	-
Ponto Comercial	1.264	-	-	-
Intangível em Andamento	20.079	5.989	(20.682)	-
Total	654.276	19.391	(47.565)	626.102

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Softwares – gerados internamente	(47.770)	(8.522)	43.109	-
Decorado – modelos para o site (i)	(13.194)	(486)	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	(81.044)	(25.940)	630	-
Direito de Imagens	(5.152)	(249)	-	-
Ponto Comercial	(1.018)	(246)	1.264	-
Marcas e Patentes	-	(6.696)	-	-
Total	(148.178)	(42.139)	45.003	-

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Transf. rências	Combi- nação de negócios
Ágio (goodwill)	272.583	-	-	-
Softwares – gerados internamente	57.352	-	7.180	-
Softwares – gerados int. em desenv.	17.510	11.966	(7.180)	-
Decorado – modelos para o site (i)	13.548	495	(49)	-
Marcas e patentes	60	-	-	121.692
Softwares – adquiridos de terceiros	11.097	931	(12)	120.350
Direito de Imagens	-	-	-	5.411
Ponto Comercial	-	-	-	1.264
Intangível em Andamento	-	1.841	-	18.238
Total	99.567	15.233	(61)	539.538

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	Combi- nação de negócios
Softwares – gerados internamente	(38.859)	(8.912)	-	-
Decorado – modelos para o site (i)	(12.185)	(1.009)	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	(5.837)	(8.884)	3.776	(70.098)
Direito de Imagens	-	(169)	84	(5.152)
Ponto Comercial	-	(16)	8	(1.010)
Total	(56.881)	(18.990)	3.868	(76.175)

(i) Decorado são modelos 3D utilizados na aplicação de realidade aumentada em nosso aplicativo. Estes modelos são desenvolvidos por um parceiro especializado, elaborados em uma seleção de itens elencada pela Mobly produtos ou categorias, e são disponibilizados na plataforma da Mobly. Os modelos podem ser acessados por nossos clientes a fim de renderizar os produtos selecionados, que podem ser visualizados com a funcionalidade de realidade aumentada.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Reclassificado (ii)
Fornecedores (i)	-	-	130.820	160.994
Serviços de Marketing	-	-	8.882	7.637
Fretes	-	-	4.978	10.497
Fornecedores de Serviços	15.022	23.647	33.644	36.811
Importação em trânsito	-	-	5.115	15.223
Total	15.022	23.647	183.439	231.162
Circulante	15.022	15.097	183.439	222.612
Não Circulante	-	8.550	-	8.550

(i) O montante de R\$ 8.550 classificado no não circulante, foi reclassificado nesta demonstração financeira conforme Nota Explicativa nº 2.9.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado
Valor contábil dos passivos financeiros	130.820
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

14.1. Risco sacado

	Consolidado
Risco sacado	39.895
Total	39.895

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os exercícios de 2024 e 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação na Tok&Stok em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros. A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento. No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor. No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado). Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há cobrigação ou garantias prestadas por estes. O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios. Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo. Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda. Ao final de 2025, a operação de risco sacado envolvia aproximadamente 69 fornecedores, o que representa cerca de 17,1% da base total de fornecedores do Grupo (estimada em aproximadamente 402 fornecedores). Em termos comparativos, o volume financeiro associado à operação totalizou R\$ 6,6 milhões sobre uma base de R\$ 231,2 milhões, resultando em um montante combinado de aproximadamente R\$ 237,8 milhões, sendo que a operação representa cerca de 2,8% desse total. Dessa forma, embora relevante sob a ótica operacional e de gestão de capital de giro, a operação ainda apresenta representatividade financeira limitada no contexto geral das obrigações do Grupo.

Valor contábil dos passivos financeiros
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco (i)
Intervalo de datas de vencimento de pagamento
(i) O Grupo não é responsável pelos juros decorrentes da antecipação do título junto ao banco. Esses encargos são de responsabilidade do próprio fornecedor que solicitou a antecipação via operação de risco sacado.

Valor contábil dos passivos financeiros
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco
Intervalo de datas de vencimento de pagamento
Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional normal do Grupo e sua natureza principal continua operacional, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços.

15 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

Ano	Valor máximo de dívida financeira líquida
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 669 milhões corrigido pela taxa DI

Covenant de CapEx (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:

Ano	CapEx máximo que pode ser desembolsado
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam: • Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos; • Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo covenants, entrega de informações e manutenção de garantias; • Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores; • Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro; • Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura; • Default cruzado: inadimplemento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias); • Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas; • Revogação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial; • Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas; • Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.

Debêntures privadas: Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografária no montante total de R\$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra a Tok&Stok. Com a cessão, a Mobly passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital. A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito devido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada. Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação. Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Tok&Stok como devedora desses valores perante a TOKY, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação. As debêntures privadas emitidas pela Mobly possuem as seguintes características principais: • Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão; • Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035; • Preço de conversão: R\$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações; • Vencimento final: 31 de dezembro de 2035; • Liquidação: exclusivamente por meio da conversão em ações na data de vencimento. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Tok&Stok; • Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixo (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de covenants financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2025 é como segue:

Movimentação empréstimos	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025 – Empréstimos	-	357.832
Baixa plano de recuperação extrajudicial	-	(357.832)
Dívidas com acionistas não controladores/outras contas a pagar convertidas em debêntures	-	119.676
Baixa dívida com acionistas não controladores/outras contas a pagar	-	(119.676)
Emissão de debêntures públicas	-	476.910
Despesa financeira com a emissão de debêntures públicas	-	184
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures públicas	-	79.430
Emissão de debêntures privadas	132.165	132.165
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures privadas	50	50
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures privadas	21.985	21.985
Debêntures Privadas convertidas em aumento de capital	(153.256)	(153.256)
Baixa de debêntures públicas convertidas em dívida	-	-
Intercompany	-	(75.950)
Antecipação de recebíveis	-	25.840
Saldo em 31 de dezembro de 2025	944	504.358

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão apresentados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	-	2.642
2028	-	50.309
2029	-	71.237
2030	-	71.237
2031	-	71.237
2032	-	71.237
2033	-	71.237
2034	-	71.237
2035	944	944
Total	944	481.518

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 31 de março de 2025.

17 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	31/12/2024 Reclassificado
Adiantamento de clientes (ii)	16.013	20.211
Repasses sellers	497	1.417
Receita futura (i)	6.347	7.127
Cashback	23	4.728
Outras receitas diferidas	518	29
Total	23.398	33.512

(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18 Depósitos e bloqueios judiciais

	Consolidado	31/12/2024
Depósitos tributários (i)	75.123	77.210
Depósitos trabalhistas	619	487
Bloqueios judiciais	392	431
Outros depósitos judiciais (iii)	10.022	9.797
Total	86.156	87.925
Circulante	392	431
Não circulante	85.764	87.494

A movimentação dos depósitos é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2024

Combinação de negócios	12.669
Adição	7.099
Baixas	(12.171)
Atualização monetária	5.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.925
Adição	3.814
Baixas (i)	(12.221)
Atualização monetária	6.638
Saldo em 31 de dezembro de 2025	86.156

(i) Em 25 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de cessão definitiva dos direitos de levantamento de depósitos judiciais vinculados a ações que discutem a exigibilidade do ICMS – Diferencial de Alíquotas (“DIFAL”) e do Fundo de Combate à Pobreza (“FCP”), referentes às competências até dezembro de 2021, com o SCORE I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (“Cessionário”). Na referida data, os depósitos judiciais objeto da cessão totalizavam R\$ 8.049, atualizados conforme índices oficiais dos Tribunais de Justiça dos respectivos Estados. Como contraprestação, a Companhia recebeu pagamento à vista no montante de R\$ 4.609, equivalente a 60% do valor atualizado dos depósitos. Além disso, o contrato prevê o recebimento de parcela variável adicional (“earn-out”), de até 20%, condicionada ao prazo do efetivo levantamento judicial. A Companhia reconheceu um ativo financeiro a valor justo para refletir o direito a essa contraprestação variável futura. Em decorrência da operação, os depósitos judiciais foram baixados do ativo não circulante, com o reconhecimento do valor justo da contraprestação recebida e do direito residual (earn-out). A diferença líquida, no montante de R\$ 1.869, foi registrada como despesa financeira no resultado do exercício de 2025. O montante de 4.172 foi restituído diretamente na conta corrente da Companhia referente a liberação via processo.

(ii) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir: a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins): Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança nº 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R\$ 45.918 (R\$ 39.648 em 2024). Os valores estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a). **b) Diferencial de alíquotas – DIFAL:** O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é mediado a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 29.204 (R\$37.639 em 2024). Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (Nota Explicativa nº 19.a). Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões. Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R\$ 18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R\$ 8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos R\$ 5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais. **(iii)** O montante referenciado são depósitos em garantias cíveis e do consumidor.

19 Provisão para contingências

O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	3.740	5.285	5.285
Contingências trabalhistas	18.957	25.143	25.143
Contingências tributárias (i)	25.163	47.250	47.250
Total	47.860	77.678	77.678
Circulante	383	-	-
Não circulante	47.477	77.678	77.678

(i) O montante de R\$ 21.453 é referente a um auto de infração de PIS e Cofins, provindo da combinação de negócios, que está em discussão administrativa. Para ambos os processos, o Grupo possui legal opinion com chances de perdidas prováveis. O montante de R\$ 2.374 é de um mandado de segurança referente ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e R\$ 1.129 é referente a um auto de infração de ICMS. A movimentação das contingências prováveis é como segue:

	Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2024
Combinação de negócios (ii)	45.685	12.938
Adições	13.327	45.685
Atualização monetária	5.728	5.728
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.678	77.678
Saldo transferido de tributos a recolher (iii)	43.437	-
Adições	1.380	-
Reversões (ii)	(83.548)	-
Atualização monetária	8.913	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	47.860	47.860

(ii) O Grupo reverteu, dentre outras, as provisões referentes ao Diferencial de Alíquotas (DIFAL) de 2022 em decorrência do julgamento do Tema 1.266 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2025, o STF firmou o entendimento de que o DIFAL somente poderia ser exigido a partir de 04 de abril de 2022, modulando os efeitos da decisão para afastar a cobrança relativa ao exercício de 2022 para os contribuintes que tenham ajuizado ações até 29 de novembro de 2023 e que não tenham efetuado o recolhimento daquele imposto ao longo do referido ano. O montante revertido foi de R\$ 73.905 sendo R\$ 49.919 de principal e R\$ 23.986 de atualização monetária. **(iii)** No exercício , o Grupo efetuou a transferência do montante de R\$ 43.437, anteriormente apresentado no passivo circulante, sob o grupo tributos a recolher, referente às provisões de Diferencial de Alíquotas (DIFAL) já mencionadas acima. **a) Contingências possíveis:** O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R\$ 58.238 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 56.565 em 31 de dezembro de 2024), trabalhistas no montante de R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.335 em 31 de dezembro de 2024) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 48.531 (R\$ 42.377 em 31 de dezembro de 2024) (nota explicativa 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 10.779 para o PIS e R\$ 49.653 para o Cofins. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 20.693. O Grupo discute judicialmente as alterações no formato de tributação relacionados à subvenção para investimento instituídas pela Medida Provisória nº 1.185, de 30 de agosto de 2023 (“MP nº 1.185/23”), posteriormente convertida na Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023 (“Lei nº 14.789/23”) e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações passaram a prever a incidência de PIS, Cofins, IPI e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS. O tema foi discutido com os assessores jurídicos e a tese foi classificada com chances de êxito “possível”. O montante dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 3.966 para o PIS e para o Cofins R\$ 18.270. Já para o IPI e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R\$ 81.736, sendo R\$ 36.016 referente ao exercício de 2025.

20 Outras contas a pagar

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para restituições (i)	9.616	10.487	10.487
Provisão para devolução de produtos	762	-	-
Provisões (ii)	18.579	12.235	12.235
Contas a pagar por Serviços de tecnologia (iii)	-	65.032	65.032
Manutenção a pagar	2.444	3.589	3.589
Allowance	8.516	7.103	7.103
Imobilizados a pagar (iv)	23.672	1.260	1.260
Outras Contas a pagar	16.118	9.838	9.838
Total	79.707	109.544	109.544
Circulante	70.091	34.025	34.025
Não circulante	9.616	75.519	75.519

(i) Substancialmente refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos; (ii) Montante refere-se a provisões para despesas operacionais que serão estornadas/revertidas assim que ocorrer a entrada de suas respectivas notas/documentos fiscais; (iii) Em abril de 2022, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aerea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”) com o objetivo de receber serviços exclusivos de criação, desenvolvimento e gerenciamento de soluções tecnológicas para as diversas áreas de negócio, construção e implementação de estratégias para os canais digitais, e assessoria na formação de uma equipe de tecnologia. Em novembro de 2023, as partes decidiram renovar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior. Conforme Nota Explicativa nº 16 as dívidas foram convertidas em debêntures públicas. (iv) Conforme descrito na NE 12, Informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R\$34.403 Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R\$22.392. A presente nota explicativa tem como objetivo evidenciar a posição patrimonial e financeira relacionada aos itens acima descritos na data-base indicada.

Movimentação das provisões

	Restituições	Devoluções	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	10.921	1.414	12.335
Adições/reversões	(434)	(1.414)	(1.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.487	-	10.487
Adições/reversões	(871)	762	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.616	762	10.378

21 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

a) Arrendamentos como arrendatário: O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento. A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

	Consolidado		
	Imóveis	Equipamentos	Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.496	2.000	8.957
Adições	18.363	-	-
Baixas (i)	(40.533)	-	-
Reavaliações	5.072	93	220
Desreconhecimento (ii)	4.089	-	-
Depreciação	(105.525)	(1.614)	(4.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	244.962	478	4.302

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. (ii) Refere-se ao subarrendamento de parte da loja Mobly Vila Lobos para a Cobasi, foi a seguinte:

	Consolidado		
	Imóveis	Equipamentos	Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2024	449.120	2.735	8.064
Adições	15.854	-	-
Baixas (i)	(61.100)	-	-
Reavaliações	4.757	93	220
Desreconhecimento	(97.039)	(1.080)	(3.450)
Pagamento passivo de arrendamento	(46.129)	-	-
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	34.600	31	44
Apropriação de juros	34.600	31	44
Saldo em 31 de dezembro de 2025	300.063	1.779	4.878

Circulante 94.152
Não circulante 212.569

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Consolidado		
	Imóveis	Equipamentos	Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.769	2.780	13.249
Combinação de negócios	284.714	-	-
Adições	7.585	240	-
Reavaliações	(20)	-	293
Desreconhecimento	(1.639)	-	-
Depreciação	(33.913)	(1.020)	(4.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.496	2.000	8.957

Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2023 131.024
Saldo em 31 de dezembro de 2024 449.120

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos ajustadas à realidade da companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,1% a 19,6%
De 6 a 7 anos	De 7,9% a 16,4%
Acima de 7 anos	De 9,2% a 16,6%

Fluxo de caixa
Nominal valor presente 401.168
Ajustado a Nominal valor presente 37.108

Contraprestações do arrendamento 401.168
PIS/Cofins potencial (9,25%) (i) 37.108

(i) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16). Considerando as orientações de divulgação

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital. Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

24 Patrimônio líquido
Composição societária: Em 31 de dezembro de 2025 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de Ações (em unidades)	Participação %
Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.	41.998.702	19,37%
Spx Private Equity Gestão De Recursos Ltda.	24.909.105	11,49%
Buriti Investimentos Gestora De Recursos Ltda.	21.108.476	9,74%
Exa Capital Asset Ltda.	17.749.430	8,19%
Domus Capital Asset Ltda.	11.870.823	5,48%
Domus Aurea Serviços De Tecnologia Ltda.	7.563.417	3,49%
Administração	91.587.037	42,25%
Total	216.786.990	100%

Capital social: Foi homologado em 10 de dezembro de 2024 o aumento do capital social do Grupo através da emissão e integralização de 16.273.499 de ações ordinárias, com o preço por ação de R\$4,08, perfazendo o total de R\$66.396. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (122.763.403 unidades de ações em 31 de dezembro de 2024). Do valor destinado ao aumento de capital, R\$ 153.357 foi destinado ao capital social e R\$ 25.269 foram destinados à reserva de capital. Referido aumento de capital decorreu, substancialmente, da capitalização de créditos anteriormente detidos por credores, incluindo a conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais. Em 2025, a Companhia concluiu etapas adicionais dessa reestruturação, com destaque para a conversão de debêntures privadas em capital social. (Nota explicativa 16). **Prejuízo por ação:** O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O prejuízo diluído por ação corresponde ao prejuízo básico por ação, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício e, portanto, os instrumentos financeiros potencialmente conversíveis, incluindo planos de stock options e debêntures conversíveis, foram considerados antídilutivos e não foram incluídos no cálculo, conforme o CPC 41 – Resultado por Ação.

	Controladora/Consolidado	
	Básico	Diluído
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	(94.089)	(94.089)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	132.165	191.766
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo – em R\$	(0,7119)	(0,4906)

25 Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos

a) Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	1.927.127	1.037.627
Vendas de mercadorias e serviços	1.927.127	1.037.627
Receita operacional, bruta	1.927.127	1.037.627
Impostos Incidentes	(356.879)	(156.160)
Impostos	39.172	7.344
ICMS – Incentivo fiscal (i)	(71.218)	(60.747)
Devolucões e cancelamentos	(93.173)	(16.867)
Descontos	1.445.029	811.196
Receita, líquida	(356.879)	(156.160)
(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços – ICMS. A variação da receita está diretamente relacionada à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.		
b) Custos dos produtos vendidos		
	31/12/2025	31/12/2024
Custo das vendas	(678.316)	(428.240)
Realização da mais-valia de estoque	(18.051)	(6.889)
(Provisão) reversão s/margem negativa	10.695	(861)
Provisão cut-off	(651)	(722)
Total	(686.323)	(436.712)

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

26 Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

a) Despesas comerciais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(151.518)	(55.364)
Transportes (i)	(120.400)	(72.477)
Outras despesas comerciais	(22.626)	(14.823)
Locação de equipamentos	(3.826)	(2.838)
Segurança e serviços prediais	(19.220)	(9.144)
Propaganda e publicidade (ii)	(74.386)	(66.864)
Energia, água e gás	(21.057)	(6.948)
Uso e consumo	(5.504)	(1.792)
Aluguel, condomínio e IPTU	(21.902)	(23.484)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	(4.665)	(4.431)
Meios de pagamento	(27.888)	(13.228)
Perdas e Doações	(7.231)	(274)
Despesas judiciais (iii)	28.954	(1.165)
Depreciação e amortização	(149.705)	(53.915)
Total	(600.974)	(326.747)

(i) Em 2024 tivemos estorno de provisões em aberto relacionadas ao gasto com transportes. (ii) O aumento do valor refere-se principalmente a comissões de afiliados de marketplace. (iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências cíveis e tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 38.432.

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(9.338)	(9.023)	(89.613)	(61.935)
Aluguel, condomínio e IPTU	(147)	(64)	(4.375)	(4.647)
Tecnologia da Informação	(1.294)	(2)	(25.996)	(18.216)
Outras despesas	(1.294)	(2)	(4.966)	(3.232)
Serviços de terceiros	-	(1.198)	-	-
Telecomunicação	-	-	(135)	-
Uso e consumo	-	-	(2.051)	-
Despesas judiciais (i)	(1.189)	(219)	18.123	(2.608)
Depreciação e amortização	(2.180)	-	(55.760)	(19.691)
Total	(14.252)	(10.506)	(164.773)	(114.632)

(i) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 18.162. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 demonstrada acima está relacionada diretamente com a combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024, (saldos de 2024 não contém os números de 12 meses findos de 2024 do grupo Tok&Stok).

27 Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos extraordinários (i)	(7.078)	(24.327)	(16.193)	(40.296)
Despesas Judiciais (ii)	-	-	-	3.725
Despesas de due diligence	-	(992)	-	(1.112)
Multas sobre impostos	-	(17)	-	(2.144)
Cartão Mobly	-	-	-	(631)
Plano de opções e bônus de subscrição	(1.540)	(100)	(1.402)	125
Provisão para DIFAL e outros impostos (iii)	-	(12.808)	-	(22.542)
Outras despesas não recorrentes	-	-	(633)	-
Total	(8.618)	(38.244)	(18.228)	(62.875)

(i) Os gastos extraordinários referem-se a despesas diretamente relacionadas à aquisição da Tok&Stok. Esses valores abrangem custos com consultores financeiros e jurídicos, serviços de due diligence contábil, fiscal e legal, honorários de auditoria independente, bem como despesas com assessoria regulatória, estruturação e comunicação institucional vinculadas à concretização da transação. (ii) Refere-se a um estorno de provisão relacionado a TAC (Termo de ajustamento de conduta), onde o julgamento determinou o pagamento menor do que o saldo provisionado. (iii) O Grupo reverteu a provisão de DIFAL referente ao exercício de 2022 devido ao julgamento favorável aos contribuintes para as empresas que possuíam ações discutindo a legalidade do tributo na respectiva competência.

b) Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeitos tributários não recorrentes (i)	-	-	32.972	12.853
Ganho líquido na venda de ativo mobilizado	-	-	38	387
Total	-	-	33.010	13.240

(i) A composição dos efeitos tributários não recorrentes refere-se, substancialmente, ao reconhecimento de créditos tributários pelo Grupo decorrentes de processos judiciais relacionados ao DIFAL (Diferencial de Alíquota de ICMS), no montante de R\$ 19.931, os quais transitaram em julgado e tiveram seus créditos apurados e habilitados no exercício de 2025. Adicionalmente, inclui o efeito da análise complementar dos valores habilitados pela Tok&Stok no âmbito da ação judicial que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 13.041.

28 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(22.100)	-	(112.470)	(6.624)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(41.211)	(18.335)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(35.548)	(15.076)
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(48.378)	(4.930)
Juros sobre antecipação de recebíveis-Adquirentes	-	-	-	178
Ajuste a valor presente (i)	-	-	(11.469)	-
Ajuste a valor justo de ativos (Nota Explicativa no 11.1)	-	-	27.623	(19.470)
Variações monetárias passivas	(49)	(6)	(5.660)	(1.033)
Juros sobre parcelamento de impostos	-	-	(13.738)	-
Multas s/ impostos	-	-	(1.194)	(9.902)
Outras despesas financeiras	-	(38)	-	-
Total	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.192)

Receitas financeiras
Ajuste a valor presente (i)
Variação monetária ativa
Juros de aplicações financeiras
Descontos financeiros obtidos (ii)
Outras Receitas Financeiras
Juros Ativos
Total

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	1.863
Variação monetária ativa	-	-	7.322	17.079
Juros de aplicações financeiras	-	715	1.720	9.493
Descontos financeiros obtidos (ii)	-	2	51.891	157
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	359
Juros Ativos	22.792	-	17.412	112
Total	22.792	717	78.345	29.063
Total	643	673	(163.700)	(46.130)

(i) O Grupo reavaliou a norma contábil de ajuste a valor presente e entendeu que não há componentes de financiamento materiais que obriguem a contabilização de tal montante. Dessa forma o Grupo reverteu os saldos acumulados contabilizados refletidos nas notas explicativas de receita, custo e resultado financeiro líquido. No balanço estavam registrados ajustes nas notas de Contas a Receber, Contas a Pagar e Estoques. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok). (ii) Refere-se ao ganho financeiro reconhecido pela Companhia em função da renegociação de obrigações junto à Domus, que envolveu a aquisição de debêntures com deságio e reestruturação das condições contratuais. A operação resultou na baixa parcial do passivo e no reconhecimento do ganho no resultado do exercício. Parte dos créditos também foi capitalizada em instrumentos patrimoniais. (Nota explicativa 16). A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok).

29 Imposto de renda e contribuição social

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(106.755)	(149.181)	(169.522)	(164.080)
IRPJ e CSLL – 34%	36.297	50.722	57.637	55.787
Ajustes para reconciliação:				
Equivalência patrimonial	(8.480)	-	-	-
Efeito fiscal – reversão de diferenças temporárias (mais valia)	(2.214)	-	-	-
Outros ajustes fiscais	(14.248)	-	-	-
IRPJ e CSLL apurados	11.355	50.722	57.637	55.787
Alíquota de Imposto Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Conforme demonstrado no quadro acima, a Companhia apurou prejuízos contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto na controladora quanto no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, a Mobly possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R\$ 629.143 (R\$ 561.695 em 31 de dezembro de 2024) e a Tok&Stok possuía R\$ 1.517.419 (R\$ 1.258.493 em 31 de dezembro de 2024) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

30 Informação por segmento

	31/12/2025			31/12/2024		
	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto
Consolidado	837.714	(213.825)	623.889	303.914	(118.658)	185.256
Receita de mercadorias – website	213.360	(104.273)	109.087	218.712	(104.694)	114.018
Receita de mercadorias – lojas	775.436	(352.751)	422.684	460.727	(179.564)	281.163
Receita de prestação de serviço	7.420	-	7.420	31.716	(12.711)	19.005
Receita de mercadorias – outros	5.002	(8.433)	(3.431)	4.507	(886)	3.621
Provisão estoque obsoleto e outros	-	11.010	11.010	1.430	(13.400)	(11.970)
Baixa de mais valia de estoque	(80.436)	(18.051)	(18.051)	(53.649)	(6.799)	(6.799)
Retornos (i)	(313.466)	-	(313.466)	(156.160)	-	(156.160)
Impostos sobre vendas	(1.445.029)	(686.323)	758.706	811.197	(436.712)	374.485
Total	1.445.029	(686.323)	758.706	811.197	(436.712)	374.485

(i) Os retornos são cancelamentos de vendas.

31 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros: Todos os ativos e passivos do Grupo são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas. As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada. Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo. **b) Política de gestão de riscos:** O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **c) Administração financeira de risco:** As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos: **(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito. Grande parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de vendas de Marketplace onde a contraparte é a companhia cujo website o consumidor usou para efetuar a compra. Dessa forma, as contrapartes são companhias de varejo de grande porte, para as quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (Nota Explicativa nº 6). O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrentes das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

(iii) Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. Os demais saldos de contas a receber são garantidos por grandes players do mercado, o Grupo fez uma avaliação de risco dessas empresas e não constitui nenhuma provisão para estes saldos. A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. **(iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais:** Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, é constituída uma provisão do valor a receber correspondente. **(v) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Controladora		Consolidado				
	Notas explicativas	Valor Contábil	Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Passivos financeiros não derivativo							
Fornecedores	14	15.022	15.022	3.004	10.515	1.502	-
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	14	183.439	183.439	52.013	105.419	26.007	-
Risco sacado	14	39.895	38.339	-	39.895	-	-
Passivos de arrendamentos	21	306.720	306.720	7.172	21.898	65.080	212.569
Empréstimos e financiamentos	16	507.358	507.358	-	-	25.840	481.518
Dívidas com acionistas não controladores	23	78.041	78.041	-	-	-	78.041
Total		1.112.453	1.112.453	59.185	167.213	116.927	772.128

(vi) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(vii) Risco de taxa de juros:** A exposição ao risco da taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros flutuante. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,25%, conforme boletim Focus de 31/12/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31/12/2025				
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	4	-	4	25.132
Total	4	-	4	25.132
Exposição Líquida				
Impacto no resultado financeiro				
Cenário Base – 14,90 % a.a.	-			

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.)		Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 31/12/2025	
Saldo em 31/12/2025	Controladora	Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Emprestimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)	944	507.358	695
Total	944	507.358	695
Exposição Líquida			126
Impacto no resultado financeiro			695
Cenário Base – 14,90 % a.a.	132	70.877	695
Cenário Provável – 12,25 % a.a.	110	58.913	695

(viii) Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante. O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R\$ 695 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 415 em 31 de dezembro de 2024). As operações de swap permitiram os riscos cambiais decorrentes de parte do financiamento à importação por derivativos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, reduzindo a exposição do Grupo às oscilações cambiais. Os contratos habilitados possuem o vencimento de 180 dias. O

Parecer ou Relatório Resumido, Se Houver,
O Comitê de Auditoria do Grupo Toky S.A. ("Companhia") é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, sujeito ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno"), no Estatuto Social da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis. Nos termos do artigo 10 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos um deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; e (ii) ao menos um deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto de 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) membro independente do Conselho de Administração da Companhia (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e pela Comissão de Valores Mobiliários); e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso (v), do Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê de Auditoria, 1 (um) exerce a função de Coordenador. São membros do Comitê de Auditoria: Sr. Alvaro Taiar Júnior, Sr. Felipe Fonseca Pereira (membro independente do Conselho de Administração da Companhia) e Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior (membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria). O Comitê de Auditoria deliberou 08 (oito) vezes no exercício social

do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)
encerrado em 31 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das obrigações regulatórias, estatutárias e regimentais, conforme dados abaixo elencadas: • 29 de janeiro de 2025; • 10 de fevereiro de 2025; • 25 de agosto de 2025; • 31 de março de 2025; • 15 de setembro de 2025; • 07 de novembro de 2025; • 14 de novembro de 2025. Todas as deliberações foram registradas em atas e assinadas por seus membros. O Comitê de Auditoria reuniu-se no âmbito da atribuição de suas funções, sendo os principais assuntos discutidos aqueles relacionados a: (i) avaliação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais a da Companhia; (ii) acompanhamento da evolução e da atualização do mapa de riscos da Companhia; (iii) acompanhamento das atividades da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) monitoramento de riscos e controles internos da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, analisaram, em reuniões realizadas em 19 e 31 de março de 2026, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes Grant Thornton emitido em 31 de março de 2026, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia.

José Ecio Pereira da Costa Junior – Coordenador
Alvaro Taiar Júnior – Membro
Felipe Fonseca Pereira – Membro

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Victor Pereira Noda – Diretor Presidente
Marcelo Rodrigues Marques – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mário Carlos Fernandes Filho – Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 31 de março de 2026, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Victor Pereira Noda – Diretor Presidente
Marcelo Rodrigues Marques – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mário Carlos Fernandes Filho – Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

Diretoria
Victor Pereira Noda – Diretor Presidente
Marcelo Rodrigues Marques – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Contador
Cleberson dos Santos Alves – CRC SP-349.301/0-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.)
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas consideradas pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação do pagamentos de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa nº 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos – Nota Explicativa nºs 12 e 13. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado (consolidado) e ativo intangível (consolidado) no montante de R\$ 180.654 mil e R\$ 480.789 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize, a cada encerramento de período, o teste de recuperabilidade econômica dos valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida e/ou ativos com indicativos de perda de recuperabilidade econômica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados, pela administração da Companhia, indicativos de perda de recuperabilidade econômica em virtude de, dentre outros aspectos: (i) prejuízos operacionais recorrentes; (ii) passivo circulante em excesso ao ativo circulante; e (iii) deterioração nas expectativas macroeconômicas, como aumento nas taxas de juros e pressão inflacionária no mercado no qual a Companhia opera (além de ambiente competitivo mais restritivo). Diante desses fatores, a Companhia realizou testes de recuperabilidade econômica sobre os ativos impactados. O teste de recuperabilidade econômica dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas, subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras. Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo sido esse assunto considerado, novamente, uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na

avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva, premissas e dados de mercado (como receita de vendas e taxas de juros e inflação), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas pela administração da Companhia; • Discussão, junto à administração, sobre o plano de negócios e premissas sensíveis; • Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser reavaliadas; • Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Reconhecimento da receita de vendas de mercadorias e serviços – Notas Explicativas nºs 3.p, 25 e 30. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconheceu receita líquida consolidada no montante de R\$ 1.445.029 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas oriundas de diferentes canais de venda, incluindo websites próprios (webshop), lojas físicas, marketplaces e prestação de serviços. O reconhecimento da receita envolve volume expressivo de transações efetuadas por distintos canais de vendas, além de integração entre diferentes sistemas, que exige configuração parametrizada para a correta alocação das receitas entre os diferentes canais, além de envolver grande volume de transações diárias, tornando o risco de erro material elevado em função da complexidade do ambiente operacional e de tecnologia. Em virtude da diversidade dos canais de vendas, volumes relevantes das transações e a necessidade de julgamento, por parte da administração, em diversas estimativas como provisão para devoluções, descontos comerciais, estimativa para perdas e classificação de transações como principal ou agente, o reconhecimento da receita foi considerado novamente como uma área de risco e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção de entendimento dos processos e políticas contábeis relacionados ao ciclo de receitas da Companhia, com foco nos critérios utilizados para o reconhecimento da receita, inclusive por canal de venda; • Entendimento dos controles internos aplicáveis ao ciclo de receitas e aos sistemas envolvidos na captura, processamento e contabilização dos dados de vendas; • Execução de procedimentos analíticos de auditoria utilizando ferramenta automatizada de auditoria denominada Audit Data Analytics (ADA) para receitas de vendas de mercadorias; • Análise dos critérios de reconhecimento de receita com base nas obrigações de desempenho identificadas nos contratos com clientes, considerando os aspectos relacionados ao atendimento das obrigações de performance; • Revisão das estimativas registradas para devoluções de produtos, perdas e descontos comerciais através da avaliação da política contábil adotada, consistência com o histórico de transações e critérios de mensuração aplicados; • Execução de testes de corte ("cut-off") para verificar que as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado, com base nas datas de entrega e aceite pelos clientes (atendimento das obrigações de performance); • Realização de testes substantivos, em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas e reconhecidas; • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de controle das operações efetuadas via marketplaces de terceiros. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, consi-

derar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 025.583/0-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador
CRC 1SP 255.954/0-0

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração



Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** A VR Benefícios Serviços de Processamento S.A. ("Companhia" ou "VR Benefícios") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento do histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciado. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R\$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R\$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa

Pontomais Tecnologia S.A., e em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações, e em 30 de Abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., e em 14 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações totalizando 100% e sua atividade consiste no serviço de gestão benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A. e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. Em 01 de maio 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa PontoMais Tecnologia S/A. com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cotistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios – FIDC, envolvendo a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., o FIC Zeta, o Banco VR S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e o Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. Em 01 de novembro 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A. com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 2025, o ambiente regulatório passou por mudanças relevantes para o setor. Foi publicado o Decreto nº 12.712/2025, que atualiza as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incluindo a obrigatoriedade de arranjos de pagamento abertos, interoperabilidade entre emissores e credenciadores, limites de taxas aplicáveis e novos prazos de liquidação financeira. A Companhia acompanha essas definições e vem promovendo as adaptações necessárias em seus processos e sistemas, de forma a assegurar total conformidade. No campo tributário, avançaram as discussões da Reforma Tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu o novo modelo de tributação sobre o consumo. Como as regras dependem de regulamentações complementares, seus impactos financeiros e operacionais ainda não são integralmente mensuráveis. A Administração monitora continuamente o tema para garantir adequação futura às normas e mitigar eventuais riscos regulatórios. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2024, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração
São Paulo, 31 de março de 2026.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Circulante		3.173.107	2.664.742		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.457.502	1.963.048		
Contas a receber de clientes	5	574.565	566.392		
Impostos a recuperar	6	133.113	128.826		
Despesas antecipadas		871	548		
Outras contas a receber		7.056	5.928		
Não circulante		700.938	725.665		
Imposto diferido	13b	81.721	103.199		
Depósitos judiciais	12a	914	796		
Contas a receber com partes relacionadas	30	6.753	50.598		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	8	47.723	-		
Investimentos	9	282.228	430.621		
Imobilizado	10	14.319	14.427		
Intangível	11	267.280	126.023		
Total do ativo		3.874.045	3.390.407		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Reserva de lucros não distribuídos	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	154.405	294.782	11.101	204.703	3.399	(3.399)	668.390	668.390
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(3.399)	-	(3.399)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	76.261	76.261
Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas/dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	3.813	68.826	3.622	(76.261)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	154.405	294.782	14.914	273.529	3.622	-	741.252	741.252
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.622)	-	(3.622)	(3.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	132.409	132.409
Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(20.783)	-	-	-	(20.783)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	(6.289)	-	-	-	(6.289)
Reservas	-	-	6.621	125.788	-	(132.409)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	154.405	294.782	21.535	372.245	-	-	842.967	842.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – a. Objeto social: A VR Benefícios Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – b. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. A Smart Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de março de 2026. **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **d. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **f. Incorporação realizada em 2025:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 refletem os efeitos da incorporação de suas investidas Pontomais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A., cuja operação foi concluída durante o exercício, conforme atos societários aprovados. A incorporação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária, aumento da eficiência administrativa e integração operacional dos negócios. Com a efetivação da operação, as investidas incorporadas foram extintas, e todos os seus ativos, passivos, direitos e obrigações passaram a ser controlados diretamente pela Companhia. Os impactos financeiros da incorporação foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, não havendo efeitos relevantes no resultado do exercício, maiores detalhes veja nota 9 – Investimento. **3. Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros – não derivativos:** Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. (i)

Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. (ii) **Recebíveis:** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia mensura a provisão para perda de crédito esperada em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **d. Combinação de negócios:** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	21	1.172.728	994.018		
Custo dos serviços vendidos	22	(603.613)	(557.058)		
Resultado operacional bruto		569.115	436.959		
Despesas gerais e administrativas	23	(221.154)	(147.873)		
Despesas com pessoal	24	(331.392)	(318.043)		
Despesas tributárias	25	(70.512)	(71.357)		
Resultado de participação	9	(22.200)	(7.053)		
Reversões (provisões) diversas	27	826	8.745		
Outras receitas (despesas) operacionais	28	1.853	85.670		
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(73.464)	(12.951)		
Resultado financeiro	26	280.806	179.505		
Resultado operacional		207.342	166.554		
Resultado não operacional		(1.717)	(1.722)		
Resultado antes da tributação		205.625	164.832		
Imposto de renda e contribuição social	13a	(51.738)	(58.491)		
Imposto diferido	13a	(21.478)	(30.081)		
Lucro líquido do exercício		132.409	76.261		
Lucro líquido por ações		0,86	0,49		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	132.409	76.261
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	132.409	76.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	132.409	76.261
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	49.134	29.982
Resultado de participação em controlada	22.200	7.053
Rendas de fundos de investimentos – FIDC	(2.894)	-
Reversão da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	291	(8.157)
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	4.858	20.135
Provisão (reversão) das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(1.117)	(588)
Provisão (reversão) para incentivos de longo prazo e participação nos lucros	57.883	92.695
Provisão de reabertura s/domicílio bancário	10.190	-
Imposto de renda diferido	21.478	30.081
Baixas de ativo imobilizado	105	53
Juros provisionados de passivos de arrendamento	1.101	1.093
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	51.738	58.491
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	13.535	74.225
(Aumento) redução em impostos a recuperar	68.370	23.168
(Aumento) redução em despesas antecipadas	1.215	78
(Aumento) redução em outras contas a receber	(275)	(392)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(119)	5
Aumento em créditos em circulação	350.493	100.007
Aumento (redução) em fornecedores	(13.051)	(4.295)
Redução em obrigações fiscais	(60.998)	(40.083)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(52.080)	(20.167)
Aumento (redução) em outras obrigações	7.679	(9.123)
Aumento em mútuo a receber	(12.599)	(14.106)
Juros pagos de passivos de arrendamento	(887)	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.463)	(58.174)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	580.195	357.131
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(44.829)	-
Aquisição de investimento	(26.369)	(46.079)
Aquisição de imobilizado	(3.600)	(896)
Aquisição de intangível	(28.461)	(35.693)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(103.259)	(82.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(24.405)	(3.399)
Valores pagos de passivos de arrendamento	(1.940)	(1.690)
Valores pagos para sociedades ligadas	(12.095)	(20.634)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(38.440)	(25.723)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	438.497	248.740
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.019.005	1.714.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.457.502	1.963.048
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	438.497	248.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a capacidade de gerar resultados futuros. A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado. **e. Ágio:** O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integral o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **f. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **g. Direito de uso:** O direito de uso sobre contrato de aluguel de imóvel da sede da Companhia, situada em São Paulo, são contabilizados usando o método de contabilização de leasing, inclusive seu reajuste anual, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias da seguinte forma no ativo pelo direito de uso, no passivo pela obrigação financeira e despesa de juros. O direito de uso é apresentado na rubrica de imobilizado. **h. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **i. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de **impairment** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **j. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **k. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade, o VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **l. Incentivo variável de longo prazo – ILP:** O presente Plano de Incentivo tem como principal objetivo criar mecanismos de retenção e motivação para executivos de alto potencial na Companhia. Além disso, busca estimular a realização dos objetivos estratégicos da empresa, oferecendo aos participantes a possibilidade de adquirir incentivos de longo prazo. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. Atualmente, a Companhia conta com dois planos de incentivos variáveis de longo prazo (ILP 1.0 e ILP 2.0). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da Companhia, por meio de Valuation Gerencial da Companhia definido em política interna, que observará os seguintes critérios: - ILP 1.0 – 50% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 50% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. - ILP 2.0 – 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2027. **m. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos civis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. **o. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou reduções de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **p. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes. **q. Novas normas, futuros requerimentos e outras alterações** • **Novos requerimentos atualmente em vigor:** A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2025. • **Futuros requerimentos:** A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alteração às CPC 48 e CPC 40)
1º de janeiro de 2027	CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

• **Outras alterações: Reforma tributária:** Reforma Tributária (EC 132/2023): continua em tramitação as leis complementares que regulamentam a criação da CBS e IBS. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos contábeis mensuráveis, pois as alíquotas, regimes específicos e regras de crédito financeiro permanecem pendentes de definição. **Alterações no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)** O Decreto nº 12.712/2025, publicado em 11 de novembro de 2025, estabeleceu novos parâmetros para arranjos de pagamento utilizados no PAT. As principais exigências possuem prazos de implementação escalonados: • Em 90 dias: limites máximos de taxas (MDR e intercâmbio) e novo prazo de liquidação financeira (arts. 182-B e 182-C). • Em 180 dias: obrigatoriedade de arranjos abertos para emissores que atendam mais de 500 mil trabalhadores (art. 174, § 1º). • Em 360 dias: interoperabilidade plena entre emissores e credenciadores (art. 177). A Companhia segue implementando os ajustes necessários para garantir conformidade regulatória dentro dos prazos estabelecidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	12.280	7.538
Aplicações financeiras (*)	2.445.222	1.955.509
	2.457.502	1.963.047

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2026 a 9 de junho de 2033 (2024 – 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2025 a 09 de junho de 2033), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía fiança no montante de R\$ 150.770 (R\$ 56.520 em 2024), com lastros nessas aplicações financeiras, cujo vencimento é de até 12 meses da data dessa demonstração financeira.

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	583.971	575.430
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.405)	(9.038)
	574.566	566.392

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2025	2024
A vencer	570.640	564.460
Vencidas		
De 30 a 90 dias	7.039	5.158
De 91 a 180 dias	959	509
De 181 a 360 dias	5.333	5.303
Saldo no fim do exercício	583.971	575.430

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao percentual contábil das contas a receber de clientes, estão demonstrados, conforme quadro abaixo.

	Taxas	2025	2024
Risco Zero	0,50%	(395)	(656)
Risco baixo	3% a 20%	(1.061)	(263)
Risco razoável	50%	(220)	(105)
Risco considerável	70% a 100%	(7.729)	(8.014)
Saldo no fim do exercício		(9.405)	(9.038)

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2025	2024
Saldo no início do exercício (+ -) Adições/ Reversões	(9.038)	(17.195)
Incorporação (nota 2.1)	(76)	-
Saldo no fim do exercício	(9.405)	(9.038)

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	21.352	14.252
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	89.412	95.518
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	21.920	18.871
Outros	429	185
	133.113	128.826

7. Contas a receber com partes relacionadas – A Companhia possui contrato de mútuo a receber com a sua investida Vexpenses S.A. (Controlada) no qual são previstas liberações à taxa média de 120% do Certificado de Depósito Interbancário, que possuem prazo indeterminado. No decorrer do exercício de 2025 houve liberações, sendo que em 31 de dezembro de 2025, o saldo do mútuo é de R\$ 6.753. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía mútuo a receber no montante de R\$ 50.598 junto à sua investida VR Mobilidade e Tecnologia S.A., com liberações remuneradas à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazo de vencimento de 36 meses, contados a partir da data de cada liberação. Em 1º de novembro de 2025, a referida investida foi incorporada pela Companhia, ocasião em que o saldo do mútuo foi integralmente liquidado por meio de encontro de contas, não havendo movimentação de caixa associada à liquidação. Em razão desse evento, não há saldo de mútuo a receber em 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2025	2024
Investimento em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	47.723	-
	47.723	-

A Companhia detém cotas da classe única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada (“FIDC”), classificado como condomínio fechado e regulado pela Resolução CVM nº 175, administrado por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. **Controle:** Embora a Companhia seja detentora das cotas emitidas pelo referido FIDC, a Administração avaliou os critérios de controle previstos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, concluindo que não detém controle sobre o Fundo, uma vez que: • o investimento foi estruturado conjuntamente com o outro cotista e seus prestadores de serviços (administrador fiduciário e gestor), com governança compartilhada via Comitê de Acompanhamento, incluindo discussões sobre política de crédito, política de cobrança, composição e desempenho da carteira, bem como direitos de voto em assembleias, conforme Acordo de Cotistas firmado entre as partes, • a Companhia não possui poder para dirigir, de forma unilateral, as atividades relevantes que afetam significativamente os retornos do FIDC; e • a exposição da Companhia aos resultados do Fundo decorre exclusivamente de sua condição de cotista: As cotas do FIDC são classificadas como ativo financeiro, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, uma vez que representam direitos contratuais da Companhia a fluxos de caixa futuros. Considerando o modelo de negócios adotado pela Companhia para gestão desse investimento, bem como as características dos fluxos de caixa associados às cotas do FIDC – os quais não atendem ao critério de recebimento exclusivo de principal e juros –, o referido investimento foi classificado como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). Mensuração do valor justo: o valor justo é apurado com base no valor patrimonial da cota divulgado pelo administrador fiduciário/gestor do FIDC, conforme as obrigações de divulgação previstas na RCVM 175 (demonstrações e informes periódicos de fundos).

9. Investimento – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 27.017, a investida tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, a aquisição gerou um ágio de R\$ 21.320. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50% da empresa Mazi Holding Ltda, a controlada em conjunto tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Services de Marketing S.A., a controlada em conjunto possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, a aquisição gerou um ágio de R\$ 9.212. Em 1º de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., a controlada em conjunto tem como principal atividade a prestação de serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, a aquisição gerou um ágio de R\$ 17.426. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% da empresa Pontomais Tecnologia S.A., no valor de R\$ 88.780, a aquisição gerou um ágio de R\$ 88.010. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Após essa aquisição a Companhia passou a deter 95% de participação da investida. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R\$ 5.000, na empresa Pontomais Tecnologia S.A., conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 9 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R\$ 7.000, da empresa Global Services de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, essa aquisição gerou um ágio de R\$ 7.690. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023,

foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A., no valor de R\$ 52.539, a atividade da investida consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferências e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira. Essa aquisição gerou um ágio de R\$ 49.831. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. Em 28 de março e 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações, da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 6.112, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 5.992, conforme contrato de compra e venda. Em 11 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., pelo valor de R\$ 25.552, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 28.046, conforme contrato de compra e venda. **Contraprestação contingente:** A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A um valor adicional de R\$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação, caso a receita bruta seja superior a R\$13.500. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente foi mensurada no valor de R\$ 24.198. Em 31 de dezembro de 2024, decorrido o prazo inicial de 1 ano após a aquisição, houve a apuração do valor final dessa contraprestação em R\$ 20.855. Esse montante que deverá ser liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2024 no valor de R\$ 10.427, e a segunda parcela foi paga em 28 de novembro de 2025 no valor de R\$ 11.904 corrigida pela variação mensal de 100% do CDI. **Incorporação de controladas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concluído o processo de incorporação das controladas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A pela Companhia, conforme atos societários aprovados. As incorporações foram aprovadas pelas assembleias realizadas em 1º de maio de 2025 para PontoMais Tecnologia S.A e 1º de novembro de 2025 para VR Mobilidade e Tecnologia S.A com base nos respectivos laudos de avaliação patrimonial elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida operação caracteriza-se como reorganização societária entre entidades sob controle comum, uma vez que, antes e após a operação, ambas as sociedades encontravam-se sob o controle final do mesmo acionista/controlador, não havendo, portanto, alteração no controle do grupo econômico. Considerando a natureza da operação, a incorporação não se enquadra no conceito de combinação de negócios, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, o qual exclui de seu escopo as transações realizadas entre entidades sob controle comum. Dessa forma, a incorporação foi contabilizada com base nos princípios estabelecidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Controlada e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, adotando-se o critério da continuidade dos valores contábeis. Os ativos e passivos da sociedade incorporada foram reconhecidos pela Companhia pelos valores contábeis históricos registrados nas demonstrações financeiras da incorporada, vigentes na data da incorporação, não tendo sido efetuados ajustes a valor justo. **Efeitos da incorporação:** Em decorrência da operação: • o investimento anteriormente registrado para a Companhia na controlada incorporada foi baixado; • os ativos e passivos da sociedade incorporada passaram a ser reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia; • não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tampouco de ganho por compra vantajosa; • o ágio alocado no investimento referente a aquisição das controladas incorporadas foi transferido para a conta de intangível • a operação não gerou impactos no resultado do exercício, por se tratar de transação sem substância econômica nova para o grupo. **Informações comparativas:** As demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas, uma vez que, considerando que a incorporação não alterou o controle final nem a substância econômica das operações do grupo. **PontoMais Tecnologia S.A.**

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Investimentos	Patrimônio líquido
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo	Total do passivo e PL

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Valores a receber	Patrimônio líquido
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo	Total do passivo e PL

Os investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim apresentados:

	2025	2024
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	204.807	211.967
Capital a integralizar em controlada (1)	10.197	4.285
Contraprestação contingente (2)	-	20.855
Ágio sobre investimento (3)	66.235	193.030
Outros Investimentos (4)	989	484
	282.228	430.621

(1) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas. (2) Na aquisição das ações da investida, a Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A. um valor adicional de R\$ 24.198 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação. Em 31 de dezembro de 2024, após o prazo inicial de 1 ano, o valor final dessa contraprestação foi apurado em R\$ 20.855. Com isso, foi baixado do ativo e do passivo o valor de R\$ 3.467 devido à reavaliação da parcela contingente, conforme previsão contratual. Ao longo do exercício de 2025 essa obrigação foi integralmente liquidada. (3) Em decorrência da incorporação das investidas Ponto Mais e VR Mobilidade ao longo do exercício de 2025, a Companhia procedeu à reclassificação do valor do ágio reconhecido na aquisição dessas investidas, transferindo-o para a rubrica de ativos intangíveis, apresentada no ativo não circulante. (4) A Companhia possui participação em COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD – Scredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, com investimento inicial de R\$ 100,00 (cem reais), podendo ser resgatada após 20 (vinte) anos até 70% (setenta por cento) de seu capital social. Passado esse período e a cada 5 (cinco) anos, poderá o associado resgatar até 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido, no valor de R\$ 989 (R\$ 484 em 2024). As participações em controladas e controlada em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	% Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Valor contábil do investimento	Resultado de participação	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
PontoMais tecnologia S.A.	-	100	-	7.385	4.372	5.181
Global serviços de marketing S.A	100	100	(4.104)	(7.906)	(6.019)	(6.007)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A	-	100	-	2.517	(3.697)	(2.121)
VExpenses S.A	60	60	(2.618)	2.405	(5.023)	(1.599)
Mazi Holding Ltda.	50	50	409.613	417.055	(19.266)	(6.292)
			402.891	421.456	(33.832)	(13.712)

Movimentação do investimento

	Saldos em 31/12/2024	Aumentos do Investimento	Incorporação	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A (1)	7.385	10	(11.767)	4.372	(1.04)
Global serviços de marketing S.A	(7.906)	14.030	-	(10.228)	(4.104)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A (1)	2.517	-	1.180	(3.697)	(1.571)
VExpenses S.A	1.443	-	-	(3.014)	(960)
Mazi Holding Ltda.	212.813	11.824	(9.633)	(9.633)	215.004
	216.252	25.864	(10.587)	(22.200)	209.720
	213.885	-	(147.650)	-	66.235
	484	505	-	-	989
	430.621	26.369	(158.237)	(22.200)	276.553
					282.228
					(5.675)

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação de suas controladas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (2) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a transferência do valor de ágio das empresas incorporadas para a rubrica de Ativos Intangíveis no ativo não circulante. Para fins de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, foi adotado o balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstramos a seguir: Mazi Holding Ltda.

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Investimentos	Patrimônio líquido
Total do ativo	Total do passivo e PL

O ágio é representado pela diferença entre o valor justo pago na aquisição do investimento...

foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A., no valor de R\$ 52.539, a atividade da investida consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferências e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira. Essa aquisição gerou um ágio de R\$ 49.831. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. Em 28 de março e 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações, da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 6.112, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 5.992, conforme contrato de compra e venda. Em 11 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., pelo valor de R\$ 25.552, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 28.046, conforme contrato de compra e venda. **Contraprestação contingente:** A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A um valor adicional de R\$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação, caso a receita bruta seja superior a R\$13.500. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente foi mensurada no valor de R\$ 24.198. Em 31 de dezembro de 2024, decorrido o prazo inicial de 1 ano após a aquisição, houve a apuração do valor final dessa contraprestação em R\$ 20.855. Esse montante que deverá ser liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2024 no valor de R\$ 10.427, e a segunda parcela foi paga em 28 de novembro de 2025 no valor de R\$ 11.904 corrigida pela variação mensal de 100% do CDI. **Incorporação de controladas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concluído o processo de incorporação das controladas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A pela Companhia, conforme atos societários aprovados. As incorporações foram aprovadas pelas assembleias realizadas em 1º de maio de 2025 para PontoMais Tecnologia S.A e 1º de novembro de 2025 para VR Mobilidade e Tecnologia S.A com base nos respectivos laudos de avaliação patrimonial elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida operação caracteriza-se como reorganização societária entre entidades sob controle comum, uma vez que, antes e após a operação, ambas as sociedades encontravam-se sob o controle final do mesmo acionista/controlador, não havendo, portanto, alteração no controle do grupo econômico. Considerando a natureza da operação, a incorporação não se enquadra no conceito de combinação de negócios, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, o qual exclui de seu escopo as transações realizadas entre entidades sob controle comum. Dessa forma, a incorporação foi contabilizada com base nos princípios estabelecidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Controlada e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, adotando-se o critério da continuidade dos valores contábeis. Os ativos

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.		CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33																																																																																																																																																																																																																																																							
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)																																																																																																																																																																																																																																																									
<p>timento comparado com o valor patrimonial, ou seja, contábil, o qual é fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial de cada investida. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:</p>																																																																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>PontoMais Tecnologia S.A.</td> <td>-</td> <td>108.622</td> </tr> <tr> <td>Global Serviços de Marketing S.A.</td> <td>10.958</td> <td>10.958</td> </tr> <tr> <td>VR Mobilidade e Tecnologia S.A.</td> <td>-</td> <td>39.028</td> </tr> <tr> <td>Vexpenses S.A.</td> <td>55.277</td> <td>55.277</td> </tr> <tr> <td>66.235</td> <td>213.885</td> <td></td> </tr> </table>			2025	2024	PontoMais Tecnologia S.A.	-	108.622	Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	10.958	VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	-	39.028	Vexpenses S.A.	55.277	55.277	66.235	213.885		<p>2024, a Companhia não apresentava contingências fiscais classificadas como de perda provável ou possível, de acordo com a avaliação da assessoria jurídica. Assim, não há provisões registradas, tampouco montantes a divulgar em relação a demandas fiscais.</p> <p>13. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações</td> <td>205.625</td> <td>164.832</td> </tr> <tr> <td>Exclusões (adições):</td> <td>53.835</td> <td>111.036</td> </tr> <tr> <td>Despesas indedutíveis</td> <td>11.910</td> <td>7.565</td> </tr> <tr> <td>Provisões diversas</td> <td>41.925</td> <td>103.471</td> </tr> <tr> <td>Lucro ajustado</td> <td>259.461</td> <td>275.869</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)</td> <td>(21.478)</td> <td>(30.081)</td> </tr> <tr> <td>Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incen-tivos fiscais (d)</td> <td>7.825</td> <td>4.938</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social corrente</td> <td>(59.564)</td> <td>(63.429)</td> </tr> <tr> <td>(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2024</td> <td>735</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Constituição (Realização) 31/12/2025</td> <td>33</td> <td>(226)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2024</td> <td>3.073</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>Constituição (Realização) 31/12/2025</td> <td>34.166</td> <td>6.268</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2024</td> <td>65.225</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Constituição (Realização) 31/12/2025</td> <td>103.199</td> <td>6.426</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2024</td> <td>–</td> <td>(27.904)</td> </tr> <tr> <td>Constituição (Realização) 31/12/2025</td> <td>–</td> <td>81.721</td> </tr> </table> <p>De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundas de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:</p> <table border="1"> <tr> <th>Ano</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>2025</td> <td>–</td> <td>26.343</td> </tr> <tr> <td>2026</td> <td>14.008</td> <td>25.540</td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>3.956</td> <td>24.734</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>7.838</td> <td>3.797</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>14.023</td> <td>3.797</td> </tr> <tr> <td>2030 a 2035</td> <td>41.896</td> <td>18.988</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>81.721</td> <td>103.199</td> </tr> </table> <p>O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R\$ 43.532 (R\$ 75.924 em 2024). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.</p> <p>14. Créditos em circulação – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é no montante de R\$ 2.634.820 (R\$ 2.284.328 em 2024). A rubrica de crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) no montante de R\$ 335.011 (R\$ 247.440 em 2024), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.</p> <p>15. Fornecedores</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>20.675</td> <td>22.930</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores de Vale Transporte</td> <td>3.382</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>24.057</td> <td>22.930</td> </tr> </table> <p>16. Passivos de Arrendamento – Em 31 de dezembro de 2025, o passivo de arrendamento totaliza R\$ 6.569, associado principalmente a contrato de locação com vencimento final em agosto de 2028, para o qual restam 32 parcelas mensais. O ativo de direito de uso correspondente apresenta saldo de R\$ 5.805. A Companhia avaliou o impacto da exclusão dos tributos da parcela contratual e identificou que o efeito estimado seria imaterial nos saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. Com base no conceito de materialidade estabelecido no CPC 26 e no custo-benefício da informação do CPC 23, a Companhia concluiu que a diferença não altera decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Contratos</td> <td>20.675</td> <td>22.930</td> </tr> <tr> <td>desconto % a.a. prazo</td> <td>60</td> <td>240</td> </tr> <tr> <td>Parcela mensal</td> <td>6.569</td> <td>8.295</td> </tr> <tr> <td>Vencimento final 31/12/2025</td> <td>6.569</td> <td>8.295</td> </tr> <tr> <td>31/12/2024</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>20.675</td> <td>22.930</td> </tr> </table> <p>O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento:</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Até 1 ano</td> <td>2.885</td> <td>2.885</td> </tr> <tr> <td>1-4 anos</td> <td>4.808</td> <td>4.808</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>7.693</td> <td>7.693</td> </tr> </table> <p>Movimentação do passivo de arrendamento no exercício</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2023</td> <td>10.002</td> <td>10.002</td> </tr> <tr> <td>Principal pago no exercício</td> <td>(1.690)</td> <td>(1.690)</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos no exercício</td> <td>(1.110)</td> <td>(1.110)</td> </tr> <tr> <td>Juros provisionados no exercício</td> <td>1.093</td> <td>1.093</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2024</td> <td>8.295</td> <td>8.295</td> </tr> <tr> <td>Principal pago no exercício</td> <td>(1.940)</td> <td>(1.940)</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos no exercício</td> <td>(887)</td> <td>(887)</td> </tr> <tr> <td>Juros provisionados no exercício</td> <td>1.101</td> <td>1.101</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2025</td> <td>6.569</td> <td>6.569</td> </tr> </table> <p>Arrendamento Curto Prazo</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Arrendamento Longo Prazo</td> <td>2.225</td> <td>2.225</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento Curto Prazo</td> <td>4.344</td> <td>4.344</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>6.569</td> <td>6.569</td> </tr> </table> <p>17. Obrigações fiscais</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Provisão para PIS e COFINS</td> <td>2.954</td> <td>6.555</td> </tr> <tr> <td>Provisão para ISS</td> <td>2.756</td> <td>1.865</td> </tr> <tr> <td>Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ</td> <td>43.218</td> <td>46.049</td> </tr> <tr> <td>Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL</td> <td>16.346</td> <td>17.380</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>3.124</td> <td>2.485</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>68.398</td> <td>74.334</td> </tr> </table> <p>18. Obrigações trabalhistas</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Participações nos lucros (1)</td> <td>33.078</td> <td>25.562</td> </tr> <tr> <td>Programa de incentivo a longo prazo (2)</td> <td>89.604</td> <td>87.557</td> </tr> <tr> <td>Provisão de férias</td> <td>21.505</td> <td>17.503</td> </tr> <tr> <td>Encargos sociais e outras</td> <td>9.366</td> <td>7.386</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>153.553</td> <td>138.008</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>105.932</td> <td>78.218</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>47.621</td> <td>59.790</td> </tr> </table> <p>1. A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício. 2. Em janeiro 2020 a Companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permitia ao pessoal-chave da administração a aquisição de ações. Em 1º de janeiro de 2023, uma nova outorga em termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da administração e aos funcionários seniores, com período de vesting em 5 anos. O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo, maiores detalhes estão descritas na nota 3.1.</p> <p>19. Outras obrigações</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Provisão com programa de fidelidade (1)</td> <td>105.349</td> <td>100.490</td> </tr> <tr> <td>Notas de créditos a pagar</td> <td>9.838</td> <td>5.475</td> </tr> <tr> <td>Provisão para reabertura (2)</td> <td>10.190</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>3.747</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>129.124</td> <td>106.003</td> </tr> </table> <p>(1) VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras. (2)</p>			2025	2024	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	205.625	164.832	Exclusões (adições):	53.835	111.036	Despesas indedutíveis	11.910	7.565	Provisões diversas	41.925	103.471	Lucro ajustado	259.461	275.869	Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(21.478)	(30.081)	Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incen-tivos fiscais (d)	7.825	4.938	Imposto de renda e contribuição social corrente	(59.564)	(63.429)	(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:			Saldo em 31/12/2024	735	33	Constituição (Realização) 31/12/2025	33	(226)	Saldo em 31/12/2024	3.073	125	Constituição (Realização) 31/12/2025	34.166	6.268	Saldo em 31/12/2024	65.225	–	Constituição (Realização) 31/12/2025	103.199	6.426	Saldo em 31/12/2024	–	(27.904)	Constituição (Realização) 31/12/2025	–	81.721	Ano	2025	2024	2025	–	26.343	2026	14.008	25.540	2027	3.956	24.734	2028	7.838	3.797	2029	14.023	3.797	2030 a 2035	41.896	18.988	Total	81.721	103.199		2025	2024	Fornecedores	20.675	22.930	Fornecedores de Vale Transporte	3.382	–	Total	24.057	22.930		2025	2024	Contratos	20.675	22.930	desconto % a.a. prazo	60	240	Parcela mensal	6.569	8.295	Vencimento final 31/12/2025	6.569	8.295	31/12/2024	–	–	Total	20.675	22.930		2025	2024	Até 1 ano	2.885	2.885	1-4 anos	4.808	4.808	Total	7.693	7.693		2025	2024	Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002	10.002	Principal pago no exercício	(1.690)	(1.690)	Juros pagos no exercício	(1.110)	(1.110)	Juros provisionados no exercício	1.093	1.093	Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.295	8.295	Principal pago no exercício	(1.940)	(1.940)	Juros pagos no exercício	(887)	(887)	Juros provisionados no exercício	1.101	1.101	Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.569	6.569		2025	2024	Arrendamento Longo Prazo	2.225	2.225	Arrendamento Curto Prazo	4.344	4.344	Total	6.569	6.569		2025	2024	Provisão para PIS e COFINS	2.954	6.555	Provisão para ISS	2.756	1.865	Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	43.218	46.049	Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	16.346	17.380	Outros	3.124	2.485	Total	68.398	74.334		2025	2024	Participações nos lucros (1)	33.078	25.562	Programa de incentivo a longo prazo (2)	89.604	87.557	Provisão de férias	21.505	17.503	Encargos sociais e outras	9.366	7.386	Total	153.553	138.008	Circulante	105.932	78.218	Não circulante	47.621	59.790		2025	2024	Provisão com programa de fidelidade (1)	105.349	100.490	Notas de créditos a pagar	9.838	5.475	Provisão para reabertura (2)	10.190	–	Outros	3.747	38	Total	129.124	106.003
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
PontoMais Tecnologia S.A.	-	108.622																																																																																																																																																																																																																																																							
Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	10.958																																																																																																																																																																																																																																																							
VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	-	39.028																																																																																																																																																																																																																																																							
Vexpenses S.A.	55.277	55.277																																																																																																																																																																																																																																																							
66.235	213.885																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	205.625	164.832																																																																																																																																																																																																																																																							
Exclusões (adições):	53.835	111.036																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas indedutíveis	11.910	7.565																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisões diversas	41.925	103.471																																																																																																																																																																																																																																																							
Lucro ajustado	259.461	275.869																																																																																																																																																																																																																																																							
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(21.478)	(30.081)																																																																																																																																																																																																																																																							
Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incen-tivos fiscais (d)	7.825	4.938																																																																																																																																																																																																																																																							
Imposto de renda e contribuição social corrente	(59.564)	(63.429)																																																																																																																																																																																																																																																							
(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31/12/2024	735	33																																																																																																																																																																																																																																																							
Constituição (Realização) 31/12/2025	33	(226)																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31/12/2024	3.073	125																																																																																																																																																																																																																																																							
Constituição (Realização) 31/12/2025	34.166	6.268																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31/12/2024	65.225	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Constituição (Realização) 31/12/2025	103.199	6.426																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31/12/2024	–	(27.904)																																																																																																																																																																																																																																																							
Constituição (Realização) 31/12/2025	–	81.721																																																																																																																																																																																																																																																							
Ano	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
2025	–	26.343																																																																																																																																																																																																																																																							
2026	14.008	25.540																																																																																																																																																																																																																																																							
2027	3.956	24.734																																																																																																																																																																																																																																																							
2028	7.838	3.797																																																																																																																																																																																																																																																							
2029	14.023	3.797																																																																																																																																																																																																																																																							
2030 a 2035	41.896	18.988																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	81.721	103.199																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Fornecedores	20.675	22.930																																																																																																																																																																																																																																																							
Fornecedores de Vale Transporte	3.382	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	24.057	22.930																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Contratos	20.675	22.930																																																																																																																																																																																																																																																							
desconto % a.a. prazo	60	240																																																																																																																																																																																																																																																							
Parcela mensal	6.569	8.295																																																																																																																																																																																																																																																							
Vencimento final 31/12/2025	6.569	8.295																																																																																																																																																																																																																																																							
31/12/2024	–	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	20.675	22.930																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Até 1 ano	2.885	2.885																																																																																																																																																																																																																																																							
1-4 anos	4.808	4.808																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	7.693	7.693																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002	10.002																																																																																																																																																																																																																																																							
Principal pago no exercício	(1.690)	(1.690)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros pagos no exercício	(1.110)	(1.110)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros provisionados no exercício	1.093	1.093																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.295	8.295																																																																																																																																																																																																																																																							
Principal pago no exercício	(1.940)	(1.940)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros pagos no exercício	(887)	(887)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros provisionados no exercício	1.101	1.101																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.569	6.569																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Arrendamento Longo Prazo	2.225	2.225																																																																																																																																																																																																																																																							
Arrendamento Curto Prazo	4.344	4.344																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	6.569	6.569																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para PIS e COFINS	2.954	6.555																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para ISS	2.756	1.865																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	43.218	46.049																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	16.346	17.380																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros	3.124	2.485																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	68.398	74.334																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Participações nos lucros (1)	33.078	25.562																																																																																																																																																																																																																																																							
Programa de incentivo a longo prazo (2)	89.604	87.557																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão de férias	21.505	17.503																																																																																																																																																																																																																																																							
Encargos sociais e outras	9.366	7.386																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	153.553	138.008																																																																																																																																																																																																																																																							
Circulante	105.932	78.218																																																																																																																																																																																																																																																							
Não circulante	47.621	59.790																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão com programa de fidelidade (1)	105.349	100.490																																																																																																																																																																																																																																																							
Notas de créditos a pagar	9.838	5.475																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para reabertura (2)	10.190	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros	3.747	38																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	129.124	106.003																																																																																																																																																																																																																																																							
<p>20. Patrimônio Líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 154.405 (R\$ 154.405 em 2024), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2024), de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real). Reserva Legal e Dividendos: O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendo no montante de R\$ 24.405 sendo: • R\$ 3.622 referentes ao dividendo obrigatório mínimo do exercício de 2024; • R\$ 20.783 correspondentes a dividendos adicionais, deliberados com base no saldo de reservas de lucros disponível para distribuição. Os dividendos foram pagos ao longo do exercício de 2025. Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício:</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Resultado do exercício</td> <td>132.409</td> <td>76.261</td> </tr> <tr> <td>(-) constituição da reserva legal – 5%</td> <td>6.621</td> <td>3.813</td> </tr> <tr> <td>(-) dividendos mínimos obrigatórios – 5%</td> <td>6.289</td> <td>3.622</td> </tr> <tr> <td>Destinação para reserva de lucros</td> <td>119.499</td> <td>68.826</td> </tr> </table> <p>Reserva de capital: Em 17 de abril de 2020, foi constituída reserva de R\$ 294.782, mediante aumento de capital realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.</p> <p>21. Receita líquida</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Receita de prestação de serviço a clientes</td> <td>143.914</td> <td>60.099</td> </tr> <tr> <td>Receita de prestação de serviço a estabelecimentos</td> <td>1.055.305</td> <td>954.554</td> </tr> <tr> <td>Impostos incidentes sobre os serviços prestados</td> <td>(26.491)</td> <td>(20.635)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.172.728</td> <td>994.018</td> </tr> </table> <p>22. Custo dos serviços vendidos</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Custo de amortização e depreciação</td> <td>(25.549)</td> <td>(23.661)</td> </tr> <tr> <td>Custo de confecção de cartões</td> <td>(19.705)</td> <td>(24.015)</td> </tr> <tr> <td>Custo de serviços de terceiros (1)</td> <td>(149.922)</td> <td>(129.344)</td> </tr> <tr> <td>Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos</td> <td>(60.636)</td> <td>(43.690)</td> </tr> <tr> <td>Custo de comunicações e correios</td> <td>(13.823)</td> <td>(13.365)</td> </tr> <tr> <td>Custo de serviços de processamento de dados (2)</td> <td>(49.446)</td> <td>(56.862)</td> </tr> <tr> <td>Custo de bonificação (3)</td> <td>(17.983)</td> <td>(14.965)</td> </tr> <tr> <td>Custo de Fidelidade (4)</td> <td>(266.273)</td> <td>(251.156)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(276)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(603.613)</td> <td>(557.058)</td> </tr> </table> <p>(1) Custo de contratos firmados com prestadores de serviços tecnológicos inerentes à manutenção do negócio. (2) Custo de rede de captura das transações, servidores e manutenção de software. (3) Bonificações concedidas a clientes, conforme contrato firmado. (4) Programa de fidelidade com os clientes, conforme contrato firmado.</p> <p>23. Despesas gerais e administrativas</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Despesas de amortização e depreciação</td> <td>(23.575)</td> <td>(6.321)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de Comunicações</td> <td>(1.149)</td> <td>(1.293)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de serviços de terceiros</td> <td>(67.854)</td> <td>(59.559)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de propaganda e publicidade (1)</td> <td>(66.183)</td> <td>(44.299)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com viagens/estádias e locomoções</td> <td>(3.102)</td> <td>(3.251)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de manutenção e conservação</td> <td>(1.847)</td> <td>(1.546)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de processamento de dados (2)</td> <td>(41.482)</td> <td>(20.058)</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>(15.962)</td> <td>(11.546)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(221.154)</td> <td>(147.873)</td> </tr> </table> <p>(1) Refere-se a campanhas de divulgação institucional e ações nos canais digitais, incluindo o Super Portal e o Super App, intensificadas ao longo do exercício. (2) Refere-se principalmente, à renovação de contratos de licenças de software, à contratação de novos fornecedores de tecnologia e aos efeitos das operações das investidas incorporadas no exercício.</p> <p>24. Despesas com pessoal</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Salários</td> <td>(157.382)</td> <td>(131.446)</td> </tr> <tr> <td>Gratificação</td> <td>(3.663)</td> <td>(506)</td> </tr> <tr> <td>Encargos</td> <td>(61.237)</td> <td>(45.834)</td> </tr> <tr> <td>Benefícios (1)</td> <td>(49.441)</td> <td>(42.858)</td> </tr> <tr> <td>Participação nos resultados (2)</td> <td>(58.787)</td> <td>(96.657)</td> </tr> <tr> <td>Despesas diversas de pessoal</td> <td>(882)</td> <td>(942)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(331.392)</td> <td>(318.043)</td> </tr> </table> <p>(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. (2) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício, e programa de incentivos de longo prazo que buscam recompensar o colaborador que permanecem períodos na empresa.</p> <p>25. Despesas tributárias</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>(11.662)</td> <td>(10.991)</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>(56.512)</td> <td>(52.481)</td> </tr> <tr> <td>Outros impostos (*)</td> <td>(2.338)</td> <td>(7.885)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(70.512)</td> <td>(71.357)</td> </tr> </table> <p>(*) Refere-se principalmente a IOF sobre aplicações financeiras e importação de serviços.</p> <p>26. Resultado financeiro</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Juros pagos ou incorridos</td> <td>(1.181)</td> <td>(1.228)</td> </tr> <tr> <td>Juros recebidos ou incorridos</td> <td>8.676</td> <td>8.144</td> </tr> <tr> <td>Varição monetária (1)</td> <td>(1.616)</td> <td>(520)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre aplicações financeiras</td> <td>269.073</td> <td>171.264</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de impostos a compensar</td> <td>5.442</td> <td>4.864</td> </tr> <tr> <td>Despesas bancárias</td> <td>(3.990)</td> <td>(3.655)</td> </tr> <tr> <td>Rendas de fundo investimentos – FIDC (2)</td> <td>2.894</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Desconto concedido</td> <td>(16)</td> <td>(16)</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>1.524</td> <td>652</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>280.806</td> <td>179.505</td> </tr> </table> <p>(1) Refere-se principalmente a atualização de valores a pagar sociedade ligada. (2) Refere-se ao valor justo por meio do resultado (FVPL), o valor justo é apurado com base no valor patrimonial da cota divulgado pelo administrador fiduciário/gestor do FIDC.</p> <p>27. Reversões (provisões) diversas</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Reversão (provisão) para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)</td> <td>(291)</td> <td>8.157</td> </tr> <tr> <td>Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais</td> <td>1.117</td> <td>588</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>826</td> <td>8.745</td> </tr> </table> <p>28. Outras receitas (despesas) operacionais</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Ganhos com créditos em circulação (1)</td> <td>15.890</td> <td>99.344</td> </tr> <tr> <td>Perdas em recebimento de créditos</td> <td>(4.260)</td> <td>(12.256)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para reabertura (2)</td> <td>(10.190)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas/despesas</td> <td>413</td> <td>(1.418)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.853</td> <td>85.670</td> </tr> </table> <p>(1) Receita relativa ao cancelamento de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias e reversão de saldos a pagar aos estabelecimentos sem domicílio bancário registrados há mais de 180 dias. (2) Provisão de Reabertura s/domicílio bancário, a Companhia mantém provisão específica para cobrir eventuais reaberturas de valores baixados de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias, baixados para receita. Prática atual de cálculo da provisão: • A base utilizada contempla o volume total de baixas e o percentual histórico de solicitações de reabertura; • O cálculo é revisado periodicamente para refletir o comportamento real dos estabelecimentos para as baixas de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias.</p> <p>29. Gerenciamento de riscos – O Comitê Financeiro tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê regularmente reporta à Administração sobre suas atividades. (i) Risco Operacional: A Companhia tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. (ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria</p>					2025	2024	Resultado do exercício	132.409	76.261	(-) constituição da reserva legal – 5%	6.621	3.813	(-) dividendos mínimos obrigatórios – 5%	6.289	3.622	Destinação para reserva de lucros	119.499	68.826		2025	2024	Receita de prestação de serviço a clientes	143.914	60.099	Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	1.055.305	954.554	Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(26.491)	(20.635)	Total	1.172.728	994.018		2025	2024	Custo de amortização e depreciação	(25.549)	(23.661)	Custo de confecção de cartões	(19.705)	(24.015)	Custo de serviços de terceiros (1)	(149.922)	(129.344)	Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos	(60.636)	(43.690)	Custo de comunicações e correios	(13.823)	(13.365)	Custo de serviços de processamento de dados (2)	(49.446)	(56.862)	Custo de bonificação (3)	(17.983)	(14.965)	Custo de Fidelidade (4)	(266.273)	(251.156)	Outros	(276)	–	Total	(603.613)	(557.058)		2025	2024	Despesas de amortização e depreciação	(23.575)	(6.321)	Despesas de Comunicações	(1.149)	(1.293)	Despesas de serviços de terceiros	(67.854)	(59.559)	Despesas de propaganda e publicidade (1)	(66.183)	(44.299)	Despesas com viagens/estádias e locomoções	(3.102)	(3.251)	Despesas de manutenção e conservação	(1.847)	(1.546)	Despesas de processamento de dados (2)	(41.482)	(20.058)	Outras	(15.962)	(11.546)	Total	(221.154)	(147.873)		2025	2024	Salários	(157.382)	(131.446)	Gratificação	(3.663)	(506)	Encargos	(61.237)	(45.834)	Benefícios (1)	(49.441)	(42.858)	Participação nos resultados (2)	(58.787)	(96.657)	Despesas diversas de pessoal	(882)	(942)	Total	(331.392)	(318.043)		2025	2024	PIS	(11.662)	(10.991)	COFINS	(56.512)	(52.481)	Outros impostos (*)	(2.338)	(7.885)	Total	(70.512)	(71.357)		2025	2024	Juros pagos ou incorridos	(1.181)	(1.228)	Juros recebidos ou incorridos	8.676	8.144	Varição monetária (1)	(1.616)	(520)	Juros sobre aplicações financeiras	269.073	171.264	Remuneração de impostos a compensar	5.442	4.864	Despesas bancárias	(3.990)	(3.655)	Rendas de fundo investimentos – FIDC (2)	2.894	–	Desconto concedido	(16)	(16)	Outras	1.524	652	Total	280.806	179.505		2025	2024	Reversão (provisão) para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)	(291)	8.157	Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	1.117	588	Total	826	8.745		2025	2024	Ganhos com créditos em circulação (1)	15.890	99.344	Perdas em recebimento de créditos	(4.260)	(12.256)	Provisão para reabertura (2)	(10.190)	–	Outras receitas/despesas	413	(1.418)	Total	1.853	85.670																																																			
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Resultado do exercício	132.409	76.261																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) constituição da reserva legal – 5%	6.621	3.813																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) dividendos mínimos obrigatórios – 5%	6.289	3.622																																																																																																																																																																																																																																																							
Destinação para reserva de lucros	119.499	68.826																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Receita de prestação de serviço a clientes	143.914	60.099																																																																																																																																																																																																																																																							
Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	1.055.305	954.554																																																																																																																																																																																																																																																							
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(26.491)	(20.635)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	1.172.728	994.018																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de amortização e depreciação	(25.549)	(23.661)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de confecção de cartões	(19.705)	(24.015)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de serviços de terceiros (1)	(149.922)	(129.344)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos	(60.636)	(43.690)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de comunicações e correios	(13.823)	(13.365)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de serviços de processamento de dados (2)	(49.446)	(56.862)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de bonificação (3)	(17.983)	(14.965)																																																																																																																																																																																																																																																							
Custo de Fidelidade (4)	(266.273)	(251.156)																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros	(276)	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(603.613)	(557.058)																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de amortização e depreciação	(23.575)	(6.321)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de Comunicações	(1.149)	(1.293)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de serviços de terceiros	(67.854)	(59.559)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de propaganda e publicidade (1)	(66.183)	(44.299)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas com viagens/estádias e locomoções	(3.102)	(3.251)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de manutenção e conservação	(1.847)	(1.546)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas de processamento de dados (2)	(41.482)	(20.058)																																																																																																																																																																																																																																																							
Outras	(15.962)	(11.546)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(221.154)	(147.873)																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Salários	(157.382)	(131.446)																																																																																																																																																																																																																																																							
Gratificação	(3.663)	(506)																																																																																																																																																																																																																																																							
Encargos	(61.237)	(45.834)																																																																																																																																																																																																																																																							
Benefícios (1)	(49.441)	(42.858)																																																																																																																																																																																																																																																							
Participação nos resultados (2)	(58.787)	(96.657)																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas diversas de pessoal	(882)	(942)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(331.392)	(318.043)																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
PIS	(11.662)	(10.991)																																																																																																																																																																																																																																																							
COFINS	(56.512)	(52.481)																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros impostos (*)	(2.338)	(7.885)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(70.512)	(71.357)																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros pagos ou incorridos	(1.181)	(1.228)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros recebidos ou incorridos	8.676	8.144																																																																																																																																																																																																																																																							
Varição monetária (1)	(1.616)	(520)																																																																																																																																																																																																																																																							
Juros sobre aplicações financeiras	269.073	171.264																																																																																																																																																																																																																																																							
Remuneração de impostos a compensar	5.442	4.864																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas bancárias	(3.990)	(3.655)																																																																																																																																																																																																																																																							
Rendas de fundo investimentos – FIDC (2)	2.894	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Desconto concedido	(16)	(16)																																																																																																																																																																																																																																																							
Outras	1.524	652																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	280.806	179.505																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Reversão (provisão) para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)	(291)	8.157																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	1.117	588																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	826	8.745																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Ganhos com créditos em circulação (1)	15.890	99.344																																																																																																																																																																																																																																																							
Perdas em recebimento de créditos	(4.260)	(12.256)																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para reabertura (2)	(10.190)	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Outras receitas/despesas	413	(1.418)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	1.853	85.670																																																																																																																																																																																																																																																							
<p>10. Imobilizado</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Taxas anuais de depreciação</td> <td>Depre- ciação acumu- lada</td> <td>Depre- ciação acumu- lada</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20%</td> <td>39.805 (35.786)</td> <td>4.019 36.441 (32.766)</td> <td>3.675</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e aparelhos</td> <td>10%</td> <td>1.215 (915)</td> <td>300 1.117 (793)</td> <td>324</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10%</td> <td>2.299 (1.057)</td> <td>1.242 1.848 (719)</td> <td>1.129</td> </tr> <tr> <td>Ativo direito de Uso</td> <td>20%</td> <td>10.741 (4.936)</td> <td>5.805 12.007 (2.923)</td> <td>9.084</td> </tr> <tr> <td>Benefiteiros Imóveis</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Terceiros</td> <td>20%</td> <td>3.449 (720)</td> <td>2.729 – –</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>10%</td> <td>754 (530)</td> <td>224 620 (405)</td> <td>215</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>58.263 (43.944)</td> <td>14.319 52.033 (37.606)</td> <td>14.427</td> </tr> </table> <p>Movimentação do Imobilizado</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>14.427</td> <td>16.590</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições – Incorporação (nota 9)</td> <td>1.212</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições</td> <td>3.600</td> <td>896</td> </tr> <tr> <td>(-) Baixas</td> <td>(105)</td> <td>(53)</td> </tr> <tr> <td>(-) Transferência</td> <td>–</td> <td>1.373</td> </tr> <tr> <td>(-) Depreciação</td> <td>(4.815)</td> <td>(4.379)</td> </tr> <tr> <td>Saldo no fim do exercício</td> <td>14.319</td> <td>14.427</td> </tr> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Sorpo Seguros S.A. no valor de R\$ 60.000 (R\$ 70.513 em 2024 com a Axa Seguros S.A.).</p> <p>11. Intangível</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Gastos de implantação de sistemas</td> <td>177.941</td> <td>97.510</td> </tr> <tr> <td>Outras imobilizações em curso</td> <td>5.017</td> <td>50.212</td> </tr> <tr> <td>Ágio Rentabilidade Futura</td> <td>142.200</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Mais Valia</td> <td>36.832</td> <td>31.392</td> </tr> <tr> <td>Amortização acumulada</td> <td>(94.710)</td> <td>(53.091)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>267.280</td> <td>126.023</td> </tr> </table> <p>Em 2025 foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados no valor de R\$ 7.368 (R\$ 19.790 em 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. Movimentação do Intangível</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>126.023</td> <td>102.020</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições – Incorporação (nota 9)</td> <td>9.465</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições</td> <td>28.461</td> <td>35.993</td> </tr> <tr> <td>(+) Transferência – Ágio de Mais Valia/Rentabilidade Futura</td> <td>147.650</td> <td>15.286</td> </tr> <tr> <td>(-) Transferência</td> <td>–</td> <td>(1.373)</td> </tr> <tr> <td>(-) Amortização</td> <td>(44.319)</td> <td>(25.603)</td> </tr> <tr> <td>Saldo no fim do exercício</td> <td>267.280</td> <td>126.023</td> </tr> </table> <p>Movimentação do Ágio</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>Saldos em 31/12/2024</th> <th>Incor- poração</th> <th>Transfe- rência</th> <th>Saldos em 31/12/2025</th> </tr> <tr> <td>PontoMais tecnologia S.A.</td> <td>–</td> <td>108.622</td> <td>(10)</td> <td>108.612</td> </tr> <tr> <td>VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (*)</td> <td>–</td> <td>39.028</td> <td>(5.440)</td> <td>33.588</td> </tr> <tr> <td>Ágio – Incorporação</td> <td>–</td> <td>147.650</td> <td>(5.450)</td> <td>142.200</td> </tr> </table> <p>(*) Em 2025, em decorrência da conclusão do laudo de alocação do preço de aquisição (PPA), elaborado nos termos do CPC 15 – Combinação de Negócios, a Administração procedeu à alocação de parte do saldo do ágio decorrente da incorporação para a rubrica de Mais-Valia, no montante de R\$ 5.440.</p> <p>Mais Valia</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>Saldos em 31/12/2024</th> <th>Transfe- rência</th> <th>Saldos em 31/12/2025</th> </tr> <tr> <td>Vexpenses S.A.</td> <td>15.286</td> <td>–</td> <td>5.286</td> </tr> <tr> <td>VR Mobilidade e Tecnologia S.A.</td> <td>6.444</td> <td>5.440</td> <td>11.884</td> </tr> <tr> <td>Global Serviços de Marketing S.A.</td> <td>2.844</td> <td>–</td> <td>2.844</td> </tr> <tr> <td>PontoMais Tecnologia S.A.</td> <td>6.818</td> <td>–</td> <td>6.818</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>31.392</td> <td>5.440</td> <td>36.832</td> </tr> </table> <p>O ágio está sujeito anualmente ao teste de redução ao valor recuperável em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.</p> <p>12. Provisão para contingências – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Quantidade de Provisão</td> <td>Depósito</td> <td>Quantidade de Provisão</td> <td>Depósito</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Ações</td> <td>contábil</td> <td>Ações</td> <td>contábil</td> </tr> <tr> <td>Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fiscais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Remota</td> <td>1</td> <td>730</td> <td>730</td> <td>730</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Possível</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>12</td> <td>871</td></tr></table>					2025		2024			Taxas anuais de depreciação	Depre- ciação acumu- lada	Depre- ciação acumu- lada		Equipamentos de informática	20%	39.805 (35.786)	4.019 36.441 (32.766)	3.675	Máquinas e aparelhos	10%	1.215 (915)	300 1.117 (793)	324	Móveis e utensílios	10%	2.299 (1.057)	1.242 1.848 (719)	1.129	Ativo direito de Uso	20%	10.741 (4.936)	5.805 12.007 (2.923)	9.084	Benefiteiros Imóveis					Terceiros	20%	3.449 (720)	2.729 – –	–	Outros	10%	754 (530)	224 620 (405)	215	Total		58.263 (43.944)	14.319 52.033 (37.606)	14.427		2025	2024	Saldo no início do exercício	14.427	16.590	(+) Adições – Incorporação (nota 9)	1.212	–	(+) Adições	3.600	896	(-) Baixas	(105)	(53)	(-) Transferência	–	1.373	(-) Depreciação	(4.815)	(4.379)	Saldo no fim do exercício	14.319	14.427		2025	2024	Gastos de implantação de sistemas	177.941	97.510	Outras imobilizações em curso	5.017	50.212	Ágio Rentabilidade Futura	142.200	–	Mais Valia	36.832	31.392	Amortização acumulada	(94.710)	(53.091)	Total	267.280	126.023		2025	2024	Saldo no início do exercício	126.023	102.020	(+) Adições – Incorporação (nota 9)	9.465	–	(+) Adições	28.461	35.993	(+) Transferência – Ágio de Mais Valia/Rentabilidade Futura	147.650	15.286	(-) Transferência	–	(1.373)	(-) Amortização	(44.319)	(25.603)	Saldo no fim do exercício	267.280	126.023		Saldos em 31/12/2024	Incor- poração	Transfe- rência	Saldos em 31/12/2025	PontoMais tecnologia S.A.	–	108.622	(10)	108.612	VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (*)	–	39.028	(5.440)	33.588	Ágio – Incorporação	–	147.650	(5.450)	142.200		Saldos em 31/12/2024	Transfe- rência	Saldos em 31/12/2025	Vexpenses S.A.	15.286	–	5.286	VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	6.444	5.440	11.884	Global Serviços de Marketing S.A.	2.844	–	2.844	PontoMais Tecnologia S.A.	6.818	–	6.818	Total	31.392	5.440	36.832		2025		2024			Quantidade de Provisão	Depósito	Quantidade de Provisão	Depósito		Ações	contábil	Ações	contábil	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas					Fiscais					Remota	1	730	730	730	Trabalhistas					Possível	–	–	12	871																																											
	2025		2024																																																																																																																																																																																																																																																						
	Taxas anuais de depreciação	Depre- ciação acumu- lada	Depre- ciação acumu- lada																																																																																																																																																																																																																																																						
Equipamentos de informática	20%	39.805 (35.786)	4.019 36.441 (32.766)	3.675																																																																																																																																																																																																																																																					
Máquinas e aparelhos	10%	1.215 (915)	300 1.117 (793)	324																																																																																																																																																																																																																																																					
Móveis e utensílios	10%	2.299 (1.057)	1.242 1.848 (719)	1.129																																																																																																																																																																																																																																																					
Ativo direito de Uso	20%	10.741 (4.936)	5.805 12.007 (2.923)	9.084																																																																																																																																																																																																																																																					
Benefiteiros Imóveis																																																																																																																																																																																																																																																									
Terceiros	20%	3.449 (720)	2.729 – –	–																																																																																																																																																																																																																																																					
Outros	10%	754 (530)	224 620 (405)	215																																																																																																																																																																																																																																																					
Total		58.263 (43.944)	14.319 52.033 (37.606)	14.427																																																																																																																																																																																																																																																					
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo no início do exercício	14.427	16.590																																																																																																																																																																																																																																																							
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	1.212	–																																																																																																																																																																																																																																																							
(+) Adições	3.600	896																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Baixas	(105)	(53)																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Transferência	–	1.373																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Depreciação	(4.815)	(4.379)																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo no fim do exercício	14.319	14.427																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Gastos de implantação de sistemas	177.941	97.510																																																																																																																																																																																																																																																							
Outras imobilizações em curso	5.017	50.212																																																																																																																																																																																																																																																							
Ágio Rentabilidade Futura	142.200	–																																																																																																																																																																																																																																																							
Mais Valia	36.832	31.392																																																																																																																																																																																																																																																							
Amortização acumulada	(94.710)	(53.091)																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	267.280	126.023																																																																																																																																																																																																																																																							
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo no início do exercício	126.023	102.020																																																																																																																																																																																																																																																							
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	9.465	–																																																																																																																																																																																																																																																							
(+) Adições	28.461	35.993																																																																																																																																																																																																																																																							
(+) Transferência – Ágio de Mais Valia/Rentabilidade Futura	147.650	15.286																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Transferência	–	(1.373)																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Amortização	(44.319)	(25.603)																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo no fim do exercício	267.280	126.023																																																																																																																																																																																																																																																							
	Saldos em 31/12/2024	Incor- poração	Transfe- rência	Saldos em 31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																					
PontoMais tecnologia S.A.	–	108.622	(10)	108.612																																																																																																																																																																																																																																																					
VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (*)	–	39.028	(5.440)	33.588																																																																																																																																																																																																																																																					
Ágio – Incorporação	–	147.650	(5.450)	142.200																																																																																																																																																																																																																																																					
	Saldos em 31/12/2024	Transfe- rência	Saldos em 31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																						
Vexpenses S.A.	15.286	–	5.286																																																																																																																																																																																																																																																						
VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	6.444	5.440	11.884																																																																																																																																																																																																																																																						
Global Serviços de Marketing S.A.	2.844	–	2.844																																																																																																																																																																																																																																																						
PontoMais Tecnologia S.A.	6.818	–	6.818																																																																																																																																																																																																																																																						
Total	31.392	5.440	36.832																																																																																																																																																																																																																																																						
	2025		2024																																																																																																																																																																																																																																																						
	Quantidade de Provisão	Depósito	Quantidade de Provisão	Depósito																																																																																																																																																																																																																																																					
	Ações	contábil	Ações	contábil																																																																																																																																																																																																																																																					
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas																																																																																																																																																																																																																																																									
Fiscais																																																																																																																																																																																																																																																									
Remota	1	730	730	730																																																																																																																																																																																																																																																					
Trabalhistas																																																																																																																																																																																																																																																									
Possível	–	–	12	871																																																																																																																																																																																																																																																					



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5 (iii) **Risco de mercado e liquidez**: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito, o risco é o que o valor justo dos instrumentos financeiros oscile em função de mudanças nas condições de mercado, incluindo taxas de juros, índices de preços e condições macroeconômicas gerais.

30. Instrumentos financeiros – A Companhia possui instrumentos financeiros, segue abaixo os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Instrumento Financeiro				
Ativos Mensurados	Classificação	2025	2024	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	2.457.502	1.963.048	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	574.565	566.392	
Contas a receber com partes relacionadas	Custo Amortizado	6.753	50.598	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor Justo	47.723	–	2
Total dos Ativos Financeiros		3.086.543	2.580.038	
Créditos em circulação	Custo Amortizado	(2.634.820)	(2.284.328)	
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	Custo Amortizado	(1.000)	(13.095)	
Passivos Financeiros		(2.635.820)	(2.297.423)	
Total Instrumentos Financeiros				
Líquidos		450.723	282.615	

(i) Mensuração do valor justo: De acordo com o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, a hierarquia dos níveis de classificação do valor justo é, resumidamente, a seguinte: Informações de Nível 1. São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. O preço cotado em mercado ativo, oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível. Informações de Nível 2. São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação de Nível 2 deve ser

observável substancialmente pelo prazo integral do ativo ou passivo. Informações de Nível 3. (inputs) são dados não observáveis para o ativo ou passivo. A Companhia deve desenvolver dados não observáveis utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade. A Companhia utiliza as informações de mercado fornecidas pelas instituições financeiras, nas quais possui os instrumentos financeiros para mensurar suas aplicações financeiras. **(ii) Análise de sensibilidade:** As flutuações das taxas de juros, como, a taxa DI podem afetar de forma positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos das contas.

Conta	31/12/2025	DI	Sem Indexador
Caixa e equivalentes de caixa	2.457.502	2.457.502	–
Contas a receber de clientes	574.565	–	574.565
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	6.753	–
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	47.723	–	47.723
Total dos ativos financeiros	3.086.543	2.464.255	622.288
Créditos em circulação	(2.634.820)	–	(2.634.820)
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	(1.000)	(1.000)	–
Total dos passivos financeiros	(2.635.820)	(1.000)	(2.634.820)
Total líquido	450.723	2.463.255	(2.012.532)

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta os seguintes cenários, provável, com queda de 50% aumento de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme a seguir:

	Cenário provável	Cenário	Risco de 25%		Risco de 50%	
			Redução	Aumento	Redução	Aumento
DI	14,51%	Redução	10,88%	7,25%	–	–
DI	14,51%	Aumento	18,14%	21,77%	–	–
		Saldo líquido	Cenário provável	Redução de 25%	Redução de 50%	Aumento de 50%
Ativos		31/12/2025	357.563	268.111	178.658	178.658
DI	Risco	Redução do índice	2.464.255	357.563	268.111	178.658
Total			2.463.255	357.418	267.930	178.440
Passivos		Saldo líquido	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	Aumento de 50%
DI	Risco	Aumento do índice	(1.000)	(145)	(181)	(218)
Total			2.463.255	357.418	267.930	178.440

O cenário provável é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía posição com instrumentos financeiros derivativos.

31. Transações entre partes relacionadas – Os valores abaixo se referem às transações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

sações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2025		2024	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco VR S.A.				
Disponibilidades em conta corrente	384	–	359	–
Aplicações financeiras	575.107	68.526	543.083	46.171
Fornecedores	–	–	–	(1.572)
Valores a pagar	(335.011)	(29.877)	(247.440)	(21.922)
Outras contas a receber	2.306	–	–	–
VR Assessoria de Investimentos Ltda.				
Fornecedores	(23.344)	(44.374)	–	(14.374)
VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda.				
Fornecedores	–	(9.496)	–	(7.680)
VR Aluguéis e Serviços S.A.				
Fornecedores	(240)	(3.167)	(233)	–
Global Serviços de Marketing S.A. (Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	(1.000)	(11.906)	(2.571)	(416)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (Controlada)				
Contas a receber com partes relacionadas	–	–	50.393	4.938
PontoMais Tecnologia S.A. (Controlada)				
Fornecedores	–	–	–	(69)
Vexpenses S.A. (Controlada em conjunto)				
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	18	205	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	(10.524)	(104)
Passivo a descoberta de investida	(1.571)	–	–	–

Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração o pessoal-chave da administração.

32. Eventos subsequentes – Na data do fechamento do exercício, até a data de autorização das demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento que tenha impacto contábil ou financeiro.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Aos Acionistas e Diretores da

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas, com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, planejamos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações, os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo, para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP
Camila Coelho Querodia
Contadora – CRC 1SP 294.059/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Abbott													
CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101.9 Rua dos Pinheiros, 498 - Conj. 71, 72, 131 e 132 - Pinheiros, CEP 05.422-902, São Paulo/SP Tel + 55 11 2131 5100													
Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2025 E 2024 - (Valores Expressos Em Milhares De Reais)													
Balço Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Nota Explicativas	2025	2024	Passivo e PL	Nota Explicativa	2025	2024	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total		
Circulante				Circulante									
Caixa e equivalente de caixa	1	37.560	32.028	Fornecedores	7	7.774	16.639	Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	207.554	15.544	(172.279)	50.819	
Contas a receber	2	10.231	18.353	Fornecedores partes relacionadas	11	4.349	60.783	Resultado de exercícios anteriores	-	-	25.066	25.066	
Partes relacionadas	11	71	1.199	Obrigações fiscais	8	17.874	5.697	Lucro do exercício	-	-	12.458	12.458	
Estoques	3	36.122	45.547	Salários e encargos sociais	9	4.320	5.200	Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	207.554	15.544	(184.887)	38.211	
Impostos a recuperar	4	14.986	7.817	Outras contas a pagar	10	4.763	2.260	Aumento de Capital	55.770	-	-	55.770	
Outros créditos	5	981	1.492	Partes relacionadas	-	-	-	Lucro do exercício	-	-	11.595	11.595	
Total do ativo circulante		99.951	106.436	Total do passivo circulante		39.080	90.579	Saldos em 31 de dezembro de 2025 (não auditado)	263.324	15.544	(173.292)	105.576	
Não circulante				Não circulante									
Depósitos e cauções		5.679	5.706	Provisão para contingências		566	181	Demonstração do Resultado do Exercício					
Deposito Judicial tributário		4.015	4.051	Reserva de capital		566	181	Demonstração do Resultado do Exercício					
Impostos a recuperar		26.087	-	Total do passivo não circulante		566	181	Demonstração do Resultado do Exercício					
Imobilizado	6	9.490	12.778	Total do passivo		39.646	90.760	Demonstração do Resultado do Exercício					
Intangível		0	0	Patrimônio líquido				Demonstração do Resultado do Exercício					
Total do ativo não circulante		45.271	22.535	Capital social	12	263.324	207.554	Demonstração do Resultado do Exercício					
Total do ativo		145.222	128.971	Reserva de capital		15.544	15.544	Demonstração do Resultado do Exercício					
				(-) Prejuízos Acumulados		(173.292)	(184.887)	Demonstração do Resultado do Exercício					
				Total do patrimônio líquido		105.576	38.211	Demonstração do Resultado do Exercício					
				Total do passivo e patrimônio líquido		145.222	128.971	Demonstração do Resultado do Exercício					
1. Caixa e equivalente de caixa -													
Caixa e bancos		732	222	Demonstração do Resultado do Abrangente									
Aplicações financeiras (i)		36.828	31.806	Resultado do exercício		11.595	12.458	Demonstração do Resultado do Exercício					
		37.560	32.028	Resultado abrangente total		11.595	12.458	Demonstração do Resultado do Exercício					
2. Contas a Receber -													
Clientes		13.623	22.154	Taxas									
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.392)	(3.801)	Depreciação	10	21.425	633	Demonstração do Resultado do Exercício					
		10.231	18.353	Adições				Demonstração do Resultado do Exercício					
3. Estoques -													
Produtos para venda		57.644	54.396	Baixas				Demonstração do Resultado do Exercício					
Mercadorias em trânsito		2.267	9.946	2025				Demonstração do Resultado do Exercício					
(-) Provisão para perdas nos estoques		(23.789)	(18.795)	2024				Demonstração do Resultado do Exercício					
		36.122	45.547	2025				Demonstração do Resultado do Exercício					
4. Imposto a Recuperar -													
ICMS-Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços		4.174	3.820	7. Fornecedor -									
IPI-Imposto sobre Produtos Industrializados		140	91	Fornecedores nacionais		7.774	12.742	Demonstração do Resultado do Exercício					
Imposto de Renda e Contribuição Social		5.944	2.161	Fornecedores estrangeiros		0	3.897	Demonstração do Resultado do Exercício					
Crédito de Pis/Confins extemporâneos		4.728	1.745			7.774	16.639	Demonstração do Resultado do Exercício					
		14.986	7.817	8. Obrigações Fiscais -									
5. Outros Créditos -													
Adiantamentos		457	293	ICMS-Imposto sobre Circulação de Mercadorias		600	786	Demonstração do Resultado do Exercício					
Outro Créditos a Receber		524	1.199	ISS-Imposto sobre Serviços		194	783	Demonstração do Resultado do Exercício					
		981	1.492	Imposto de Renda e Contribuição Social		6.644	183	Demonstração do Resultado do Exercício					
6. Imobilizado -													
Máq. Equipos.	10	20.512	1.941	Outros impostos a Recolher		10.436	3.945	Demonstração do Resultado do Exercício					
Computadores e Periféricos	20	3.644	885	9. Salários e encargos sociais -		2025	2024	Demonstração do Resultado do Exercício					
Movéis e Utensílios	10	831	-	Encargos sociais		558	707	Demonstração do Resultado do Exercício					
Veículos	20	-	-	Provisão para encargos sobre férias		986	1.065	Demonstração do Resultado do Exercício					
Benefetorias	20	793	-	Provisão de férias e 13º salário		2.776	3.428	Demonstração do Resultado do Exercício					
Instalações	20	105	216	10. Outras contas a pagar -		2025	2024	Demonstração do Resultado do Exercício					
Imóveis	4	977	-	Outras provisões		4.763	2.260	Demonstração do Resultado do Exercício					
Imobilizado em Andamento	4	745	(745)			4.763	2.260	Demonstração do Resultado do Exercício					
Prov. Perda	-	(559)	-	11. Partes Relacionadas -									
Sub Total		27.048	3.042	12. Capital Social -									
Depreciação Acumulada		(13.302)	(2.558)	13. Receita Operacional Líquida -									
		13.747	484	2025									
				2024									

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "impairment": O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa). Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 12,3% (10,5% em 31 de dezembro de 2024). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 3,8%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. **10. Intangível – 10.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **10.2 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Intangível	
	Soft- em andamento	Total
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.434	3.865
Adições	437	437
Baixas	(147)	(147)
Transferências (*)	1.694	(1.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.128	4.138
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.773)	(1.773)
Adição	(752)	(752)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.525)	(2.525)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.603	1.613
Taxa anual de amortização – %	20,50	-

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 17.

	Intangível	
	Soft- em andamento	Total
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.434	2.434
Adições	1.431	1.431
Custo em 31 de dezembro 2024	2.434	3.865
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(973)	(973)
Adição	(800)	(800)
Saldo em 31 de dezembro 2024	(1.773)	(1.773)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	661	2.092
Taxa anual de amortização – %	20,50	-

11. Direito de uso e passivo de arrendamento – 11.1 Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurado através do valor presente das parcelas futuras, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos, mais custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A mensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Companhia não possui a intenção de comprar esses ativos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exer-

cerá a opção de compra. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **11.2 Composição dos saldos –** A composição e movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo: **11.2.1 Direito de uso**

	Equipamentos		Área portuária	Total
	Imóveis	Equipamentos		
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado	161.554	5.488	79.378	246.420
Constituição e renovação de contratos	8.478	2.238	-	10.716
Amortização	(8.033)	(4.610)	(3.750)	(16.393)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024 – Reapresentado	161.999	3.116	75.628	240.743
Constituição e renovação de contratos	11.677	12.058	-	23.735
Baixas	-	(122)	-	(122)
Amortização	(8.612)	(4.228)	(3.686)	(16.526)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	165.064	10.824	71.942	247.830

11.2.2 Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Reapresentado	Total	Reapresentado	Total
Saldos líquidos inicial	226.922	238.873		
Constituição e renovação de contratos	23.735	10.716	20.215	23.375
Apropriação de encargos financeiros	20.215	23.375	(46.144)	(43.910)
Pagamento de contraprestação	(46.144)	(43.910)	(692)	(2.132)
Baixas	(99)	-	(99)	-
Saldos líquidos final	223.937	226.922	226.922	226.922
Circulante	7.138	27.536	7.138	199.386
Não circulante	216.799	199.386	219.784	226.922
Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos não descontado a valor presente:				
Ano			Santos	
Até 1 ano	26.910	26.910	26.910	26.910
De 1 a 2 anos	25.743	25.743	25.743	25.743
De 2 a 3 anos	25.810	25.810	25.810	25.810
De 3 a 4 anos	21.503	21.503	21.503	21.503
De 4 a 5 anos	21.609	21.609	21.609	21.609
Mais de 5 anos	325.217	325.217	325.217	325.217
Total	446.792	446.792	446.792	446.792

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	9.287	8.186
Fornecedores estrangeiros	1.494	1.484
Total	10.781	9.670

13. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
OPFINS	1.867	1.767
ISS s/ faturamento	1.94	1.009
PIS	404	383
Outras obrigações	295	332
Total	3.760	3.491

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para bônus e gratificações	2.189	2.487
Férias e encargos	1.809	1.867
INSS a recolher	461	442
IRRF a recolher	179	181
FGTS a recolher	145	145
Total	4.783	5.122

15. Partes relacionadas – 15.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: As despesas com remuneração do pessoal-chave da administração estão registradas na controladora Hidrovias do Brasil S.A. **15.2 Transações entre partes relacionadas:** Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

	Ativo		Passivo		Resultado Operacional	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas compartilhadas						
Hidrovias do Brasil S.A.	-	-	978	436	7.075	7.335
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	1	1	273	273	-	-
Hidrovias do Brasil S.A.	226	342	5.923	5.923	-	-
Operações financeiras						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (a)	-	-	316.795	274.079	37.716	28.449
Hidrovias do Brasil S.A.	-	-	15.793	-	1.612	-
Hidrovias do Brasil – Holding Norte	-	-	13.534	-	1.534	-
Ultra (b)	36.507	-	-	-	(1.719)	-
Total de transações com partes relacionadas	36.734	343	339.762	294.245	44.684	37.318
Caixa e equivalentes de caixa	36.507	-	-	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	227	343	-	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	339.762	294.245	-	-

(a) Refere-se ao contrato de mútuo celebrado entre HB Santos e HB Vila do Conde. (b) Refere-se a aplicações financeiras equivalentes de caixa da Companhia em Fundo controlado pelo Grupo Ultra. **16. Patrimônio líquido – a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 203.905 (R\$ 203.905 em 31 de dezembro de 2024), representado por 203.904.863 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Hidrovias do Brasil S.A.	203.904.863	100%	-	0%
Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.	-	0%	203.904.863	100%
Total	203.904.863	100%	203.904.863	100%

Em 2025 a Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. foi incorporada pela Hidrovias do Brasil S.A. Decorrente da incorporação, a Hidrovias do Brasil S.A. passou a deter 100% do capital social da HB Santos. **17. Compromissos –** Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia possui alguns contratos de longo prazo com os seguintes vencimentos:

	Vencimentos	
	31/12/2025	31/12/2024
Santos		
Contrato I – Vencimento em 2032;	-	-
Contrato II – Vencimento em 2029;	-	-
Contrato III – Vencimento em 2027.	-	-
18. Receita líquida – 18.1 Política contábil: As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ou a transferência de controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devolução ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. A receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado		

de recebimento, armazenagem e expedição de graneis sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem cláusulas de Take or Pay. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. **18.2 Composição dos saldos:** As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com prestação de serviços	179.572	159.902
Total da receita de prestação de serviço bruta	179.572	159.902
Impostos sobre a receita bruta	(25.154)	(22.451)
Subtotal dos impostos	(25.154)	(22.451)
(-) Desconto concedidos	(1.527)	(896)
Total da receita líquida	152.891	136.555
19. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza – A Companhia apresenta os resultados por natureza na demonstração do resultado por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza:		
	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(34.423)	(32.151)
Depreciações e amortizações (a)	(40.801)	(40.207)
Serviços de Informática	(3.649)	(2.841)
Manutenção	(6.954)	(4.731)
Combustível	(2.006)	(1.980)
Serviços de terceiros	(10.110)	(8.720)
Aluguéis	(9.719)	(5.938)
Viagens e Passagens	(210)	(189)
Copa e cozinha	(404)	(251)
Operacionais e segurança	(20.017)	(16.439)
Taxas e encargos diversos	(420)	(685)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336	(2.150)
Processos judiciais	66	512
Seguros	(1.148)	(1.263)
Doações	-	(13.106)
Outras (despesas) receitas	(6.077)	(4.048)
Total	(135.536)	(134.187)
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(116.808)	(101.625)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336	(2.150)
Gerais e administrativas	(18.687)	(29.120)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(377)	(1.292)
Total	(135.536)	(134.187)

(a) Os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortização estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R\$ 777 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2024).

20. Resultado financeiro – 20.1 Política contábil: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos e arrendamentos. **20.2 Composição dos saldos:** O quadro a seguir demonstra a composição das receitas e despesas financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	2.512	1.834
Juros sobre outros ativos	(192)	5
Total	2.320	1.839
Despesas		
Juros sobre mútuos e arrendamento	(57.825)	(47.893)
Outras	(1.115)	(3.491)
Total	(58.940)	(51.384)
Variáveis Monetárias e Cambiais, líquida		
Despesa	(105)	(1.008)
Total	(105)	(1.008)
Resultado financeiro líquido	(56.725)	(50.553)

21. Imposto de renda e contribuição social – 21.1 Política contábil: Na Companhia, os valores desses tributos do exercício, correntes, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **21.2 Reforma tributária:** No decorrer de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que resultou na edição da Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025. Essa lei regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 32/2023, e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A Reforma mantém o período de transição já previsto, que ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o atual modelo tributário será gradualmente substituído pelas novas regras. A Lei Complementar nº 214/2025 não definiu, até o momento, as alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, segue em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que tratará de procedimentos operacionais e administrativos relacionados ao novo sistema tributário. Dessa forma, os efeitos contábeis e tributários da Reforma somente poderão ser avaliados de maneira completa após a conclusão do processo de regulamentação. Assim, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **21.3 Composição dos saldos: 21.3.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Reapresentado	Total	Reapresentado	Total
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(39.370)	(48.185)	(39.370)	(48.185)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	13.386	16.383	13.386	16.383
Ajustes Permanentes:				
Despesas Indedutíveis	(247)	(4.655)	(247)	(4.655)
Outros ajustes:				
Imposto diferido s/ diferenças temporárias não reconhecidos	(4.551)	(4.036)	(4.551)	(4.036)
Imposto diferido s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(8.588)	(7.692)	(8.588)	(7.692)
Outros Ajustes	45	16	45	16
Imposto de Renda e Contribuição Social	45	16	45	16
Impostos correntes	45	16	45	16
Alíquota efetiva	(0,11%)	(0,03%)	(0,11%)	(0,03%)

22. Gestão de riscos – 22.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está controlado, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com

	Nível	Nota explicativa	Valor justo	
			31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	5	38.890	22.383
Contas a receber de clientes	-	6	11.776	13.727

... continuação

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 14,90% e a taxa sensívelizada foi de 13,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

22.3.2 Risco de crédito: É o risco da Companhia, sofrer perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de sua caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	38.890	22.383
Contas a receber	11.776	13.727
Total	50.666	36.110

22.3.2.1 Contas a receber de clientes: A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 1.814 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2024) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 6.3.

22.3.2.2 Instituições financeiras: O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração da controladora Hidroviás do Brasil S.A. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Valor justo	31/12/2025	31/12/2024
Rating de crédito da contraparte			
AAA	36.828	22.084	
AA	2.062	299	
Total	38.890	22.383	

22.3.3 Risco de liquidez: A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez, uma vez que a mesma é controlada integralmente pela Hidroviás do Brasil S.A., a qual tem capacidade de aportar capital na Companhia. A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia em 31 de dezembro de 2025, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	10.781	-	-	-
Passivo de arrendamento	26.910	25.743	25.810	368.329
Contas a pagar com partes relacionadas	12.961	326.801	-	-

22.4 Gestão de capital: A Companhia administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 11.2 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 5), e pelo patrimônio líquido. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Companhia também procura melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Companhia realiza a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do período/exercício é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta e arrendamento a pagar (a)	223.937	226.922
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	38.890	22.383
Dívida líquida = (a) - (b)	185.047	204.539
Patrimônio líquido	(9.596)	29.729
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	(-1.928%)	688%

23. Eventos subsequentes: Em 05 de março de 2026, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantia real. A operação será realizada por meio de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem a realização de esforços de venda junto a investidores. A debenturista da transação é a coligada Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A. A emissão totaliza o montante de R\$315.000, com vencimento em 05 de março de 2031, com juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures equivalentes a 105% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Décio Sampaio Amaral - Diretor Presidente
 André Saleme Hachem - Vice Presidente de Finanças e RI
 Christian Rodrigues Soares Junior - Contador CRC 1SP 330.307/0-0


Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (*"Companhia"*), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A demonstração individual do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório sem modificação em 31/03/2025. Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 31/03/2026, o qual não conteria nenhuma modificação. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2026
 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011.609/O-8
 Carolina Caetano Molina
 Contadora - CRC nº 1SP 268.052

Publique no Data Mercantil!


A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br


 Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: O iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "iP") apresenta seu relatório referente ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, períodos que consolidam nossa cultura inovadora, e nossa expressiva atuação no setor de pagamentos digitais brasileiro. Fundada em 2013 e licenciada pelo Banco Central do Brasil como Instituição de Pagamento em 2023, sob a marca Zoop tem se destacado por sua capacidade de oferecer soluções financeiras tecnológicas que atendem tanto pequenos empreendedores quanto grandes corporações. Nossa missão permanece focada em oferecer soluções financeiras para nossos parceiros impulsionarem seus negócios através de nossas soluções inovadoras. O ano de 2025 marca um momento de crescimento estruturado e expansão tecnológica significativa para nossa companhia.

Negócios e Resultados: Modelo de Negócios e Posicionamento: O iFood Pago atua como uma plataforma completa de pagamentos, oferecendo soluções integradas que abrangem desde o processamento de transações até os serviços bancários complementares. Nosso modelo de negócios se baseia em três pilares fundamentais: **Processamento de Pagamentos:** Captura, processamento e liquidação de transações por meio de cartão, Pix, boletos e outras modalidades. **Tecnologia Proprietária:** Desenvolvimento de soluções inovadoras como Tap-to-Pay e APIs bancárias (sigla em inglês para Application Programming Interface, que significa interface de programação de aplicações). **Serviços Complementares:** Antecipação de recebíveis e conta digital. **Liderança em Tecnologia Tap-to-Pay:** O iFood Pago introduziu a tecnologia Tap-to-Pay, que transforma celulares em terminais de pagamento. Esta solução é a única do mercado B2B no Brasil que permite uma única integração via SDK (sigla em inglês para Software Development Kit, que representa um conjunto de ferramentas a desenvolvedores criarem aplicativos para plataformas), personalização de marca e divisão de valores recebidos (split de pagamentos), consolidando nossa posição de pioneirismo no segmento. **Performance financeira do segundo semestre:** O segundo semestre de 2025 registrou R\$ 521 milhões de receita, totalizando 887 milhões de receita bruta no exercício de 2025, representando um crescimento robusto em relação ao mesmo período do ano anterior (+146% AoA). No segundo semestre de 2025, processamos R\$ 19 bilhões em volume transacional pelo processamento de 86 milhões de transações, totalizando R\$ 35 bilhões em volume transacional pelo processamento de 170 milhões de transações no ano de 2025. A distribuição por modalidade de pagamento apresentou a seguinte composição no segundo semestre de 2025: • Cartões: 35% • Pix: 9% • Boleto: 9% • Tap-to-Pay: 46% • Outros: 1% Este desempenho reflete a diversificação bem-sucedida de nossa base de produtos e a crescente adoção de nossas soluções inovadoras pelos

clientes. **Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – Lançamentos do Exercício de 2025:** O ano de 2025 foi marcado pelo lançamento de soluções inovadoras que ampliam nosso portfólio tecnológico: **• APIs Banking 3.0:** Funcionalidades avançadas para conta digital, incluindo investimentos automatizados e gestão preditiva de fluxo de caixa. **• Tap-to-Pay Enterprise:** Versão especializada para grandes volumes, com integração avançada a sistemas ERP. **• Tap-to-Pay iOS:** Lançamento do Tap-to-Pay para plataforma iOS. **• iFood Pago Analytics:** Dashboard inteligente com insights personalizados baseados em dados transacionais. **• Pix por Aproximação:** Pagamento instantâneo via Pix usando tecnologia NFC (sigla em inglês para Near Field Communication, que representa uma tecnologia de comunicação por campo de proximidade), permitindo transações por aproximação do smartphone no terminal. **Mensagem Final:** O ano de 2025 consolida o iFood Pago como protagonista na transformação digital do setor de pagamentos brasileiro. Continuamos comprometidos com a excelência operacional, inovação tecnológica e criação de valor sustentável para nossos clientes, parceiros e acionistas.

A Administração
iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo, 25 de março de 2026

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2025	Passivo Circulante	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	13.735	Passivos financeiros ao custo amortizado		3.717.968
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		60.450	Depósitos e instrumentos financeiros	13	3.011.364
Títulos e valores mobiliários	5.1	60.450	Empréstimos	18	706.604
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.931.363	Fornecedores e outras contas a pagar	14	63.893
Títulos e valores mobiliários	5.1	260.212	Obrigações com pessoal	15	17.924
Contas a receber de adquirentes	5.2	2.369.242	Adiantamentos	16	1.756
Relações Interfinanceiras	6	1.301.909	Obrigações fiscais	17	22.502
Outros créditos	7	21.575	Total do passivo circulante		3.824.043
Ativos fiscais	8	1.675	Não circulante		
Outros valores e bens	9	5.019	Provisões para contingências	19	4.810
Total do ativo circulante		4.033.817	Total do passivo não circulante		4.810
Ativos não circulantes			Patrimônio líquido		
Ativos financeiros ao custo amortizado		15.404	Capital social	20.1	179.077
Contas a receber de adquirentes	5.2	15.404	Capital a integralizar	20.1	54.000
Ativos fiscais	8	12.547	Reservas de capital	20.2	159.819
Devedores por depósitos em garantia	10	5.145	Prejuízos acumulados		(113.696)
Imobilizado	11	721	Total do patrimônio líquido		279.200
Intangível	12	40.419	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.108.053
Total do ativo não circulante		74.236			
Total do ativo		4.108.053			

Demonstração do Resultado para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
Receita de prestação de serviços	21	521.049	887.375
Custo com prestação de serviços	22	(416.180)	(683.491)
Resultado bruto		104.869	203.884
Receitas financeiras	23	67.234	87.062
Despesas financeiras	23	(21.428)	(34.606)
Resultado bruto da intermediação financeira		45.806	52.456
Despesas operacionais e administrativas			
Despesa com pessoal	24	(27.505)	(56.887)
Despesas administrativas	25	(27.591)	(53.596)
Outras despesas operacionais	26	(15.570)	(25.497)
Total das despesas operacionais e administrativas		(70.666)	(135.980)
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		80.009	120.360
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	27	(25.225)	(34.001)
Lucro do semestre/exercício		54.784	86.359
Quantidade de ações em milhares	20.1	199.297	199.297
Lucro por ação (R\$)		0,27	0,43

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital integralizado	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 30 de junho de 2025		90.000	89.077	160.304	(168.480)	170.901
Reversão de reserva para pagamento baseado em ações	20.2	-	-	(485)	-	(485)
Aumento de capital	20.1	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado		(90.000)	90.000	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.000	179.077	159.819	(113.696)	279.200
Saldo em 31 de dezembro de 2024		90.000	89.077	158.497	(200.055)	137.519
Adoção inicial das Resoluções BCB nº 352/2023 e 178/2022		-	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2025		90.000	89.077	158.497	(200.055)	137.519
Constituição de Reserva para pagamento baseado em ações	20.2	-	-	1.322	-	1.322
Aumento de capital	20.1	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado		(90.000)	90.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	86.359	86.359
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.000	179.077	159.819	(113.696)	279.200

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício		54.784	86.359
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Outros componentes do resultado abrangente do semestre/exercício, líquidos de impostos		-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		54.784	86.359

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – O iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "iP") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, 1.496, 3º andar, e foi constituída em 21 de agosto de 2013. Informamos que, em conformidade com a aprovação do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2025, nossa razão social foi alterada de "Zoop Tecnologia Instituição de Pagamento S.A." para "iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.". A movimentação se trata exclusivamente de uma alteração de denominação social, sem qualquer mudança na estrutura societária, autorizações regulatórias ou responsabilidades contratuais. Demais informações cadastrais, como o CNPJ e o nome fantasia "Zoop" seguem inalterados. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a soluções financeiras, oferecendo aos seus clientes uma plataforma no modelo white label. Esta solução permite personalizar e customizar serviços de cartões, envios e recebimentos de PIX, emissão de boletos e outros métodos de captura e liquidação de pagamentos, proporcionando total autonomia para configurar planos e taxas a serem cobrados. No dia 31 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para operar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica, que foi publicada no Diário Oficial da União na mesma data. Em 26 de dezembro de 2025, o iFood Pago realizou uma operação estratégica de aquisição de cotas subordinadas do FIDC (iFood Pago IV) no montante de R\$ 60.500, fortalecendo a estrutura de capital, um movimento que visa sustentar o crescimento escalável das operações, expandir a capacidade de funding para serviços financeiros e gestão de risco do ecossistema iFood Pago.

as principais práticas de mercado, apurando a possível perda em decorrência do prazo em aberto da operação em questão. Adicionalmente, a Companhia pode reavaliar casos de clientes específicos e aumentar ou reduzir sua provisão base, conforme indicativos de recebimento dos saldos em aberto. **2.5. Passivos contingentes:** A Companhia utiliza uma assessoria jurídica que fica responsável pelo acompanhamento dos seus processos cíveis e trabalhistas, realizando periodicamente a análise e classificação da probabilidade de perda de acordo com o pedido feito pelo reclamante em cada processo, tendo como base o histórico de decisões tomadas pelo poder judiciário, as constituições das provisões são feitas de acordo com a política interna e o seu reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **3.1. Disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cuja liquidez das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. **3.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB 352/2023 e levam em consideração o modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Juros conforme a curva do ativo, resultado do período.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo; resultado do período. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Recebimento de fluxos de caixa exclusivamente por negociação; e Fluxos de caixa que não se constituam exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do período.

(a) Mensuração do valor justo: Uma das principais áreas que envolve o uso de estimativas significativas nas demonstrações financeiras é a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A Companhia formou uma equipe que possui a responsabilidade de elaboração e revisão de todas as mensurações de valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia utiliza, tanto quanto possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível I:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; • **Nível II:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível I que são observáveis para um ativo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados do preço); e • **Nível III:** inputs para um ativo que não são baseados em informações observáveis de mercado (inputs não observáveis). **(b) Baixa de ativos financeiros:** Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23, a baixa de ativos financeiros é efetuada quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes do ativo expiram ou quando estes são transferidos, e a entidade transfere substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do ativo. A entidade efetua a baixa de um ativo financeiro quando todos os direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo são extintos, quando há transferência substancial de todos os riscos e recompensas para outra parte, e quando a continuidade do controle sobre o ativo não é mantida significativamente pela entidade. **3.3. Contas a receber adquirentes/Depósitos e instrumentos financeiros:** O saldo de contas a receber adquirentes está diretamente relacionado a uma parcela substancial do saldo de depósitos e instrumentos financeiros, uma vez que cada transação representa um fato gerador que, simultaneamente, estabelece um direito creditório devido ao iFood Pago pela credenciadora e uma obrigação devida ao estabelecimento comercial ("EC") pelo iFood Pago. **Tipos de transações:** • **Débito no cartão:** São recebidas e repassadas aos estabelecimentos comerciais em 1 (um) dia útil da efetivação da transação. • **Crédito no cartão:** • **Crédito rotativo (1ª parcela):** São recebidas em até 31 (trinta e um) dias corridos da efetivação da transação e repassadas ao EC no respectivo prazo comercial negociado, sendo passível de antecipação mediante o deságio por taxa adicional negociada entre as partes; e • **Crédito rotativo (a partir da 2ª parcela):** São recebidas com intervalo de 31 (trinta e um) dias corridos a partir do vencimento da 1ª parcela e repassadas ao EC no respectivo prazo comercial negociado, sendo passível de antecipação mediante o deságio por taxa adicional negociada entre as partes. • **Boleto:** São recebidos em 1 (um) dia útil após o pagamento pelo sacado ou pagador e repassados ao EC no prazo comercial negociado; e • **PIX checkout:** São recebidos no mesmo dia útil da efetivação da transação e repassados ao EC no prazo comercial negociado. Neste sentido, o saldo de contas a receber é predominantemente composto por valores a receber de transações financeiras processadas por credenciadores e que ainda estão abertas ou vencidas, sejam estas transações capturadas por meio de débito no cartão, crédito rotativo no cartão ou crédito parcelado pelo emissor do cartão. Conseqüentemente, o saldo de depósitos e instrumentos financeiros é predominantemente composto por valores a pagar oriundos de

transações financeiras processadas pelo iFood Pago e que ainda estão abertas ou vencidas, ou seja, que ainda não tenham sido antecipadas, sejam estas transações autorizadas para os estabelecimentos comerciais por meio de débito no cartão, crédito rotativo no cartão ou crédito parcelado no cartão, boleto e PIX checkout. **3.4. Despesas antecipadas:** Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. **3.5. Ativo imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens de ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: **Máquinas, aparelhos e equipamentos** – 10% ao ano; **Equipamentos de informática** – 20% ao ano; **Benefícios em propriedades de terceiros** – 20% ao ano; **Móveis e utensílios** – 10% ao ano. Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram registradas perdas por valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **3.6. Intangível:** A Companhia adota a prática de capitalização dos gastos diretamente relacionados ao desenvolvimento interno de softwares para uso em suas operações, desde que fossem atendidos os aspectos requeridos para tal reconhecimento. Os principais gastos são relacionados com mão de obra interna para o desenvolvimento dos sistemas operacionais utilizados pela Companhia. Desde julho de 2024, em convergência às práticas do Grupo iFood, o iFood Pago deixou de fazer a capitalização dos gastos, tratando diretamente como despesas. Os custos ativados até a data da mudança da prática, são amortizados durante sua vida útil estimada (60 meses), considerando os benefícios econômicos futuros gerados. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos. Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Foram reconhecidas perdas por valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da descontinuidade do projeto. **3.7. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido:** **Impostos correntes:** A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") compreende os tributos correntes, calculados com base no lucro tributável do período e reconhecidos conforme o regime de competência. A apuração é efetuada de acordo com as alíquotas e os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente ou substancialmente vigente na data do balanço. O Imposto de Renda é calculado à alíquota básica de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240.000,00 no período de apuração. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% até 31 de março de 2026 e, a partir dessa data, a alíquota passa a ser de 12%, conforme a Lei Complementar nº 224/25. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos,
continua ...

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)

representados pelos ativos e passivos fiscais diferidos, decorrem de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária, no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro. De acordo com a Circular BCB nº 15/2020, os saldos de ativos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal devem ser reconhecidos quando (i) houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e (ii) a instituição apresentar histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e de contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Ativos e passivos contingentes: São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:
• Provisões – Para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial.
• Passivos – Para as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.
• Remotas – Para as quais não requerem provisão e nem divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e irrevogável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.
3.8. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.
3.9. Empréstimos: Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são atualizados monetariamente de acordo com o índice indicado em contrato, os juros apurados no exercício são demonstrados na rubrica de despesas financeiras.
3.10. Receita de prestação de serviços: Na demonstração do resultado estão apresentadas na linha de Receitas Operacionais Líquidas, mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares.
3.11. Resultado não recorrente: A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes a serem divulgados nas demonstrações financeiras.

4. Disponibilidade – O caixa e equivalente de caixa da Companhia é composto por depósitos bancários.
31/12/2025 13.712
Conta corrente em bancos nacionais (a) 23
Conta corrente em bancos internacionais (b) 13.735
Total 13.735
(a) Referem-se aos saldos mantidos em contas correntes em reais junto a instituições financeiras de primeira linha, sem restrições de movimentação. (b) Referem-se aos saldos mantidos em contas correntes em dólares americanos junto a instituições financeiras de primeira linha no exterior, sem restrições de movimentação.

5. Instrumentos financeiros – 5.1. Títulos e valores mobiliários: Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:
Faixa de vencimento Total
0 – 180 Acima de 180 dias 31/12/2025
Custo amortizado 260.551 260.551
Certificado de depósito bancário – CDB (339)
Perdas esperadas - 60.450
Valor justo no resultado (VJR) (a) 60.450
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - 320.662
Total -

(a) Cotas de fundo de investimento sem vencimento
O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço e mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
5.2. Contas a receber adquirentes: As contas a receber de adquirentes refere-se a valores a receber decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito feitas pelos portadores dos cartões. O saldo de contas a receber de adquirentes se subdivide nas seguintes modalidades de transação:
31/12/2025
Transações – cartão de crédito (a) 2.375.393
Transações – cartão de débito 9.253
Total 2.384.646
Circulante 2.369.242
Não Circulante 15.404
(a) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.384.646 refere-se ao valor a receber das adquirentes líquido das cessões. Em 31 de dezembro a Companhia possuía créditos cedidos a certas instituições financeiras que mantavam R\$ 282.425. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.

6. Relações interfinanceiras – Referem-se, predominantemente aos recursos que atendem a salvaguarda (NE 13) exigida pelo artigo 22º da Resolução BCB nº 80/21. Os recursos estão aloçados na conta correspondente a moeda eletrônica (CCME) e conta de pagamento instantâneo (PI) sendo remuneradas ao equivalente a 100% do CDI.
31/12/2025
Conta Correspondente a Moeda Eletrônica 1.122.519
Conta de pagamento instantâneo 179.390
Total 1.301.909
7. Outros créditos 31/12/2025
Rendas a receber de transações de pagamentos (a) 35.849
Outras contas a receber operacionais 10.705
Outras perdas (b) (24.979)
Total 21.575
(a) Valor a receber referente a prestação de serviço pós-pago com clientes. (b) A provisão para perdas é constituída por montante considerado suficiente pela Companhia para cobrir prováveis perdas com fraudes transacionais e chargeback.

8. Ativos fiscais corrente 31/12/2025
IRRF sobre aplicação financeira 12.547
IRPJ a recuperar 1.000
CSLL a recuperar 483
ISS a recuperar 192
Total 14.222
Circulante 1.675
Não Circulante 12.547
Existem créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa não registrados contabilmente que somam o montante de R\$ 108.276 e estão utilizando as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2025:
Ano Fiscal Movimento Saldo
Outros Períodos 19.152
2019 16.142 35.295
2020 42.024 77.319
2021 55.823 133.142
2022 35.280 168.422
2023 2.390 170.812
2024 -15.977 154.835
2025 -46.559 108.276

9. Outros valores e bens 31/12/2025
Adiantamentos (a) 2.910
Despesas a apropriar (b) 2.109
Total 5.019
(a) Adiantamento de 13º salários, benefícios e férias. (b) Substancialmente licenças de software apropriadas de acordo com a sua competência.

10. Devedores por depósitos em garantia 31/12/2025
Depósitos em garantia e bloqueios judiciais (nota 19) 4.878
Caução de aluguel 267
Total 5.145
11. Imobilizado 31/12/2025
Imobilizado de Uso Custo Depreciação Acumulada Valor Residual
Equipamentos de informática 2.458 (2.084) 374
Móveis e utensílios 349 (203) 146
Máquinas e equipamentos 508 (307) 201
Benefitória em imóveis de terceiros - - -
Total 3.315 (2.594) 721

Table with columns: Despesa de Depreciação, 31/12/2025, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Equipamentos de informática, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Benefitória em imóveis de terceiros, Total, Intangível, etc.

Table with columns: Intangível, 31/12/2025, Adições, Baixas, 31/12/2025, Amortização Acumulada, Valor Residual. Rows include Projetos concluídos (a), Marca, Total, etc.

13. Depósitos e instrumentos financeiros 31/12/2025
Saldo de transações a vencer (a) 1.942.472
Saldo em custódia disponível para resgate (b) 1.068.892
Total 3.011.364

14. Fornecedores e outras contas a pagar 31/12/2025
Outras contas a pagar (a) 57.362
Fornecedores a pagar (b) 6.531
Total 63.893
(a) Substancialmente com provisões com fornecedores e processamento de dados. (b) Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante fornecedores e prestadores de serviços, sendo o montante mais relevante referente aos serviços de processamento de dados das transações capturadas.

15. Obrigações com pessoal 31/12/2025
Férias 7.701
Bônus 7.437
Encargos 2.691
Benefícios a pagar 95
Total 17.924
16. Adiantamentos 31/12/2025
Garantias 1.139
Adiantamentos de clientes 617
Total 1.756
17. Obrigações fiscais 31/12/2025
IRPJ 12.628
CSLL 4.548
COFINS 3.291
ISS 1.011
PIS 604
Outros Impostos (a) 520
Total 22.502
(a) Valores de IRRF sobre importação de serviços de TI.

18. Empréstimos – Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou captações de recursos com bancos nos termos e prazos demonstrados abaixo, sendo que essas operações não apresentam cláusulas de covenants.
31/12/2025
Data de Emissão Principal Taxa de Juros a.a. Vencimento Principal + Juros
Circulante
Capital de Giro (a) 13/10/2025 100.000 CDI + 0,68% 01/09/2026 100.638
Capital de Giro (a) 13/10/2025 100.000 CDI + 0,68% 01/08/2026 100.638
Capital de Giro 12/11/2025 150.000 CDI + 0,67% 03/11/2026 151.135
Capital de Giro 21/11/2025 250.000 CDI + 0,67% 20/02/2026 253.845
Capital de Giro 22/12/2025 100.000 CDI + 0,67% 22/04/2026 100.348
Total Circulante 700.000 706.604
(a) Contratos emitidos que tiveram seus vencimentos renovados em R\$ 47.034.

19. Provisões para contingências – A Companhia tem passivos contingentes que decorrem de ações referentes a termos e condições contratuais relacionados a 45 processos de natureza civil classificados como perda provável no montante de R\$ 1.458 e 95 processos classificados como perda possível no montante de R\$ 1.609. Os processos trabalhistas são decorrentes de ações movidas por ex-funcionários e terceiros pleiteando direitos trabalhistas. Na esfera trabalhista, a Companhia não possui processos classificados como perda provável, mas possui 3 processos classificados como perda possível no montante de R\$ 356. Para os processos fiscais, a Companhia possui 1 processo no montante de R\$ 3.352. A Companhia realizou um depósito judicial referente a um dos processos no montante de R\$ 4.464 (NE 10). Para os processos tributários a Companhia discute divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Table with columns: 31/12/2025, Adições/Atualizações, Reversões, 31/12/2025. Rows include Fiscal, Cível, Total, etc.

20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital Social: Em 25 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu aporte para aumento de capital no montante de R\$ 54.000. Foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o pedido de aprovação deste aumento de capital, que ainda está pendente de aprovação. O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 179.077. Adicionalmente, há um capital a integralizar no valor de R\$ 54.000, o qual aguarda aprovação do Banco Central. Dessa forma, o capital totaliza R\$ 233.077. Este montante está dividido em 199.297 ações ordinárias (em milhares), todas nominativas e sem valor nominal.
20.2. Reservas de capital: A reserva de capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 159.819. Durante o exercício de 2025 foram realizadas provisões com planos de outorga de opções de compra de ações no montante de R\$ 1.322 reconhecidas na rubrica de "Despesa com pessoal" NE (24).

Table with columns: 2º semestre 2025, Exercício 31/12/2025. Rows include Receita de prestação de serviços, Receita de captura e liquidação de transações financeiras, Impostos sobre serviços, etc.

21. Receita de prestação de serviços 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Receita de antecipação de recebíveis (a) 401.433 661.068
Receita de captura e liquidação de transações financeiras (b) 167.921 303.581
Outras Receitas 710 3.298
Impostos sobre serviços (c) (49.015) (80.572)
Total 521.049 887.375
(a) Receita pela liquidação antecipada de transações a seus clientes, mediante a cobrança de taxa variável de acordo com o prazo de liquidação original do recebível. (b) Receita da intermediação de transações onde a captura e liquidação financeira é de responsabilidade da Companhia, bem como cobrança de tarifas transacionais. (c) Os impostos incidentes com suas respectivas alíquotas são: ISS – 5% ou 2%; PIS – 1,65%; e COFINS – 7,6%.

Table with columns: 2º semestre 2025, Exercício 31/12/2025. Rows include Custo de antecipação de recebíveis, Custos com intermediação, Processamento de dados, Custo de pessoal operacional, Subsídios a clientes, Outros custos, Tarifas bancárias, etc.

22. Custo de prestação de serviços 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Custo de antecipação de recebíveis (a) (222.396) (345.609)
Custos com intermediação (b) (104.151) (176.952)
Processamento de dados (c) (44.589) (74.532)
Custo de pessoal operacional (d) (29.981) (63.613)
Subsídios a clientes (e) (8.944) (16.587)
Outros custos (3.949) (5.854)
Tarifas bancárias (f) (2.170) (3.444)
Total (416.180) (683.491)
(a) Valor cobrado pelas adquirentes para realizar antecipação dos recebíveis das transações capturadas pela Companhia. (b) Custo com operação de emissor. (c) Composto pela contratação de serviços de processamento de dados digitais utilizados para captura e registro das transações. (d) Folha de pagamento para as áreas diretamente envolvidas no processo de captura das transações (tecnologia e suporte). (e) Valores pagos a clientes por acordos comerciais e/ou programas de indicação de clientes. (f) Composto basicamente por tarifas de transferência bancária (PIX/TEI) incorridas no momento da liquidação de transações para estabelecimentos comerciais.

23. Resultado bruto da intermediação financeira 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Receita com aplicações financeiras 66.628 86.372
Outras receitas financeiras 606 690
Total 67.234 87.062
Receita financeira 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Juros sobre empréstimos (a) (21.002) (34.092)
Perdas esperadas sobre instrumentos financeiros (292) (340)
Outras despesas financeiras (84) (124)
Desvalorização de contas de fundo (50) (50)
Despesa financeira (21.428) (34.606)
(a) Juros sobre empréstimos das cédulas de créditos bancários (CCB).

Table with columns: 2º semestre 2025, Exercício 31/12/2025. Rows include Proventos, Encargos sociais, Benefícios, Total, etc.

25. Despesas administrativas 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Despesas de serviços de terceiros (a) (10.131) (20.564)
Depreciação e amortização (5.325) (11.035)
Marketing (b) (4.912) (9.225)
Outras Despesas Administrativas (4.668) (5.246)
Baixa de projetos (c) (279) (3.617)
Ocupação e manutenção predial (1.878) (2.687)
Despesas com viagens (320) (460)
Seguros e anuidades (78) (62)
Total (27.591) (53.596)
(a) Substancialmente serviços de consultorias jurídicas e financeiras. (b) Serviços gráficos, eventos corporativos, exposições e congressos. (c) Baixa de projetos que estavam capitalizados no intangível como "em andamento" que foram descontinuados.

26. Outras despesas operacionais 2º semestre 2025 Exercício 31/12/2025
Licenças e certificados (a) (7.076) (11.900)
Perdas com chargeback (b) (6.957) (11.720)
Outras despesas jurídicas (1.537) (1.877)
Total (15.570) (25.497)
(a) Despesas com licenças de programas que são apropriados mensalmente de acordo com a sua vigência e competência. (b) Valores decorrentes de fraudes e devedores duvidosos, as provisões com perdas foram de R\$ 1.224 para o primeiro semestre de 2025.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social 2º semestre Exercício 31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 80.009 120.360
Alíquotas vigentes – 25% IRPJ e 9% CSLL 34% 392
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (27.203) (40.924)
Acréscimos/Decréscimos decorrentes de Ajustes permanentes (458) (1.073)
Crédito tributário de diferenças temporárias de exercícios anteriores não contabilizados (8.444) (10.772)
Adicional de IRPJ 12 24
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa 10.832 15.830
Outros 36 2.912
Base de imposto de renda e contribuição social (25.225) (34.001)
Corrente (25.225) (34.001)

28. Gestão de Risco – O Conglomerado Prudencial iFood Pago ("Conglomerado"), liderado pelo iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. e composto pelas sociedades que dele fazem parte, encontra-se alocado no segmento S5, conforme classificação do Banco Central do Brasil (BACEN). O Conglomerado adota a abordagem simplificada para o gerenciamento contínuo de riscos, com estrutura compatível com seu porte e perfil de operações. As atividades do iFood Pago o expõem a diversos riscos inerentes de origem financeira (mercado, crédito e liquidez) e não financeira (operacional, legal e compliance). O programa de gestão de risco concentra-se na mensuração da imprevisibilidade atribuída aos seus processos e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Conglomerado. Entre os principais riscos, destacam-se:
28.1. Risco de mercado: Corresponde à exposição dos ativos e passivos registrados no balanço a variações de preços de mercado, como câmbio e derivativos. Atualmente, o Conglomerado possui exposição baixa ao câmbio, restrita a contratos de serviços de cloud (nuvem) em dólar.
28.2. Risco operacional (fraudes e "chargebacks"): Componente do risco operacional, a fraude e a incidência de disputas são monitoradas continuamente na operação. Para mitigação deste risco, são utilizadas soluções de prevenção a fraudes desenvolvidas internamente que controlam o comportamento, perfil transacional, indicadores de fraude/chargeback, entre outros controles que estão baseados nas operações geradas pelos parceiros e sellers ligados à nossa plataforma.
28.3. Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e corresponde à possibilidade de inadimplência dos adquirentes sobre o repasse dos recursos disponibilizados em pagamento aos estabelecimentos comerciais. Essa exposição se materializa em decorrência de ônus nas transações capturadas e liquidadas com os emissores disputadas posteriormente.
28.4. Risco de liquidez: O conglomerado gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas de ativos de alta liquidez (HQLA) e linhas de crédito pré-estabelecidas para manutenção da sua capacidade em honrar seus compromissos vencidos e futuros decorrentes da cessão de recebíveis e captação de empréstimos. Esse processo é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, garantindo recursos suficientes às necessidades operacionais.
28.5. Capital regulatório: A gestão de capital do conglomerado está fundamentada em suas demandas operacionais e regulatórias correntes, bem como perspectivas operacionais e regulatórias previstas, considerando o enquadramento e a compatibilidade com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos, assim como a adequada mensuração de sua exposição aos riscos inerentes à sua atividade. O processo de gestão de capital é contínuo e está baseado no controle de movimentos patrimoniais e de resultado do Conglomerado, além de avaliar futuras necessidades de capital decorrente do crescimento da operação e eventuais riscos aos quais a instituição possa ser exposta. Visa, ainda, o planejamento de metas e a estratégia da Companhia. Conforme a Resolução BCB nº 201/2022, o iFood Pago (Tipo 3, optante pelo modelo simplificado PRSS) deve manter Patrimônio de Referência Simplificado (PR) superior ao requerimento mínimo, que é de 17%. Em 31 de dezembro de 2025, os indicadores do Conglomerado eram: • Patrimônio de Referência (PR): R\$ 210.342.638; • Capital Mínimo Requerido (17% do RWA Total): R\$ 66.055.302.

29. Partes Relacionadas – Em março de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital do grupo Movile, empresa com a qual já mantém acordo comercial para processamento de transações. A partir deste evento, as outras empresas do grupo Movile que já utilizavam os serviços da Companhia, em uma relação de fornecedor e cliente, passaram a ser consideradas partes relacionadas. As entidades partes relacionadas com as quais a Companhia manteve transações no semestre e exercício são: • Mi Payments Holdings B.V. (Mi Payments); • iFood Benefícios e Serviços Ltda.; • iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A. (iFood); • Sympla Internet Soluções S.A. (Sympla); • TTRS Serviços S.A. (Sympla TTRS); • Mi Pagamentos do Brasil Ltda. (Movile Brasil); • iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A. (iFood Pago SCD); • iFood Participações Ltda.

Table with columns: 2º semestre 2025, Exercício 31/12/2025. Rows include Mi Pagamentos do Brasil Ltda., iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A., Depósitos e instrumentos financeiros (b), etc.

30. Pagamentos baseados em ações – A Companhia começou a participar de um novo plano de remuneração com base em ações, liquidadas com ações, os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da iFood Holdings B.V. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa de pessoal e é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. As opções de compra de ações são concedidas aos executivos e a alguns empregados. O preço do exercício das opções concedidas é igual ao preço da ação na data da concessão. As opções são exercíveis a partir do primeiro ano da data da concessão e tem um prazo de vesting de até cinco anos. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro, visto que a obrigação de liquidar a transação em dinheiro é da iFood Holdings B.V., holding sediada na Holanda. O valor justo das opções concedidas durante o período é determinado com base no modelo binomial. Os dados significativos incluídos no modelo foram: • Preço da ação; • Preço de exercício da opção; • Prazo de vesting; • Volatilidade da ação; • Taxa livre de risco.

31. Evento subsequente – 31.1. Aumento de capital social: A Companhia recebeu aporte de capital totalizando R\$ 16.000, sendo R\$ 5.500 em 30 de janeiro de 2026 e R\$ 10.500 em 25 de fevereiro de 2026, com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital e patrimônio líquido. Os referidos aumentos de capital foram formalmente submetidos à aprovação prévia do Banco Central do Brasil, em conformidade com as exigências da regulamentação prudencial aplicável, e aguardam manifestação da autoridade regulatória até a data de autorização destas demonstrações financeiras.
31.2. Renovação de capital de giro por meio de CCB: Em 20 de fevereiro de 2026, o iFood Pago renovou a Cédula de Crédito Bancário ("CCB") junto a uma instituição financeira de grande porte nacional, no valor de R\$ 253.845, pelo prazo de 90 dias corridos a partir da renovação.
31.3. Aporte em fundo de investimento em direito creditório: Em 25 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou aporte de R\$ 10.000 no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), na qualidade de cotista subordinada, com o objetivo de prover liquidez ao fundo e viabilizar a originadora de novos direitos creditórios. O aporte possibilita ao FIDC aumentar sua capacidade de aquisição de recebíveis, gerando consequente retorno de recursos à Companhia por meio do resgate de cotas ou da liquidação dos direitos creditórios adquiridos, fortalecendo assim sua posição de caixa e capacidade operacional de concessão de crédito.

Table with columns: 31/12/2025, Exercício 31/12/2025. Rows include Reserva de stock options, Total, etc.

31/12/2025 2.631
Exercício 31/12/2025 2.631
continua ...



... continuação		
iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)		
Diretoria		Contadora
Bruno Henriques – Diretor Presidente	Pedro Victor dos Santos Macedo – Diretor Financeiro	Carolline Ramos – CRC 1SP 300.891
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
<p>A Administração e aos Acionistas do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.) – Osasco-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Informações comparativas: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2026</p>		
<p>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC-2SP 011.609/O-8 Victor Vinicius Zanetin Zavagli Contador CRC-1SP 289.692/O-4</p>		
Deloitte.		

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

